



# SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA

#### LUIZ DE OLIVEIRA SILVA

ATORES NA CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DOS PERFIS DOS ASSENTADOS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA) PAULO FONTELES (CUXIÚ) EM SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PARÁ

> MARABÁ-PA 2015

#### LUIZ DE OLIVEIRA SILVA

# ATORES NA CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DOS PERFIS DOS ASSENTADOS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA) PAULO FONTELES (CUXIÚ) EM SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará — PDTSA/UNIFESSPA, para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof.º Dr. Pierre Guilhem Marie Joseph Teisserenc.

MARABÁ-PA

# Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

# (Biblioteca Josineide Tavares, Marabá-PA)

S586a

Silva, Luiz de Oliveira

Atores na construção de um território: uma análise dos perfis dos assentados do projeto de assentamento (PA) Paulo Fonteles (Cuxiú) em São Domingos do Araguaia-Pará. /Luiz de Oliveira Silva. – 2015.

134 f.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Pierre Guilhem Marie Joseph Teisserenc.

Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Inclui referências e anexos.

1. Assentamentos humanos— Pará. 2. Reforma agrária— Pará. 3. Agricultura familiar— Pará. 4.Trabalhadores rurais— pecuária— Pará. 5. Comunidades agrícolas— São Domingos do Araguaia (PA) I. Título.

CDD - 22 ed.: 307.14098115

# LUIZ DE OLIVEIRA SILVA

# ATORES NA CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DOS PERFIS DOS ASSENTADOS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA) PAULO FONTELES (CUXIÚ) EM SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará — PDTSA/UNIFESSPA, para obtenção do grau de mestre.

Aprovado em: 25 de março de 2015.
Prof.° Orientador – Dr. Pierre Guilhem Marie Joseph Teisserenc. (UFPA/PDTSA)
Examinadora I: Prof <sup>a</sup> . Dra. Edma do Socorro Silva Moreira. (UNIFESSPA/PDTSA)
Examinadora II Prof.ª Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc. (UFPA/PPGCS)
<b>1</b>
Suplente: Prof.º Dr. Willian de Assis. (UFPA/NEAF)

# **DEDICATÓRIA**

Dedico especialmente a minha Mãe, Benedita Alves de Oliveira Silva, que mesmo com todas as dificuldades que a vida lhe trouxe, conseguiu me guiar no bom caminho e sempre se esforçou para me dar uma boa educação, mostrando-me desde o princípio que a educação é um dos meios mais importantes de se concretizar os objetivos.

A minha Esposa Sílvia e meus filhos Letícia, Lílian e Luiz Felipe por suas dedicações e paciência de suportarem o tempo que não pude lhes dar por inteiro nestes dois anos.

# **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos são destinados a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a construção desta dissertação.

Ao Professor Doutor: Pierre Teisserenc, meu orientador, pela paciência e disposição de sempre estar me ouvindo durante a construção desta dissertação, pela liberdade oferecida na escolha dos caminhos da pesquisa, sobretudo na confiança depositada nos resultados deste trabalho.

As professoras Doutoras Edma do Socorro Silva Moreira e Maria José Aquino Teisserenc, pelas contribuições durante o exame de qualificação, que foram fundamentais para a construção dessa dissertação.

A todos os professores do Programa de Pós-Gaduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia – PDTSA, que de alguma forma contribuíram na elaboração deste trabalho durante as disciplinas ministradas no curso.

Ao assentado Sidnei Campos e a professora Cledeneuza, por terem me acompanhado e apresentado aos moradores do Projeto de Assentamento (PA) Paulo Fonteles (Cuxiú) nas primeiras visitas.

A todos os assentados do PA Paulo Fonteles (Cuxiú), pela paciência ao me concederem as entrevistas e pela forma acolhedora que me receberam em suas casas.

Aos amigos Valtey Martins e Renato Noronha pelas contribuições ao tirarem minhas dúvidas nos estudos mesmo desde a especialização que fizemos juntos até agora o mestrado. E ao Reginaldo que me ajudou nas revisões necessárias.

A todos os meus colegas da primeira e segunda turma do Programa PDTSA.

Aos funcionários da UNIFESSPA, pela paciência e cordialidade em atender às demandas solicitadas.

À minha família, mãe, irmãs, esposa e filhos, meu porto seguro nos momentos de aflições e angústias, porque são eles os responsáveis por me transmitirem paz e serenidade.

Por fim, meus agradecimentos à Secretaria Estadual de Educação do Pará - SEDUC e a Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia-PA, por terem atendidos minha solicitação de licença a estudos durante este período de dois anos.

#### **RESUMO**

A presente dissertação trata da construção do território e da definição dos perfis dos atores assentados do Projeto de Assentamento (PA) Paulo Fonteles (Cuxiú) em São Domingos do Araguaia-Pará, marcado por um contexto histórico que remete à implantação da política econômica de desenvolvimento do governo Federal para a Amazônia, em particular para esta região, que teve seu início nos fins dos anos de 1960 e início da década de 1970 com os grandes projetos: rodoviários, agropecuários, madeireiros, hidrelétricos, de colonização e minerais com destaque ao Programa Grande Carajás (PGC). Atraídos pelos fartos subsídios fiscais, penetraram nestas matas, empresários estrangeiros e do centro-sul do país que adquiriram vastas extensões de terras. Por outro lado, estimulados pela promessa de ganhar terra para plantar, se constituíram grandes fluxos de pequenos produtores rurais que se dirigiram para esta região, abrindo a floresta para suas roças, espontaneamente ou dentro do processo de colonização, e em outro momento através das ocupações de terras, sobretudo nos castanhais, resultando em intensos conflitos. Nos fins da década de 1980 começam as desapropriações das áreas ocupadas para a criação de assentamentos rurais. É neste cenário, que figura os grandes conflitos pela posse da terra, na região do sudeste paraense. Assim, o objetivo principal desse trabalho foi o de analisar os perfis dos assentados do Projeto de Assentamento Paulo **Fonteles** (Cuxiú). buscando avaliar os elementos influenciaram/influenciam na definição desses perfis. As metodologias para alcançar esse objetivo passaram pela análise documental e pela história oral. A análise documental foi seguida de análises de documentos e uma releitura conceitual sobre as características do território do sudeste paraense e atores em um contexto amazônico. A história oral foi seguida de entrevistas semiestruturadas que permitiram conhecer as histórias de vida dos atores, além de permitir à observação da atividade produtiva dos assentados e a caracterização da área de estudo. Como resultado desse estudo, observou-se que os assentados pioneiros, apresentou o perfil correspondente ao da marginalização, fato comprovado pela quantidade de desistência dos lotes. Porém, aqueles que ainda permanecem apresentam laços fortes de amizades, solidariedade e aceitação na participação das atividades coletivas, além de uma sólida relação de pertencimento ao lugar, mesmo que entre eles uma pequena parcela possa se enquadrar no perfil dos pequenos fazendeiros. Os assentados novos que são a maioria do PA (Cuxiú) têm como objetivos principais a criação de gado bovino. Talvez, por não terem participado dos conflitos presentes nos períodos iniciais da ocupação e mais tarde assentamento, não desenvolveram aparentemente expressões de laços fortes de coletividade, solidariedade e de pertencimento ao local, havendo uma fragilidade na perspectiva de futuro, no que se refere à permanência no PA. Nesses assentados, pouquíssimos se assemelha ao perfil da marginalização. Entretanto, a maioria corresponde a um perfil dos pequenos fazendeiros. Porém, há casos de assentados que conseguiram concentrar mais de dez lotes cada, formando verdadeira fazenda, se comparado com o tamanho dos lotes do PA. Tal observação levou-me a imaginar mais um perfil, que vai além ao dos pequenos fazendeiros, o perfil dos grandes fazendeiros.

Palavras – Chave: Amazônia. Território. Políticas públicas. Projeto de Assentamento. Atores.

# **ABSTRACT**

The present dissertation deals with the construction of the territory and definition the profiles of the settled actors of the Settlement Project (PA) Paulo Fonteles (Cuxiú) in São Domingos of Araguaia-Pará, marked by a historical context that refers to the implantation of the economic development policy of the Federal Government to the Amazon, particularly in this region, which had its beginning in the late 1960 and early 1970 with major projects: highway, farming, timber, hydroelectric, colonization and minerals especially the Great Carajás Program (PGC). Attracted by tax subsidies, they penetrated these forests, foreign businessmen and the country's center-south who acquired vast tracts of land. On the other hand, encouraged by the promise of gaining land to plant, they constituted large flows of small farmers who went to the region, opening the forest for their swiddens, spontaneously or in the colonization process, and at another time through occupations of land, mainly in the castanhais resulting in intense conflicts. At the end 1980 started the expropriation of occupied areas for the creation of rural settlements. This backdrop, which features the great conflicts over land in Pará's southeast region. Like this, the main objective of this study was to analyze the profiles of the settlers from the settlement in the Project Paulo Fonteles (Cuxiú), seeking to evaluate the factors that influenced / influence the definition of these profiles. The methodologies for achieve this goal passed by documentary analysis and the oral history. The document analysis was followed by analysis of documents and a conceptual rereading about the characteristics southeastern territory of Pará, and features actors in an Amazonian context. Oral history was followed by semi-structured interviews that allowed knowing the stories of actors, and allows the observation of the productive activity of the settlers and the characterization of the study area. As result of this study, it was observed that the pioneer settlers, presented the profile correspondent to marginalization, a fact proven by the amount of withdrawal of lots. However, those that remain still have strong bonds of friendship, solidarity and acceptance in the share of collective activities, plus a solid relationship of belonging to the place, even including a small portion can fit in the profile of small farmers. The new settlers who are the majority of PA (Cuxiú) have as main objectives the creation of cattle. Maybe, because they have not participated in the present conflict in the early periods of occupation and later settlement, they did not develop apparently expressions of strong bonds of community, solidarity and belonging to the place and there is a fragility in future perspective, in relation to the permanence in PA. These settlements, few resembles the profile of marginalization. However, most corresponds to a profile of small farmers. However, there are cases of settlers who managed to concentrate more than ten lots each, forming real farm, compared with lot sizes of the PA. This observation led me to imagine another profile, which goes beyond the small farmers, the profile of large farmers.

Keywords: Amazon. Territory. Public policy. Settlement Project. Actors.

# LISTA DE SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia

ADEPARA – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará

ALPA – Aços Laminados do Pará

APAPF – Associação dos Pequenos Agricultores do Paulo Fonteles

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BASA – Banco da Amazônia

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEPASP – Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular

COPSERVIÇOS – Cooperativa Técnica de Prestação de Serviços

CPT - Comissão Pastoral da Terra

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

FNO - Fundo Constitucional para a Região Norte

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

ITERPA - Instituto de Terras do Pará

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEB – Movimento de Educação de Base

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Subsede Pará.

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra

ONGs – Organização não Governamentais

PA – Projeto de Assentamento

PAC - Plano de aceleração do Crescimento

PCN – Projeto Calha Norte

PCCU – Preventivo do Colo Uterino

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PFC – Programa Ferro Carajás

PGC – Programa Grande Carajás

PIC - Projetos Integrados de Colonização

PIN – Programa de Integração Nacional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PRA – Plano de Recuperação do Assentamento

PRNA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRODIAT - Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins

PRONAF - Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa "Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais"

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do

Norte e Nordeste

RESEX – Reserva Extrativista

RB – Relação de Beneficiário

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SPVEA - Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UFPA – Universidade Federal do Pará

UHT – Usina Hidrelétrica de Tucuruí

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

# LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Área, população e densidade demográfica dos municípios do Território53
Tabela 2: IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos Municípios do território sudeste paraense
Tabela 3: Índice de Gini dos municípios do território do sudeste paraense56
Tabela 4: População do município São Domingos do Araguaia 1991-201060
Tabela 5: Área, população e densidade demográfica de São Domingos do Araguaia61
Tabela 6: Quantidades e percentuais de assentados pioneiros e seus principais cultivos
Tabela 7: Quantidades e percentuais de assentados pioneiros e suas produções de animais
Tabela 8: Quantidades e percentuais de assentados novos e suas produções de animais118

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização e composição do Território do Sudeste do Pará entre 2004 e 2008 e pós
2008
Figura 2: Situação Geográfica do municipal de São Domingos do Araguaia e a área
territorial59
Figura 3: Localização dos Projetos de Assentamentos de São Domingos do Araguaia-
PA
Figura 4: Limites do PA Paulo Fonteles
Figuras 5: Rio Taurizinho que divide o PA em Cuxiú e São Benedito71
Eigene C. Datinada da mata ciliar das Isananés, none plantia da nactacana.
Figura 6: Retirada da mata ciliar dos Igarapés, para plantio de pastagens72
Figura 7: As péssimas condições das pontes do Cuxiú
Tigura 7. Tis pessinius condições dus pontes do Cantaminiminion
Figura 8: Única ponte de concreto presente no Cuxiú74
Figura 9: Escola abandonada, sem funcionamento
Figura 10: Tanque de resfriamento de leite, presentes em alguns lotes

# LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico	1:	Populaç	ão ι	ırbana	e	rural	_	São	Doming	os do	Araguaia	1991 –
2010	•••••	•••••	•••••	•••••	•••••	•••••	•••••	•••••		••••••		60
					,					•	assentados	•
					,				•		ntados nov	•
Gráfico -	4: Pe	ercentuais	s da F	Produçã	io a	nimal	dese	nvolv	ida pelos	assenta	ados novos a	atualmente
no PA												119

# LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População urbana e rural dos municípios que formam o território do sude paraense	
Quadro 2: Quantidades de projetos de assentamentos criados no município de São Domin do Araguaia-Pará	_
Quadro 3: Descrição dos lotes dos assentados pioneiros	110
Quadro 4: Descrição dos lotes dos assentados novos	115

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. O CONTEXTO HISTÓRICO TERRITORIAL DO SUDESTE PARAENSE	
LUTA PELA POSSE DA TERRA.	
1.1. TERRITÓRIO: NOTAS SOBRE A ABORDAGEM	
1.1.1 As concepções materialistas de território	25
1.1.2 As perspectivas idealistas e integradoras de território	28
1.1.3 A perspectiva relacional de território de Robert Sack e Claude Raffestin	29
1.2. SUDESTE PARAENSE: TERRITÓRIO DE CONFLITO	30
1.3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS IMPACTOS NO SUDESTE PARAENSE	35
1.3.1 As políticas agrárias e as transformações sócio territoriais no sudeste paraens	se41
1.3.2 Contexto atual do sudeste paraense: as perspectivas socioeconômicas	50
1.4. O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PARÁ.	56
2. O PROJETO DO PA PAULO FONTELES (CUXIÚ)	64
2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PA.	65
2.2. APRESENTAÇÕES DOS ATORES DO PA.	78
2.2.1 Assentados, atores principais do PA.	78
2.2.2 Atores parceiros dos assentados na construção do PA.	81
2.2.2.1 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).	81
2.2.2.2 A Igreja Católica	82
2.2.2.3 Os Atores políticos.	84
2.2.2.4 A Associação dos Pequenos Agricultores do Paulo Fonteles (APAPF)	85
2.2.2.5 INCRA e Empresas Terceirizadas.	85
2.2.3 Atores contrários à ocupação e a criação do PA	87
3. A SOCIOLOGIA DOS ATORES DO PA.	89
3.1. SITUAÇÃO ATUAL E OS DESAFIOS DO PA	92
3.2. A INFLUÊNCIA DOS FATORES NOS ATORES.	93

3.2.1 Assentados pioneiros: organização, estratégia, solidariedade, acumulação l	local e
reprodução familiar.	93
3.2.2 Assentados novos: organização, estratégia, solidariedade, acumulação le	ocal e
reprodução familiar.	103
3.3. A PRODUÇÃO E O TRABALHO DOS ASSENTADOS	106
3.3.1 Assentados pioneiros.	106
3.3.2 Assentados novos.	115
3.4. A CONSTRUÇÃO DOS DIFERENTES PERFIS DOS ATORES ASSENTADOS.	120
3.4.1 Assentados pioneiros.	120
3.4.2 Assentados novos.	122
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
5. REFERÊNCIAS	127

# INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de um interesse, cuja trajetória teve início ainda na década de 1980, quando eu ainda criança, ouvia com muita atenção as conversas dos adultos sobre a ocupação de um castanhal muito grande que era o Cuxiú, atualmente Projeto de Assentamento (PA) Paulo Fonteles (Cuxiú). As conversas eram as mais variadas possíveis. Existiam naturalmente, como em qualquer assunto polêmico, os que eram a favor e os que pensavam contrariamente as ocupações. Não sei se pelo fato de minha mãe ser membro do Clube de Mães de São Domingos do Araguaia e este ser solidário aos posseiros, foi despertando em mim uma curiosidade de procurar entender como ocorria essa dinâmica das ocupações, e também porque de certa forma me sensibilizava com a situação quase que suicida dos posseiros que resistiam bravamente aos ataques de policiais e de pistoleiros para retirarem da área de ocupação.

No ano de 1985, já um pré-adolescente tive a oportunidade de visitar uma das vicinais que formavam o Cuxiú, a vicinal 42, onde existia uma vilinha, local da resistência dos posseiros, fiquei encantado com o vigor da mata, composta em sua maioria por árvores de castanheiras, com a capacidade de organização e resistência dos moradores da vilinha daquela época.

Assim, quando entrei na graduação do curso de Ciências Sociais com ênfase em Sociologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), núcleo de Marabá, no ano de 1994 já tinha mais ou menos em mente qual seria a temática abordada no trabalho de conclusão do curso. Com esse pensamento, analisei no trabalho final da graduação, a "Organização, luta e resistência dos posseiros do Cuxiú em são Domingos do Araguaia-PA", defendido no ano de 2000.

Com a aprovação no curso de mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da UFPA em 2013, atualmente Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), tenho a oportunidade mais uma vez de estudar e procurar analisar o PA Paulo Fonteles, com destaque para o Cuxiú, cujo título escolhido para esta dissertação é: "Atores na construção de um território: uma análise dos perfis dos assentados do Projeto de Assentamento (PA) Paulo Fonteles (Cuxiú) em São Domingos do Araguaia-PA", dissertação defendida em março de 2014.

Como professor de Sociologia da Escola Estadual Elza Dantas em São Domingos do Araguaia-PA, desde o ano de 1993 procuro com certa sensibilidade abordar a temática, luta pela posse da terra e os conflitos surgidos em função dessa disputa, principalmente, no

sudeste paraense. Assim, a problemática abordada nesta dissertação é marcada por um contexto histórico que remete ao processo de exploração da castanha e a implantação da política econômica de desenvolvimento do governo Federal para a Amazônia.

Dessa forma, Guerra (2001) afirma que na primeira fase da exploração da castanha no sudeste paraense, no início do século XX, herança da fase de exploração do caucho, predominaram os chamados "castanhais livres" e pouco ocupados de maneira permanente. A exploração era feita livremente pela população que também explorava e transportava o produto para a cidade e vendia aos comerciantes. Mesmo sendo sazonal, a exploração da castanha tinha a vantagem de ser fixa no espaço, necessitando de ampliação dos investimentos, como armazéns, estradas, portos e pastagens para os animais utilizados no transporte do local de exploração até os rios. Porém, em meados da década de 1920 começaram as pressões da elite de comerciantes locais pelo arrendamento dos castanhais.

Durante as primeiras décadas do século XX, a área do polígono dos castanhais surge como principal produtora e exportadora da castanha, o que despertou o interesse e apropriação da terra pelos setores então dominantes da exportação, fortalecendo o processo de hegemonização do setor da produção castanheira, controlados pelas oligarquias dos castanhais (EMMI, 1985).

Assim, para conceituar território apoio-me principalmente em Haesbaert (2010). Na sua concepção, o território pode desempenhar múltiplos papéis, abrigos, recursos, controles ou referências simbólicas, de acordo com o grupo ou a classe social.

Haesbaert (2010) ao analisar território destaca três dimensões, a jurídico-política, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado; a simbólico-cultural, em que o território é aceito, sobretudo, como o fruto da assimilação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido e a econômica, que dá mais ênfase a dimensão espacial das relações econômicas.

Partindo desse conceito, contextualizo o território do sudeste paraense com base nos autores Hébette (2004); Hall (1991); Becker (1997); Picolli (2006) essencialmente. Estes destacam que a implantação da política econômica de desenvolvimento do governo Federal para a Amazônia, em particular para esta região, teve seu início nos fins dos anos de 1960, com a abertura de rodovias, projetos agropecuários, madeireiros e minerais, além de

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Consistia numa fórmula de exercer controle político e econômico sobre alguns pequenos e médios produtores que se se atiraram à coleta da castanha. Na prática acabava com a "extração livre" vinha de encontro aos interesses da oligarquia como forma de controlar o comércio da castanha. A concessão de arredamentos passava por uma seleção inicial das chefias locais, que naturalmente iria escolher entre seus fieis seguidores os principais beneficiados. (EMMI, p. 105-106. 1988).

incentivos fiscais para empresas nacionais ou estrangeiras que quisessem investir na Amazônia. Posteriormente, a abertura da Transamazônica no início da década de 1970, com os projetos de colonização, criação do Programa Grande Carajás (PGC) com suas ramificações como o Projeto Ferro Carajás (PFC), usina hidrelétrica de Tucuruí e o Programa de Integração Nacional (PIN), que instituiu o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). Abre-se a região ao capital nacional e internacional.

Estimulados pela promessa de ganhar terra para plantar, se constituíram grandes fluxos de pequenos produtores rurais que se dirigiram para a Amazônia, sobretudo para o Pará, abrindo a floresta para suas roças, espontaneamente, mais tarde através de um processo de colonização, e em outro momento por meio das ocupações de terras. (MOREIRA, 2008).

Ao mesmo tempo, continua a autora, atraídos pelos fartos subsídios concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966, penetraram nestas matas, empresários do centro-sul do país que adquiriram vastas extensões de terras, transformando-as em pastagens, assim como, madeireiros, expulsando os moradores que viviam nelas, explorando os trabalhadores dessas matas.

Neste contexto, configuram-se os conflitos pela posse da terra, nos fins dos anos de 1970, essas pessoas que chegavam não encontravam empregos nem terras, então passavam a ocupar as terras sejam elas tituladas ou devolutas. Esses ocupantes de terras ou posseiros passaram a questionar a concentração fundiária estabelecendo como meta a ocupação e permanência na mesma. Estas ocupações foram mais frequentes nos castanhais, resultando em intensos conflitos com muitas mortes na região. Para minimizar os conflitos agrários, nos fins da década de 1980 começam as desapropriações das áreas ocupadas e dos demais castanhais para a criação de projetos de assentamentos rurais, em particular nos municípios de Marabá e São João do Araguaia. (PEREIRA, 2013).

Para o entendimento da sociologia dos atores aqui desenvolvidos, inspirei-me principalmente em Léna (2002), buscando analisar as lutas individuais e coletivas, o jogo dos atores, com destaque para os assentados, principalmente na definição e análises dos perfis desses atores do PA Paulo Fonteles (Cuxiú).

O PA Paulo Fonteles (Cuxiú) uma antiga área de castanhal, localizado no município de São Domingos do Araguaia-Pará, após ter sido desmembrado do município de São João do Araguaia em 1991, que somados os sete anos de ocupação (1981 a 1988) com o tempo efetivo de criação do PA (1988) dá mais de 30 anos. Os posseiros que iniciaram a ocupação, aos poucos foram se estabelecendo, lutando fisicamente e mais tarde ideologicamente com o

apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e da Igreja Católica, e pouco a pouco conquistando direitos básicos até o reconhecimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), transformando a ocupação em Projeto de Assentamento em 1988.

Dessa maneira, proponho-me a responder nesse trabalho a seguinte questão de pesquisa: Quais as influências entre os fatores analisados: organização, solidariedade, estratégia, acumulação local e reprodução familiar, para explicar os diferentes perfis dos atores assentados do PA Paulo Fonteles (Cuxiú)?

Na expectativa de resolver a questão de pesquisa levantei duas hipóteses:

- 1- A permanência dos assentados pioneiros no PA Paulo Fonteles (Cuxiú), principalmente nos primeiros anos, ou seja, durante a fase de ocupação, se justifica basicamente pela forma de organização, onde os atores envolvidos ajudavam e apoiavam esta organização na ocupação. Esta organização levou ao fortalecimento da solidariedade, da aproximação, de elaboração de estratégias de grupo para defender suas terras, formando uma comunidade com história em comum, o que foi essencial para a conquista da terra, caracterizando um perfil comum. Mas não significa que todos os atores dessa categoria participam desse perfil, principalmente porque há caso, que são minoria dentro dessa categoria, que corresponde a um perfil da marginalização e um número menor ainda, que apresenta mais caracterizado por práticas de acumulação local e do perfil alternativo.
- 2- Os assentados novos, que são a maioria do PA, se apresentam inicialmente como atores individuais, com muita dificuldade de se organizar de maneira coletiva, pelo fato de não possuir história em comum, se apresentam em sua maioria como atores com perfil da acumulação local (modelo dos pequenos fazendeiros). Porém, uma minoria faz parte do perfil da marginalização e do perfil alternativo.

A pesquisa objetivou analisar os perfis dos atores assentados do PA Paulo Fonteles (Cuxiú) no Município de São Domingos do Araguaia – Pará. Que apresenta uma diversidade de atores e, dentre essa privilegiei os assentados. Como objetivos específicos: Explicar o contexto histórico do sudeste paraense e do assentamento Paulo Fonteles (Cuxiú); Entender a organização e as estratégias de sobrevivência e o modo de vida dos assentados do PA Paulo Fonteles (Cuxiú); Identificar e analisar os perfis dos atores assentados.

O PA Paulo Fonteles (Cuxiú) é composto pelos Castanhais Cuxiú I, II e Boa Esperança, esses três castanhais receberam a denominação de Cuxiú, cuja ocupação iniciara no início da década de 1980, com intensos conflitos. Já os castanhais São Benedito I e II, que também formam o PA, não tiveram um histórico de conflitos e foi o próprio Ministério da

Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) que instalou as famílias já na época de criação do PA em 1988.

Assim, o interesse da pesquisa foca apenas a parte do Cuxiú, escolhida em função da forma de ocupação, derivada de muitos conflitos e violências, exigindo um grande esforço coletivo para resistirem aos ataques de policiais e pistoleiros a mando do "dono" do castanhal. Outro fator importante foi o tempo existente desde o início dessas ocupações, o que permite entender melhor a construção dos perfis dos atores assentados do projeto de assentamento em questão.

A metodologia desse trabalho foi apoiada na história oral em função das entrevistas dos atores do PA e na pesquisa documental referente ao PA.

A análise documental foi com base em documentos impressos oficiais ou não, como: atas, portarias, mapas, ofícios, relatórios, Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), e com base em uma releitura conceitual sobre as características do território do sudeste paraense, com ênfase nas políticas públicas no que se refere à reforma agrária e criação de assentamentos, a partir da luta pela posse da terra, seus efeitos e impactos na população dessa região e atores em um contexto amazônico. As entrevistas foram para verificar como os fatores organização, estratégias, solidariedade, acumulação local e reprodução familiar, interferem e influenciam na definição dos perfis dos atores assentados do PA na parte do Cuxiú.

A história oral é uma metodologia qualitativa, pois se situa no terreno das experiências humanas, seus procedimentos, em especial os depoimentos e as entrevistas, traduzem visões particulares de processos coletivos. Para Delgado (2006) história oral é:

Um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimento sobre essa história vivida. (Delgado, 2006, p. 15 e 16).

Para Alberti (2005), a história oral privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, fatos, conjunturas, concepções de mundo, como maneira de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consultas (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser agrupadas em um acervo aberto auxiliando os pesquisadores.

Em relação à preparação das entrevistas, primeiro, foram definidos os potenciais entrevistados, assentados, dirigentes de sindicatos e associação, agentes comunitários de saúde e professores das escolas.

Após o estabelecimento dos possíveis entrevistados, estabeleci um contato prévio, este foi realizado através de participação em reuniões, no intuito de uma familiarização para a realização da entrevista. Em uma das reuniões realizada no dia 29 de agosto de 2013 estavam presentes os assentados, os técnicos da cooperativa Agroatins que presta assistência técnica no PA e funcionários do INCRA. Nesta ocasião, discutiram questões sobre a entrega de alguns títulos que ainda faltavam ser entregues, sobre as dificuldades de se conseguir financiamentos e também sobre a entrega do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Nesse contato prévio, apresentei o projeto de pesquisa, enfatizando a relevância do depoimento de cada um, busquei explicar com clareza, os objetivos da pesquisa, as possíveis formas de divulgação de seus resultados e dos depoimentos recolhidos.

Ao iniciar as entrevistas, convidei a Professora aposentada e dirigente do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Subsede Pará (MIQCB), a professora Cledeneuza Maria Bezerra Oliveira, que também é assentada, acrescentando também, que ela foi uma das lideranças mais atuantes nos momentos de luta pela posse da terra e de direitos básicos ao PA, como educação, estrada, saúde dentre outros. A presença da professora na minha companhia foi muito importante, porque ela é uma pessoa conhecida em toda a área do município e isto tirava o ar de desconfiança por parte de algum entrevistado, principalmente os assentados novos.

Destaco também, a companhia do assentado pioneiro Sidnei Campos, que por duas vezes o convidei para me acompanhar nas entrevistas, por ser uma pessoa muito divertida e popular em todo o Cuxiú. A presença desse assentado na casa dos entrevistados quebrava aquele clima de desconfiança e estranheza por parte dos entrevistados. Essa estratégia foi muito útil para minha pesquisa, porque se eu fosse sozinho de início, mesmo tendo tido contatos em reuniões, provavelmente não teria conseguido as entrevistas que consegui, não com as mesmas qualidades. Posteriormente, já mais conhecido e familiarizado com os moradores, continuei com as entrevistas sem a companhia dos dois. As entrevistas foram realizadas a partir de maio de 2014, nos lotes dos assentados no momento que não estavam realizando as tarefas diárias, para não interromper suas atividades.

Neste sentido, a realização das entrevistas é considerada etapa fundamental de qualquer pesquisa que trabalhe com a história oral. Para Delgado (2006), é na realização de entrevistas que se situa efetivamente o fazer da história oral.

Para Chizzotti (2006), a entrevista representa uma comunicação entre dois interlocutores, o pesquisador e o informante.

A entrevista pode ser livre (o informante discorre como quiser sobre o assunto), estruturada (o informante responde sobre algumas perguntas especificas), ou semi-estruturada (o informante faz um discurso livre orientado por algumas perguntas chaves). (CHIZZOTTI, 2006, p. 45).

A entrevista permite entender a história de vida dos atores, buscando informações sobre a comunidade compreendendo suas dimensões, suas representações no contexto da vida dos atores que fazem parte da comunidade, da sua organização e de suas relações com a sociedade. Nesta direção Alberti (2005) enfatiza que:

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação por amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que se possam fornecer depoimentos significativos. (ALBERTI, 2005, p.31-32).

Dessa maneira, foram realizadas 21 entrevistas com os assentados do PA na parte do Cuxiú, para tanto, entrevistei nove assentados pioneiros e doze assentados novos, procurei ao realizar as entrevistas, ouvir assentados de todas as vicinais² que formam o Cuxiú para ficar mais representativo. Estou chamando assentados pioneiros, aqueles que participaram do início da ocupação do castanhal Cuxiú, hoje PA Paulo Fonteles e estão até hoje. Os assentados novos, aqueles que chegaram após o início da ocupação, quando os conflitos já haviam cessados e também todos aqueles que chegaram após a criação do PA.

Ressalto que essa definição é para organizar melhor metodologicamente as categorias, já que não considero que elas sejam homogêneas, pois em cada uma delas há diferenças entre si, porque entendo que os grupos sociais não são homogêneos. Assim, as entrevistas foram realizadas com os assentados que se encontravam em suas casas e tinham disponibilidade de atender. Também foram entrevistados os agentes de saúde, professores, presidentes do sindicato e da associação do PA. Os materiais utilizados nas entrevistas e no trabalho de campo de um modo geral foram: um celular, uma prancheta, lápis, caneta e papel com pautas.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Segundos os assentados, eram caminhos feitos por eles mesmos inicialmente, para facilitar o deslocamento dentro da ocupação, hoje PA, atualmente estes caminhos estão transformados em estradas.

O trabalho se organiza em três capítulos. No primeiro abordei o contexto histórico do sudeste paraense e a luta pela terra, destacando as concepções sobre território; As políticas públicas e seus impactos no território do sudeste paraense: mostrando o processo de transformação territorial do sudeste paraense, a partir do histórico da ocupação da região, destacando as políticas públicas como: o Projeto de Colonização dirigida com ênfase aos Projetos Integrados de Colonização (PIC) Marabá, como expressão da Reforma Agrária; os Assentamentos Rurais como expressão da Reforma Agrária; os caminhos e os descaminhos da Reforma Agrária; e o contexto atual do sudeste paraense: as perspectivas socioeconômicas e o município de São Domingos do Araguaia-Pará.

No segundo capítulo enfoquei a caracterização do PA, descrevendo o histórico da ocupação assim como os conflitos e a criação do PA. Também serão apresentados os atores do PA e se descreverá os jogos de interesses entre eles.

No terceiro capítulo tratei da sociologia dos atores assentados do PA, enfatizando o quadro teórico que permite o embasamento para o estudo dos atores; uma síntese sobre a situação atual e os desafios encontrados no PA; a influência dos fatores nos atores, a produção e o trabalho no PA e o perfil dos atores assentados.

Por fim, na conclusão do trabalho estabeleci a análise da construção e consolidação do PA Paulo Fonteles (Cuxiú), assim como, a definição dos perfis dos assentados do PA, demonstrando, neste caso, seus avanços e recuos, suas articulações, suas estratégias, enfim, sua dinâmica, num processo de organização e definição de estratégias de ações coletivas pela permanência em seus locais de lutas, resistências e de defesa de seus modos de vidas.

# 1. O CONTEXTO HISTÓRICO TERRITORIAL DO SUDESTE PARAENSE E A LUTA PELA POSSE DA TERRA

O território do sudeste paraense<sup>3</sup> se apresenta em um contexto de profundas transformações ao longo do seu processo de ocupação. A exploração de terras indígenas, populações ribeirinhas e posseiras pela expansão e domínio do capital, que inicialmente se apresentou em suas formas tradicionais e posteriormente na sua forma moderna, conforma este cenário de exploração provocando um cenário de conflitos e violências, proporcionando histórias de vidas diferentes e dinâmicas na luta pela terra (LÉNA, 2002).

Neste sentido, procurar entender a dinâmica do território, torna-se fundamental neste estudo, porque permite perceber as transformações e as características deste território específico. Enfatizando suas primeiras formas de ocupação e exploração. Passando pelas formas extrativas, principalmente da castanha do Pará, na área conhecida como médio Tocantins, até às formas modernas de exploração, caracterizada pela presença do grande capital nacional e internacional, através das políticas públicas para esta região, dentre elas a que criou os territórios da cidadania no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva.

#### 1.1. TERRITÓRIO: NOTAS SOBRE A ABORDAGEM

Para o conceito acerca do termo território destaco as abordagens de Haesbaert (2010) que entende o território sob diferentes aspectos, para isso elabora uma classificação que se observa fundamentalmente em três pilares: i) jurídico-política que analisa o território como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal, este é o mais difundido; ii) simbólico-cultural em que se destaca a dimensão simbólica e mais subjetiva, onde o território é aceito, principalmente, como fruto da assimilação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; iii) e a econômica que dá mais destaque a dimensão espacial das relações econômicas,

até 2008 o Território Sudeste era formado pelos municípios de Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Parauapebas, São Domingos e São João do Araguaia. Com o lançamento do Programa "Territórios da Cidadania", em 2008, foram acrescidos mais sete municípios: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Palestina do Pará, Piçarra e São Geraldo do Araguaia. Mais detalhes

ver SDT/MDA – 2010.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> O Território Sudeste Paraense está localizado na mesorregião de mesmo nome e apresenta a particularidade de estar inserido em uma das mais importantes áreas de fronteira agrícola da Amazônia oriental. Criado em 2004,

o território como fonte de recursos e/ou agrupado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como resultado da divisão territorial do trabalho.

O autor acrescenta ainda um quarto modo de compreender o território, o que toma por base a interpretação naturalista, mais antiga e pouco utilizada pelas ciências sociais. Nesta, o território é visto com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento "natural" da sociedade em relação ao seu ambiente físico.

Com base no exposto, o referido autor afirma que mesmo reconhecendo o valor de se distinguir essas quatro dimensões: a política, a cultural, a econômica e a "natural", ele alerta para a necessidade de se organizar o pensamento, tendo como princípio um aspecto mais geral, de forma que estas dimensões estejam inseridas em uma fundamentação filosófica das mesmas.

Na visão de Haesbaert (2010), há um conjunto de concepções a respeito de território: a) território nas perspectivas materialistas englobando (as concepções naturalistas; a concepção de base econômica; a tradição jurídico-política); b) território nas perspectivas idealistas; c) território numa perspectiva integradora; d) a visão relacional de território em Sack e Raffestin. Assim, o autor reconhece que o território é focado usualmente em quatro dimensões: a política, a cultural, a econômica e a ''natural''.

Ancorado nessas considerações, Haesbaert (2010) comunga a ideia de que a concepção a ser adotada dependerá da posição filosófica adotada por cada pesquisador. Assim, um marxista tenderá a defender uma concepção de território que enfoque sua dimensão material, especialmente no sentido econômico, que se define a partir das relações sociais nas quais esteja inserido.

#### 1.1.1 As concepções materialistas de território

Haesbaert (2010) afirma que nas posições materialistas, temos num extremo, as posições "naturalistas", que restringem a territorialidade ao seu caráter biológico. Num outro extremo, aqueles que, como muitos marxistas, consideram a base material, em especial as "relações de produção", como o alicerce para entender como o território é organizado. E num ponto intermediário, teríamos a visão de território como fonte de recursos. Sendo assim, o autor destaca três concepções distintas, a naturalista, econômica e política, e alerta que essas divisões são arbitrárias, e que em alguns momentos elas dialogam entre si e com o campo simbólico.

Para o autor, o que na maioria das vezes se encontra difundido sobre território, até mesmo a nível acadêmico, invariavelmente é abordado, direta ou indiretamente, dois sentidos: o primeiro, predominante, refere-se a terra e, sendo assim, ao território como materialidade; o segundo, em menor escala, referindo-se aos sentimentos que o território possa despertar e prazer para aqueles que dele usufruem ou se identificam, e também às vezes medo para quem dele é excluído.

Ao conceituar território na concepção naturalista, Haesbaert (2010), ao se referir a Di Méo (1998), relata que um espaço defendido por todo animal confrontado com a necessidade de se proteger, é a concepção mais primitiva dessa categoria. Para esses autores, a Etologia descreve o território como sendo uma área geográfica, nos limites do qual a presença permanente ou frequente de um sujeito, exclui a permanência simultânea de congêneres pertencentes tanto ao mesmo sexo (machos), tendo como exceção os jovens (território familiar), quanto aos dois sexos (território individual). O conceito no seu sentido natural é empregado para designar o espaço definido e delimitado por animais, que foi um dos primeiros a serem discutidos.

Haesbaert (2010), ao citar Godelier (1984) com base na concepção econômica, define território a partir de processos de controle e usufruto dos recursos. Nessa definição, o termo território é entendido como uma porção da natureza e, deste modo, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus componentes direitos permanentes, de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se localizam e que ela deseja e é capaz de explorar.

Ainda considerando as reflexões de Godelier (1984), Haesbaert (2010) lembra que esse autor mantém uma forte referência da natureza na sua definição. Fato muito presente no trabalho de antropólogos e historiadores que, com frequência, quando focalizam o território e os processos de territorialização, refere-se à análise de sociedades tradicionais, como as sociedades indígenas, que economicamente são dependentes muito mais das condições físicas do seu entorno, ou que fazem uso de referentes espaciais da própria natureza na construção de suas identidades. Desse modo, Haesbaert (2010) destaca a importância em Godelier (1984), dada ao território como fonte de recurso, quanto ao seu acesso, controle e uso.

Em trabalhos mais recentes, Haesbaert (2010) relata que alguns antropólogos ainda mantém essa ideia de território de fundo econômico-materialista, como área "defendida" devido à disponibilidade e garantia de recursos necessários à reprodução material de um grupo. Contudo, não se trata de uma característica genérica das sociedades tradicionais, como interpretam, apressadamente, muitos autores. Para esse autor, há uma diferenciação muito

nítida entre distintas formas de construção do território e/ou territorialidade em relação a seus recursos, dependendo de fatores como o tipo de mobilidade a que o grupo está sujeito.

Ao citar Santos et al. (2000), Haesbaert (2010) lembra que para esse autor, o território usado organiza-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e contraditórias. Daí o vigor do conceito, convocando a pensar processualmente as relações postas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. O território usado, aceito como uma totalidade, é um campo excepcional para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a composição global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso.

Ainda citando Santos et al. (2000), Haesbaert (2010) relata que esses autores, numa distinção entre território como recurso e território como abrigo, afirmam que, enquanto para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, aval de realização de seus interesses particulares, para os atores hegemonizados trata-se de um abrigo, sendo que estes buscam constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam suas sobrevivências nos lugares. Na interação território-sociedade, o território participa num sentido explicitamente relacional, tanto como "ator" quanto como objeto da ação.

Feitas essas considerações, Haesbaert (2010) se ampara em Santos (1994) dizendo que esse tece críticas ao legado moderno de "conceitos puros" que fazem do território um conceito a-histórico, ignorando seu caráter "híbrido" e historicamente mutável. Desse modo, o que o território tem de permanente é ser nosso quadro de vida e o que faz dele objeto da análise social é seu uso, e não o território em si mesmo.

Nessa perspectiva, Haesbaert (2010) analisa que esta ênfase ao uso do território a ponto de diferenciar "território em si" e "território usado", ao mesmo tempo em que explicita uma priorização de sua dimensão econômica, estabelece uma distinção discutível entre o território como forma e o território usado como objeto de ações, sinônimo de espaço humano.

Dessa forma, ao se referir sobre a concepção jurídico-política de território, Haesbaert (2010) afirma que o vínculo mais tradicional na significação de território é aquele que faz associação entre território e os fundamentos materiais do Estado, tendo Ratzel (1990) como autor clássico nesta discussão. De acordo com Moraes (2000) em diálogo com Ratzel (1990), o território é um espaço caracterizado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial. Assim, no mundo moderno, os territórios constituem áreas de dominação "estatal" e, mais recentemente, "estatal nacional".

Nesse diálogo, os autores dizem que embora a ciência política tenha, repetidamente, escondido as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia, apesar disso, jamais ter qualquer fundamento seguro. Desse modo, sem território não se poderia entender o aumento da potência e da solidez do Estado.

# 1.1.2 As perspectivas idealistas e integradoras de território

Haesbaert (2010) descreve as perspectivas idealistas de território, utilizando como exemplo uma sociedade indígena. Para esse autor, tal sociedade constrói seu território como área controlada para usufruto de seus recursos, notadamente os recursos naturais (algo bastante genérico e, assim sendo, variável entre os diversos grupos). Mas os referentes espaciais aí, também integram a vida dos índios como elementos indissociáveis, na criação e recriação de mitos e símbolos, podendo mesmo ser responsáveis pela própria significação do grupo enquanto tal.

Assim, Haesbaert (2010) mostra que a conceituação de Godelier (1984) citada na discussão sobre a perspectiva materialista de território, apresenta importantes nuanças, reivindicando também a inclusão de uma dimensão ideal ou apropriação simbólica. Pois, o acesso, o controle e o uso é o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território. Tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais são dependentes.

Para Haesbaert (2010), na perspectiva integradora se desenvolve outro debate de grande relevância, aquele que prima pela leitura de território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem exclusivamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser imaginado por meio de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza). Desse modo, o território cumpriria um pouco o papel que cabia à região como um grande conceito integrador na perspectiva da Geografia clássica.

# 1.1.3 A perspectiva relacional de território de Robert Sack e Claude Raffestin

Nessa perspectiva, Haesbaert (2010) relata que Sack (1986) observa que a qualidade necessária para a construção de um território (a territorialidade), media uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais — tratam-se, simplificando, do controle de pessoas e/ou recursos pelo controle de uma área. Portanto, a fronteira e o controle do acesso são características essenciais na definição de territorialidade defendida por Sack (1986). Assim, Haesbaert (2010) descreve que Sack (1986) mantém uma escala muito ampla de território, que vai do nível pessoal, de uma sala, ao internacional, nunca a restringindo ao nível do Estado nação.

Nessa direção, Haesbaert (2010) expõe que Sack (1986), ao descrever sobre a territorialidade humana, afirma que esta envolve o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado, no entanto, ela é mais bem entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada. Portanto, o uso da territorialidade estar amarrado a quem está influenciando e controlando quem e aos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo.

Teorizando acerca do termo territorialidade, Haesbaert (2010) dialoga com Sack (1986) afirmando que esta é definida como a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela limitação e estabelecimento do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território. No diálogo com Raffestin (1988), Haesbaert (2010) afirma que este entende o termo territorialidade através de uma visão bem mais ampla, como o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade por meio do auxílio de mediadores ou instrumentos.

Dentre essas abordagens e concepções a cerca de território, privilegia-se nesta pesquisa aquela baseada na perspectiva materialista, com a noção de território a partir da dimensão econômica, contextualizada historicamente e definindo-se a partir das relações sociais. Um território percebido a partir do conflito. Um mediador das relações sociais de produção. Nesta perspectiva destaca-se o assentamento como um território, um território em disputa entre os atores do assentamento.

Assim, abordar as concepções sobre territórios e compreendê-las é de suma importância neste trabalho, porque permite a apropriação desses conceitos para compreender melhor as características do sudeste paraense, do município que está inserido o PA Paulo

Fonteles (Cuxiú), procurando analisar e entender como o território é visto, a partir das vivências e atuação dos atores envolvidos na sua construção.

Entende-se que as percepções dos assentados do PA sobre território, se dão pela relação com os recursos naturais que eles acessam, controlam e usam, pois é o que reivindica uma sociedade, ao se apropriar de um território. Neste sentido, essa forma de pensar se aproxima de Godelier (1984), citado por Hasbaert (2010), ao designar território como uma porção da natureza e, do espaço em que uma determinada sociedade reivindica e garante a seus membros direitos sólidos de acesso, de controle e de uso.

Por outro lado, há aqueles assentados, que além de reconhecerem território como fonte de recurso ou abrigo, demonstram apropriação simbólica, expressando apego e pertencimento ao assentamento. Dessa forma, se entende que os assentados criam/recriam estratégias que garantam suas sobrevivências e suas territorialidades através do uso que cada um faz do seu território o PA Paulo Fonteles (Cuxiú) em São Domingos do Araguaia-Pará.

#### 1.2. SUDESTE PARAENSE: TERRITÓRIO DE CONFLITO

O processo de exploração da região ou território sudeste paraense, em especial Marabá e São João do Araguaia, é bastante antigo. Há registros de fundações de inúmeros povoados ao longo dos rios Tocantins e Araguaia, de pessoas que vieram em busca de pastos naturais, ou criação de mecanismos de controle de fuga de escravos, ou em busca de riquezas minerais. (PATERNOSTRO, 1945 Apud GUERRA, 2001).

De disputas políticas entre florianistas e partido católico liderado por padres, em Boa Vista do Tocantins, no final do século XIX, surge um conflito, cujos perdedores são expulsos. O grupo se dispersa, alguns vão para o Norte, outros desceram o rio Tocantins na direção do rio Itacaiúnas, pois havia se cristalizado a crença, que se manteve por muito tempo, de que por trás das florestas que margeiam o Tocantins paraense, existiam extensos campos naturais que se prolongariam até o Xingu. Exploram o Tocantins, chegando às circunvizinhanças de Marabá, fundando o Burgo Agrícola do Itacaiúnas, a oito quilômetros da confluência dos dois rios, Tocantins e Itacaiúnas. (VELHO, 1981).

Os fundadores do Burgo têm muita dificuldade em manterem-se fiéis à criação e à agricultura que se pretendia desenvolver. Muito em função da exploração da borracha que estava no auge na Amazônia, e sua exploração no Tocantins inicia-se esparsamente a partir de

1897, através da descoberta de caucho, uma planta lactífera que encontrava um comércio promissor. Dessa forma, com o aquecimento dessa atividade extrativista, no início do século XX, aniquilou completamente a experiência do chamado Burgo Agrícola. A castanha também ia, em face das dificuldades, começando a exercer a sua atração. Assim, o Burgo não prospera, pois o extrativismo assume a dianteira. (VELHO, 1981).

Posteriormente, segundo Velho (1981) outro grupo, liderado por Francisco Coelho que era comerciante, estabelece um ponto exatamente na confluência dos rios, o que teria originado o núcleo habitacional que hoje é a Marabá Pioneira. Este grupo fazia parte do grupo de migração da frente de expansão da pecuária do nordeste em direção a esta região, com o objetivo de transformar a mesma em um centro de produção agrícola e pecuária. As necessidades de elevados investimentos para substituir a floresta por áreas agrícolas e pastagens, no entanto, dificultou sobremaneira, de início, a consolidação dessa perspectiva. Ponto de comércio do caucho e de carne, Marabá e os outros povoados passaram longo tempo sendo apenas ponto de passagem e abastecimento dos moradores da região.

Para Guerra (2001), a exploração do caucho nesse período era mais importante que a fixação para a agricultura, entretanto, o caucho teve como era de se esperar, vida curta. A característica da exploração do caucho que predominava na região, diferentemente do Acre, é que a árvore era derrubada, sacrificadas para a extração, dificultando a formação dos cauchais permanentes e se tornando uma atividade itinerante. O outro fato foi a crise da borracha, que teve início em 1912 e se arrastou até 1919, com isso o preço da borracha sofre grande queda, principalmente, após a primeira guerra mundial. Antes da queda da borracha, Marabá teria vivido momento de riqueza e movimento, principalmente nas duas primeiras décadas do século XX, quando se torna conhecida pelo vigor do comércio, emancipação política e economia exuberante.

Com o declínio da exploração da borracha, a castanha do Pará começa a exercer a sua atração, foi ela que evitou a frágil economia da região e da Amazônia de um modo geral do total desmoronamento. Marabá se apresenta como centro armazenador e comercial do produto nas safras anuais, atraindo um forte movimento de pessoas, motores e outras embarcações. Desembarcando em seu porto, os mais diversos interessados no comércio da castanha, proprietários e arrendatários de castanhais, especuladores, representantes das firmas de Belém, assim como também, jogadores, mulheres, desfazendo esse movimento tão logo a safra chegasse ao fim. (TOCANTINS, 1973).

Para tanto, os exploradores da castanha, aproveitaram-se da elevada densidade de árvores na região e da infraestrutura que havia sido montada à época da exploração da

borracha e que foi transferida para a exploração da castanha, o sistema de aviamento característico da época. No entendimento de Velho (1981), esse modelo de exploração da força de trabalho foi usado durante muito tempo pelos donos de castanhais e casas aviadoras, no período em que a castanha do Pará passa a ser o principal produto extrativo nesta região. O comerciante, que na maioria das vezes era o próprio dono de castanhal, vendia todo o material necessário ao coletor de castanha, para que ele se embrenhasse na mata por meses. No final, o pagamento desse material deveria ser feito com a produção, isto é, a castanha. O que provocava, seguidamente, que o "aviado", o coletor de castanha, tivesse que entregar, de antemão, toda a sua produção a quem o "aviasse", geralmente as casas comerciais, de uma forma que nunca se livrasse das dívidas.

Assim, prossegue Velho (1981) entre 1920 e 1925 a extração da castanha, produto já conhecido há bastante tempo e utilizado pelos caboclos e pelos indígenas da região ganha "status" de principal atividade econômica, supera a borracha se tornando o produto extrativo regional de maior valor nos mercados nacional e internacional.

De acordo com Guerra (2001) na primeira fase da exploração da castanha, herança da fase do caucho, predominaram os chamados "castanhais livres" e pouco ocupados de maneira permanente. A exploração era feita livremente pela população que explorava e transportava para a cidade e vendia aos comerciantes da castanha. Mesmo sendo sazonal a exploração da castanha, tinha a vantagem de ser fixa no espaço, necessitando de ampliação dos investimentos, como armazéns, estradas, portos, e pastagens para os animais que faziam os seus transporte do local de exploração até os rios. Daí que, mesmo na década de 1920 começaram as pressões da elite de comerciantes locais pelo arrendamento dos castanhais. (VELHO, 1981).

A partir de 1925, os castanhais passaram a ser arrendados pelo governo que institui novas formas de controle político dos comerciantes de castanha. A renovação do arrendamento estava baseada em critérios que permitiam aos governantes o controle político dos que exerciam esta atividade. Os castanhais, em geral, no entendimento de Guerra (2001) consistiam em áreas de concentração de árvores produtivas da Bertholletia excelsa, nome científico da castanheira. Na região de Marabá, desde a sua descoberta, foram considerados riquíssimos, sendo que os castanhais do Tocantins e Itacaiúnas destacavam-se pela qualidade e produtividade. (GUERRA, 2001).

O arrendamento da terra, de acordo com Velho (1981), era feito segundo o prestígio e a retribuição política do favorecido ao chefe político local, o arrendatário tinha a função de organização da produção e o domínio da compra do produto. Porém, a partir de 1950 com as

modificações na lei de aforamento dos castanhais, que dava margem para o seu arrendamento perpétuo, no qual o arrendatário tinha a garantia de uma posse permanente da terra, os castanhais que eram públicos até aquele momento passam a ser apropriados pelos comerciantes, formando-se, um verdadeiro cartel de dominação dos trabalhadores extratores. Com isso, não apenas os investimentos nas benfeitorias dos castanhais aumentaram, mas também a formação de pastagens e a criação de gado em consórcio com o extrativismo da castanha.

Aos poucos, a oligarquia castanheira<sup>4</sup>, na figura das famílias tradicionais locais, tornam-se proprietárias de quase toda a terra: mantinham o controle da produção extrativa e consequentemente o monopólio da terra. Esta hegemonia, de acordo com Emmi (1988), deveu-se ao fortalecimento político destes comerciantes, através da conquista do poder político.

Durante as primeiras décadas do século XX, a área do polígono dos castanhais<sup>5</sup> surge como principal produtora e exportadora da castanha, o que despertou o interesse e apropriação da terra pelos setores então dominantes da exportação, fortalecendo o poder das oligarquias dos castanhais (EMMI, 1985).

Contudo, a partir das décadas de 1950 e 1960 do século XX, continua EMMI (1985), a rentável economia da castanha, vai diminuindo seus índices de produtividade, ocasionada não pela baixa do preço do produto, mas pela queda na produção. Vale destacar que a queda na produção ocorre fundamentalmente em função do consórcio realizado entre a atividade da exploração castanha e à pecuária, levando até mesmo a uma significativa substituição dos castanhais por pastagens, tendo como resultado a queda na produção da castanha. Dessa forma, a concentração fundiária ligada à castanha e à agropecuária que se põe em marcha na década de 50 é o novo horizonte de apropriação privada da terra na região até meados do século XX.

Michelotti (2008) declara que, ao mesmo tempo, desde o início da ocupação da região, que ele chama de frente de expansão da castanha e pecuária, havia um fluxo intenso do sul do

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Também chamada de oligarquia de Marabá, Constituída por grupos familiares, que em épocas diferentes exerciam o poder local, seja político, econômico e social. Dessa forma, de 1920 a 1940 o grupo familiar de Deodoro de Mendonça exercia essa dominação. A partir da década de 1950 esse domínio era exercido, por um grupo de fazendeiros, comerciantes e exportadores da castanha, entre os quais se destacava a família Mutran. (EMMI, 1988, p. 80-81).

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Trata-se de uma vasta área calculada entre 800.000, 900.000 e 1.700.000 ha dependendo das fontes – e assim denominada pelos exploradores da castanha-do-Pará no intuído de apresentarem como homogênea essa extensão de terra e legitimar suas pretensões de propriedade global e exclusiva dessa área. Localizado no sudeste do Pará, essencialmente nos municípios de São João do Araguaia, Itupiranga e Marabá. . (HÉBETTE, 2004b, p. 193-194).

Maranhão para esta região, que se ampliou com a atividade extrativa do caucho e da castanha. Eram os migrantes que sazonalmente vinham à Marabá para a safra da castanha e retornavam na entressafra. Mas que aos poucos foram ficando, se estabelecendo em áreas de floresta, cultivando a terra para o autoconsumo, trabalhando na coleta, na caça ligada ao comércio de peles e garimpos de diamante. Eles se estabeleciam de maneira isolada ou em pequenos aglomerados, normalmente em áreas não ocupadas inicialmente por castanhais.

Essa tentativa de permanência na entressafra prossegue Michelotti (2008), gerou muitos conflitos entre esses trabalhadores e os donos de castanhais, principalmente, devido à concentração fundiária ligada à castanha, intensificando-se a pressão do posseiro para entrar e permanecer na terra. Para os oligarcas da castanha a dinâmica de acesso à terra resulta de acordos e alianças políticas costurados pelas famílias tradicionais locais, porém para os posseiros, sobra o confronto direto com os pistoleiros e policiais a serviço dos oligarcas.

Como as terras em Marabá já eram cada vez mais ocupadas pelos donos de castanhais, que além de explorarem os castanhais implantavam à pecuária, então os posseiros encontravam muitas dificuldades para se estabelecerem. Dessa forma, esta frente procurou se fixar nos municípios menores e mais afastados como São João do Araguaia e Itupiranga. Embora com o relativo isolamento, começaram a surgir povoados que foram ganhando certas dimensões, sobretudo com a abertura de rodovia, como a Belém-Brasília no início da década de 1960 e, posteriormente, pela abertura do ramal rodoviário entre Marabá e a Belém-Brasília em 1969 (rodovia PA-70) e, por fim, a Transamazônica em 1971. (MICHELOTTI, 2008).

A abertura dessas rodovias significou uma ligação nacional direta, diferentemente da ligação fluvial por Imperatriz. Diferença importante foi com o processo de ocupação, pois, a partir desse momento não se deu exclusivamente pelos pequenos lavradores. "A região foi ocupada por três estratos distintos: (i) os lavradores da frente maranhense; (ii) os médios fazendeiros conhecidos como "baianos"; (iii) os grandes fazendeiros de fora e também de Marabá, incentivados com crédito da SUDAM. Sendo que os médios e grandes fazendeiros tinham mais facilidade de legalizar as terras ocupadas, empurrando a frente maranhense para se adentrar cada vez mais para o interior". (MICHELOTTI, 2008).

Dessa forma, acrescenta Michelotti (2008), a junção desses estratos começou a gerar uma escassez de terras livres na região. Assim, aumentou o número de lavradores que começaram a ocupar para cultivar em terras consideradas de propriedade privada. Na contra mão do processo, o INCRA, recém-criado e estabelecido há pouco na região, não deu preferência aos lavradores que iam se estabelecendo por conta própria, concentrando seus

esforços nos chamados Projetos de Colonização, implantados em áreas de maior extensão ainda não ocupadas.

Como enfatiza Emmi (1988), com a expansão da empresa capitalista (agropecuárias, madeireiras, energéticas, minerais, construção civil) para a região, a oligarquia latifundiária (castanheira) apoiada no modelo paternalista e na posse quase absoluta da terra, tem que se adequar ou fazer alianças ao novo modelo modernista que se apresenta, provocando uma nova realidade. Como grupo que exerceu por muito tempo a apropriação econômica e a dominação política local, ela é obrigada a se readaptar, buscando acordos e alianças, porque cada vez mais a tendência é ela deixar de ser a fração dominante.

A diferença é que agora, prossegue Emmi (1988), a disputa pela terra extrapola o limite local. Entram em cenas grupos econômicos nacionais e internacionais, que passam a disputar o espaço amazônico, fazendo frente ao poder das famílias tradicionais locais. Essa perda parcial de poder vai se dá em razão dos objetivos do Estado que não é mais de apoiar apenas os grupos tradicionais locais, mas principalmente o capital nacional e internacional. Os órgãos estatais passam a lhes negar o apoio absoluto com que contavam até então.

Por outro lado, os posseiros na luta pela terra se encontram em uma situação complicada e perigosa, pois os representantes do capital que se apresentam de formas diferentes reagem às suas presenças. A oligarquia castanheira que dominava absolutamente durante muitas décadas agora com tendência a se desagregar ou se modificar, reage com violência em defesa de sua propriedade. Os representantes do bloco nacional de poder (capital industrial e financeiro) que estão se fixando, também reagem com força em relação à luta dos posseiros. Neste sentido, com os novos rumos da política econômica, mudanças importantes ocorrem nas estruturas locais, principalmente no nível fundiário, proporcionando novas estruturas de poder (EMMI,1988).

#### 1.3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS IMPACTOS NO SUDESTE PARAENSE

As políticas públicas destinadas à região eram similares àquelas descritas por Léna (2002), baseadas no modelo de desenvolvimento depredador, desenvolvido a partir do fim dos anos sessenta pelo regime militar, seguindo uma ideologia desenvolvimentista. Neste sentido, considera prioritariamente a Amazônia como uma fronteira de recursos de fonte inesgotável, que deve ser ocupada e explorada com o objetivo de firmar a soberania nacional na região e acelerar o crescimento econômico do país. Os custos ecológicos e sociais de ocupação não são

levados em consideração, é o preço a pagar para realização dos seus propósitos. Sendo responsável pelos intensos desmatamentos, reproduziu a concentração fundiária das outras regiões e excluiu certas categorias de população.

Dessa forma, o Estado se apresentava como o grande investidor na promoção da industrialização nacional e o desenvolvimento estava condicionado a entrada do capital produtivo nacional e internacional.

A política de desenvolvimento para a Amazônia, por parte do Estado, teve seu início e se tornou mais evidente com a instalação da Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953 com sede em Belém do Pará, ligada diretamente a Presidência da República. Esta teve como objetivo a execução e supervisão de um Plano de Valorização Econômica da Amazônia que, em linhas gerais, deveria estimular atividades extrativas, agrícolas, pastoris, minerais e industriais que deveriam ser atingidas através de uma série de planos quinquenais (HALL, 1991), um esforço de ocupação da área.

Após dez anos de atuação, os sucessos da SPVEA foram modestos como bem destaca Hall (1991), tendo como obra máxima a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, oficialmente inaugurada cinco anos depois e pavimentada em 1973. A Belém-Brasília foi a primeira de várias grandes estradas que atualmente cortam a Amazônia e que facilitaram a penetração e ocupação da região.

Em 1966, continua Hall (1991), substituindo a desacreditada SPVEA foi criada a SUDAM, com o objetivo de definir e coordenar a implantação das estratégias de ocupação e integração da região passou a cuidar da elaboração e a execução do plano de Valorização da Amazônia, diretamente ou mediante convênios com empresas públicas ou privadas, utilizando como agente financeiro o Banco da Amazônia S.A (BASA), para concessões de empréstimos para empresas nacionais e internacionais. Tinha também o propósito de viabilizar o projeto político proposto pelo governo militar, com estratégias de concentração econômica através da expansão dos grupos organizados e colocando a região à disposição do mercado mundial. (PICOLI, 2006).

Em 2001, a SUDAM é extinta sendo substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), sendo uma forma de omitir e camuflar segundo Picoli (2006) os desvios de recursos provenientes do órgão, além dos desgastes provocados pelos abusos políticos e econômicos das administrações nos mais de 30 anos de sua existência, prestando benefícios e privilégios aos grupos hegemônicos do país. É importante destacar que a mudança de siglas nada muda nessas agências governamentais.

Para melhor controlar e ocupar o espaço Amazônico o governo federal passa a viabilizar e subsidiar a ocupação de terras por grandes empresas. Com base em uma gigantesca estratégia, propondo e impondo uma malha de duplo controle, técnico-político, sobre o espaço preexistente. Os principais elementos dessa estratégia governamental são destacados por Becker (1997):

Implantação de redes de integração espacial. Tratam-se de todo tipos de rede, destacando-se quatro quanto ao investimento público. Primeiro, a rede rodoviária. Segundo, a rede de telecomunicações comanda por satélites. Terceiro, a rede urbana, sede das redes de instituições estatais e organizações privadas. Finalmente, a rede hidroelétrica, que se estende para fornecer energia, o insumo básico à nova fase industrial [...]. (2) Superposição de territórios federais sobre os estaduais. A manipulação do território pela apropriação de terras dos Estados [...] O primeiro grande território criado foi a Amazônia Legal, superposta à região Norte [...]. Em seguida, em 1970-1971, o governo determinou que uma faixa de 100 km de ambos os lados de toda estrada federal que pertencia à esfera pública, segundo a justificativa de sua distribuição para camponeses em projetos de colonização [...]. Em terceiro, após 1974, uma estratégia seletiva se implanta, a Polamazônia. Quinze "pólos de desenvolvimento" canalizam os investimentos [...]. E em quarto o programa Grande Carajás (PGC) e o Projeto Calha Norte (PCN) são novos territórios criados. [...]. (3) Subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios. A partir de 1968, mecanismos fiscais e creditícios subsidiaram o fluxo de capital do Sudeste e do exterior para a região, através de bancos oficiais, particularmente o Banco da Amazônia S. A. (Basa). (BECKER, 1997. p.14-19).

Neste sentido, ficam claras quais as intenções do governo em relação à Amazônia, mas não devemos esquecer, que neste imenso espaço já havia vários tipos de povoamento, como, os povos indígenas que já moravam na região a milhares de anos, os trabalhadores da época da borracha e castanha, as populações ribeirinhas, os recém-chegados atraídos pela colonização, construção de estradas, garimpos, construção de hidrelétricas e as grandes empresas e fazendeiros.

Através do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1967 a 1971, o Estado viabilizou a construção de obras de infraestruturas no setor de transportes (rodoviários, portuários), comunicações e energia. A realização destas obras atendia aos objetivos da instalação na região de grandes projetos agropecuários, minerais e de unidades industriais de processamento de produtos primários. (MACEDO, 2006).

De acordo com Macedo (2006), as políticas públicas surgidas a partir da promulgação do I PND, são como outrora orientadas para a mundialização da economia amazônica. Além do mais, incentivavam a valorização da empresa estrangeira no esforço nacional de conquista

de mercados e associação a empresas de países desenvolvidos que dispunham de mecanismos de comercialização em âmbito internacional.

Para Macedo (2006), complementando o plano em 1970 foi lançado o PIN, visando basicamente a abertura de estradas (Transamazônica, Cuiabá-Santarém, asfaltamento da Belém-Brasília etc.), bem como um programa de colonização dirigido numa faixa de 10 km em torno das novas rodovias.

Articulado com o I PND, o Governo Militar criou também, em 1970, o INCRA, que objetivava atrair agricultores do Nordeste do país, aos projetos de colonização. Esta iniciativa, ao mesmo tempo em que garantia o suprimento de mão-de-obra necessária à implantação dos grandes projetos agrominerais e agropecuários na região, desarticulava as zonas de conflitos agrários que se formaram na década de 70. (MACEDO, 2006).

Com a criação do II PND (1975/1979) e do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), em 1975, instituiu-se, definitivamente, a internacionalização da economia brasileira. O II PND colocou a Amazônia como Fronteira de Recursos, incentivando a expansão capitalista e transferindo aos grandes empreendimentos privados a responsabilidade pelo desenvolvimento da região (MACEDO, 2006).

O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-79), baseou o desenvolvimento futuro da Amazônia na ampliação dos meios de transportes e comunicações, na expansão de atividades orientadas para as exportações, tais como carne de vaca, madeira e minerais, e na concentração geográfica dos investimentos em áreas específicas da região. Esta última proposta tomou forma no programa POLAMAZÔNIA, baseado em investimentos seletivos em 15 grandes "polos de crescimentos", um dos quais foi Carajás. O Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia destacou as prioridades econômicas nacionais e o papel da Amazônia na geração de divisas. (HALL, 1991).

Nesse debate, Hébette (2004b) expõe que a abertura oficial da Amazônia ao Capital, nacional e estrangeiro, teve efeitos imediatos. Todos vinham, sem constrangimento, procurar o que lhes aprouvessem: terra, madeira, minério, recursos hidrelétricos. O próprio Estado proporcionou esses interesses por meio de incentivos fiscais, creditícios e da implantação de obras de infraestrutura. Nesse bojo, todas as grandes empresas do país, os bancos, os supermercados, tornam-se pecuaristas: Volkswagem, Bradesco, Bamerindus, Alô Brasil e tantos outros.

Assim, estimulados pela promessa de ganhar terra para plantar, se constituíram grandes fluxos de pequenos produtores rurais que se dirigiram para a Amazônia, sobretudo para o Pará, abrindo a floresta para suas roças, espontaneamente e, mais tarde, também, dentro

do processo de Colonização, e em outro momento através das ocupações de terras (MOREIRA, 2008).

Ao mesmo tempo, continua a autora, atraídos pelos fartos subsídios concedidos pela SUDAM, criada em 1966, penetraram nestas matas, empresários do centro-sul do país que adquiriram vastas extensões de terras, transformando-as em pastagens, assim como, madeireiros, que expulsavam os moradores que viviam nelas, explorando os trabalhadores dessas matas.

Os incentivos fiscais<sup>6</sup> aplicados na Amazônia passaram a efetivar uma contra reforma agrária no país, pois, houve uma concentração de terras nas mãos de poucos. Como salienta Picoli (2006), os incentivos oferecidos pelo Estado, ocorreram na prática a concentração da terra, o empobrecimento das massas e a expropriação da terra, dos povos tradicionais da floresta e dos camponeses, em como o não acesso aos que chegaram em busca da terra e do trabalho.

Corroborando com essa discussão, Costa (2000) afirma que a concentração do capital proporcionada pelos incentivos fiscais para a agropecuária, faz, por exemplo, da concentração fundiária um dos seus pressupostos. A concentração da propriedade da terra faz-se, pois, como momento do processo de transformação da terra em equivalente de capital.

Dessa forma, ocorreram grandes transformações econômicas, sociais e ambientais na Amazônia, principalmente no sudeste paraense. O poder público adotou como estratégia de Estado contemplar as empresas privadas com grandes áreas de terras, beneficiando grandes conglomerados nacionais e internacionais.

Hébette (2004b) destaca três áreas de intensos conflitos presente especificamente na região sudeste do Pará: A primeira compreende ao espaço das rodovias, Belém-Brasília, ao norte de Imperatriz e Marabá, cortada por duas rodovias Estaduais, a PA-70 (BR 222) e a PA-150. Uma segunda é a área do polígono dos castanhais, assim denominada pelos exploradores da castanha no intuito de apresentarem como homogênea essa extensão de terra e legitimar suas pretensões de propriedade global e exclusiva dessa área. A terceira área é a atingida pela represa da Hidrelétrica de Tucuruí, a segunda maior do país, que alagou 240.000 hectares de

-

2000.p. 53-54)

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Incentivos fiscais: constitui-se de mecanismo de retorno às empresas privadas que se comprometiam em aplicar nas áreas e setores considerados prioritários pelo governo, de recursos que deveriam ser socializados na forma de impostos. O Estado declarava-se disposto a renunciar até 50% do imposto sobre o lucro de uma Empresa qualquer, se ela se propusesse a, privadamente, transformar esses recursos em um projeto econômico considerado, pela política econômica, indutor do desenvolvimento pela via das reduções das desigualdades regionais ou setoriais. Exigia-se, por outro lado, que os titulares de projeto candidato aos incentivos fiscais participassem com no mínimo 25% da previsão de investimento na forma de capital próprio – era previsto, assim, que até 75% dos investimentos pudessem vim a ser cobertos por recursos dos incentivos fiscais. (COSTA,

mata virgem e terra cultivada. Este projeto ameaçava diretamente diversos grupos indígenas e as populações camponesas, formada por moradores instalados na região antes dos grandes fluxos migratórios – muitos deles, inclusive, nascidos na própria região – e colonos recémchegados. (HÉBETTE, 2004b. p. 193-194).

Nas áreas citadas acima, houve desrespeito e exploração dos povos que já moravam há bastante tempo nestes locais, por parte do governo federal, tiveram que deixar seus lares, povos indígenas tiveram suas áreas praticamente acabadas, em nome do Brasil Grande, dos grandes projetos, seja de mineração ou agropecuário.

Pereira (2013) observa que, o modelo de desenvolvimento concebido pelos governos da ditadura civil militar para a Amazônia era fundado na grande propriedade da terra e na grande quantidade de recursos públicos destinados a inúmeros grandes proprietários rurais e empresas privadas nacionais e estrangeiras sediadas no Centro-Sul do Brasil. Inclusive àquelas que se dedicavam ao ramo financeiro e à indústria de veículos automotores. Esses grupos econômicos passaram a adquirir terras e a acessar volumosos recursos provenientes dos incentivos fiscais para a criação de gado bovino, exploração de madeiras nobres e comercialização da castanha.

Diante do exposto, observa-se que os programas da política pública para o desenvolvimento da Amazônia, como, Operação Amazônia, seguida do PIN, do PROTERRA, do POLAMAZÔNIA, do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins (PRODIAT), entre outros, e mais recentemente o PGC não têm inserido o camponês nos planos de desenvolvimento, pelo contrario, têm favorecido um modelo acabado de saque dos recursos da região levando a operar no sentido da destruição da Amazônia. (HÉBETTE, 2004b).

O PGC foi formalmente criado pelo Ato executivo nº 1.183, de 24-11-80, que fundamentou o plano de incentivos fiscais e financeiros a investidores nos projetos minerais, infraestruturais e agro-silviculturais do programa. A essência do Programa Carajás é formada por quatro grandes projetos: um depósito de minério de ferro, duas fábricas de alumínio, a primeira em Barcarena, nas proximidades de Belém, e a segunda em São Luís e a hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins. (HALL, 1991. p. 60).

Com a implantação do PFC como parte integrante do PGC, afirma Macedo (2006) consolida-se na região, a política de ocupação sob a perspectiva da integração nacional da região amazônica. Mantinha-se em franco processo de efetivação na Amazônia Oriental, uma composição fundiária embasada na grande propriedade privada, produzindo uma ocupação

territorial conflituosa. Neste sentido, os posseiros, os grileiros, os índios, os fazendeiros e os empresários se apresentavam como personagens marcantes na luta pela terra.

Para Pereira (2013), ao analisar os dados do INCRA, em 1980 havia, no sul e sudeste do Pará, 59 projetos agropecuários incentivados pela SUDAM, ocupando 4,5 milhões de hectares de terras, mais do dobro da área do Estado de Sergipe. Esses projetos agropecuários pertenciam a empreendimentos empresariais ligados as atividades nas áreas financeiras, industriais, construções, madeireiras e extração de castanha-do-pará e os compostos por empresas familiares. São as terras teoricamente pertencentes a estes grupos econômicos que os trabalhadores rurais, principalmente, migrantes de diversas regiões do país passaram a ocupar, de forma gradativa, e reivindicar as suas desapropriações a partir da final da década de 1970.

Foi neste cenário que ocorreram as transformações da região sudeste paraense, na década de 1970. De um lado, posseiros e trabalhadores rurais sem terra vindos, principalmente, do nordeste, em busca de terra e trabalho; do outro, grandes proprietários rurais e empresas agropecuárias buscando garantir seus espaços.

### 1.3.1. As políticas agrárias e as transformações sócio territoriais no sudeste paraense

Após o golpe militar de 64, conforme Bergamasco e Norder (1996), a discussão sobre a reforma agrária sofre um duro golpe, os movimentos sociais no campo e na cidade, que proporcionavam os debates foram duramente reprimidos. Nesta mesma época, o governo militar imediatamente tratou da elaboração do Estatuto da terra fixando normas para a execução de projetos de colonização em áreas de fronteira agrícola, sob a tutela do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), e para ampliação da reforma agrária, ficando a cargo do Instituo Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Somente a partir de 1970, de acordo com os autores, que o INCRA foi criado com a tarefa de incorporar aqueles dois institutos, com o propósito de implantar a colonização da região amazônica. Esta passou a ser vista pelo governo como uma solução para os tradicionais problemas agrários do país. Dessa forma, para o governo não precisaria realizar uma reforma agrária, principalmente do Sul e Nordeste do País.

Hébette (2004a) afirma que a partir de 1970, para dar continuidade ao programa de integração e povoamento do espaço Amazônico, o governo do então Presidente Médici resolveu abrir uma imensa estrada no coração da Amazônia, com a promessa de oferecer "terras sem homens para homens sem terras", slogan muito usado como propaganda neste

período. Pretendia instalar ao longo dessa estrada, a Transamazônica cerca de 100.000 famílias até 1974. Ali estariam instaladas, famílias pobres do nordeste, supostamente atrasadas, e camponeses do extremo sul considerados instruídos e de tradição agrícola comprovada. Dessa convivência, esperar-se-ia uma transferência de experiência destes para aquelas.

A colonização aparecia por parte do governo como uma forma de substituir a reforma agrária em áreas prioritárias como as da recém-criada rodovia Transamazônica, para aliviar as tensões dos conflitos de terras no nordeste e no sul do País. (HÉBETTE, 2004a).

Neste sentido, Bergamasco e Norder (1996) destaca que ao longo da Transamazônica foram criados núcleos de colonização dirigida, em áreas prioritárias. O programa tinha como objetivos, a inclusão e o controle da colonização espontânea na região, o incentivo à expansão das atividades de grandes empresas, além da substituição da reforma agrária nas demais regiões do país, como já citado acima. A colonização dirigida estimulou a modernização tecnológica, como forma de integração econômica das áreas prioritárias, consideradas atrasadas tecnologicamente.

De acordo com Bergamasco e Norder (1996) entre os anos de 1970 e 1984, período em que a colonização dirigida teve maior alcance, foram assentadas cerca de 86.500 famílias nos projetos oficiais de colonização. A colonização particular foi responsável pelo assentamento de quase 27.500 famílias. Os assentamentos rápidos regularizou a propriedade de pouco mais de 38 mil famílias. Acrescentando outros convênios e o PROTERRA, obtémse nestes 20 anos, um total superior a 160 mil famílias assentadas em mais de 160 projetos de colonização, principalmente na região amazônica e de fronteiras.

Nesta perspectiva, Bergamasco e Norder (1996) afirmam que a ocupação dos novos territórios, seria efetivada de duas formas; com pequenas unidades familiares e, ao mesmo tempo, com grandes empresas agropecuárias, minerações e madeireiras que recebiam subsídios, financiamentos, incentivos fiscais e grandes obras de infraestrutura patrocinadas pelo Estado.

Coube ao INCRA, continua Hébette (2004a), implantar ao longo da rodovia Transamazônica três Projetos Integrados de Colonização (PIC): o PIC de Marabá, o de

\_

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Na qual o Estado transferia ao setor privado a responsabilidade da gestão dos empreendimentos ou o loteamento das colônia. Bergamasco e Norder (1996).

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Em que o INCRA promovia a demarcação e titulação de áreas colonizadas espontaneamente oferecendo então uma infraestrutura mínima. Bergamasco e Norder (1996).

Altamira e o de Itaituba. As famílias contempladas pelo projeto de colonização<sup>9</sup> eram instaladas mediante critérios estabelecidos pelo INCRA.

Os projetos de colonização ao longo da transamazônica objetivava assentar família sem terra, em pequenas propriedades, com infraestrutura executada pelo Estado, tendo agrovilas, postos de saúde, escolas, para atender as necessidades dos colonos. No âmbito do planejamento, os projetos de colonização até poderiam dar certo, seu resultado na prática, foi um fracasso. A falta de conhecimento e experiência do modo de vida amazônico, a falta de uma política de escoamento, garantia de preços mínimos e financiamentos a juros baixos, possivelmente foram elementos que levaram o projeto à falência. (HÉBETTE, 2004a).

Dessa maneira, os projetos de colonização não obtiveram os resultados esperados para os pequenos produtores no plano da produção alimentar, no que se refere à permanência do homem a terra, por outro lado parece que os objetivos capitalistas do governo militar foram bem sucedidos, visto que os maiores financiamentos se destinaram aos grandes grupos e fazendeiros.

Vale ressaltar que fatores como estes, podem ter levado ao fracasso dos projetos de colonização, pois eles estão imbricados em uma teia complexa. Por outro lado, os colonos vindos de outras regiões do Brasil desconheciam a natureza amazônica, seu potencial e suas fragilidades.

Com base no exposto, muitos colonos largavam seus lotes, alguns voltavam ao seu local de origem, outros serviam de mão-de-obra para os grandes projetos em curso, ou ainda, formando favelas nos centros urbanos mais próximos. Facilitando dessa forma, uma reconcentração fundiária, reproduzindo assim as relações existentes em outras áreas do país.

Assim, confirma Hébette (2004a), o fluxo migratório de milhares de famílias para essa parte do território nacional, além de ter sido planejado, de acordo com o discurso oficial, com

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> As famílias aprovadas pelo INCRA recebiam lotes de 100 ha ao preço fortemente subsidiado de US\$ 750, resgatáveis em prazo superior a 20 anos, a juros de 7% anuais, com um período de carência de quatro anos. Uma ajuda de custo mensal de subsistência, crédito para a produção agrícola e a construção de casa podia ser obtidos também nas mesmas [...]. Os colonos residiriam em uma série de comunidades projetadas pelo INCRA: as agrovilas, ou pequenas aldeias para até 70 famílias, espaçadas a intervalos de 10 Km ao longo da estrada principal e das vicinais, dotadas de posto médico, escola e armazém geral do governo, além de agências do INCRA e do serviço de extensão rural, EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural); a agrópolis, uma pequena cidade para até 600 famílias, construída a cada 20 Km como centro administrativo intermediário, servida por um pequeno hospital e outros serviços; e, finalmente, a rurópolis, que compreendia de oito a 20 agrópolis, com uma população até 20.000 indivíduos, seria o principal centro administrativo e comercial, possuindo serviços tais como bancos, hospital, aeroporto, hotéis e restaurantes (Camargo, 1973 Apud HALL, 1991. p. 34).

o objetivo de esvaziar os conflitos e as tensões sociais no Nordeste e no Sudeste do Brasil, foi um mecanismo potencialmente importante na formação de um mercado de trabalho regional. Visto que o governo federal incentiva os grandes projetos para esta região, principalmente de mineração, madeireiro e agropecuário.

Com base nesta discussão, os governos civil-militares na prática impediram a realização de uma efetiva distribuição de terras, até mesmo na Amazônia com toda a imensidão de terras e com um histórico menor de conflitos fundiários, se comparados com o sul e o nordeste, visto que, grandes empresas agropecuárias ou não, acabaram por receber vastas extensões de terras. (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

No final da década de 1970, nas proximidades de Marabá, as famílias que faziam parte da Oligarquia castanheira mantinham imensos castanhais sobre seu controle, muitos deles sem o devido título de aforamento de toda a área. Como nos mostra Pereira (2013), o INCRA identificou as áreas de terras devolutas nos castanhais e regularizou em nome daqueles que a requeriam. Essas "sobras de terras" foram regularizadas em nome de parentes dos proprietários desses castanhais.

Apesar do projeto de colonização da Transamazônica está em vigor com os seus três PICs, Marabá, Altamira e Itaituba, continua Pereira (2013), a oligarquia dos castanhais permaneceu intocada. As extensões de terras sob o domínio dos oligarcas da castanha e dos grandes latifundiários, ao longo da rodovia Transamazônica entre os municípios de São João do Araguaia, Marabá e Itupiranga, não foram incluídas intensamente no rol de áreas designadas ao Projeto de Colonização como aconteceu em Altamira e Itaituba. Quando, de fato, se procurou executar o projeto de colonização no PIC de Marabá este se posicionou em pequenos trechos dos municípios de São João do Araguaia e Itupiranga.

A colonização na Transamazônica funcionou, talvez, como um dos principais estímulos à migração para o sul e o sudeste do Pará. Pois com o passar dos tempos não precisou o Governo Federal investir na propaganda, no transporte e no assentamento de famílias empobrecidas de diversas regiões do Brasil ao longo dessa rodovia. Centenas de trabalhadores passaram a chegar por sua própria conta. A maioria dessas famílias de trabalhadores rurais passou a ocupar as propriedades com títulos definitivos ou de aforamentos. Demarcando, elas mesmas, as terras em lotes de 50 hectares cada, dando continuidade as vicinais a partir da Transamazônica, como aconteceu com o castanhal Cuxiú, dentre outros.

A luta pela terra terminava invariavelmente em conflitos que se apresentavam, como resultado de um processo de concentração acelerada de terra no Pará. Que teve seu início nas

oligarquias regionais e intensificadas com a criação do PGC em seus vários programas em especial o PFC. Dessa forma, é inquestionável que a década de 1980 produziu profundas modificações no sudeste paraense e as políticas públicas para esta região foram decisivas para essas mudanças. A questão da terra, que outrora se apresentava camuflada pelo controle dos oligarcas da castanha, agora se apresenta na forma de grandes grupos econômicos da região Sul do País que com as facilidades dos incentivos fiscais adquiriram grandes quantidades de terras.

Neste contexto, surgem os assentamentos rurais como expressão da reforma agrária. Que podem então ser definidos de uma forma genérica, segundo Bergamasco e Norder (1996, p.07-08), como:

A criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em beneficio de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária.

No entendimento dos autores, a implantação de assentamentos rurais é uma das formas objetivas de se fazer reforma agrária. Neste sentido, o termo assentamento para eles está relacionado a um espaço próprio em que uma população será abrigada é, portanto, uma modificação do território, cujo objetivo básico é a exploração agrícola, abrangendo as condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização sociocultural e à vida comunitária.

Farias (2005) esclarece que os assentamentos de reforma agrária, de maneira geral, apresentam análises que condensam diversos aspectos da vida, indo desde a chegada dos assentados a terra, até as formas de produção e organização sócio espacial dos lotes. No entanto, não significa que esses assentamentos rurais sejam de simples compreensão, porque no processo de constituição desses assentamentos estão presentes diversos atores com projetos de vida diferentes, além dos projetos dos mediadores e do próprio Estado. Dessa maneira, os atores envolvidos tentam organizar as relações internas apresentando estratégias na expectativa de melhoras na qualidade de vida, preferencialmente melhorias em relação às condições anteriores à chegada ao assentamento.

Essa autora afirma que é inegável que na maioria das vezes os assentamentos possuem objetivo geral mais ou menos comum, porém os caminhos são muito diferentes, visto que os diferentes projetos, pouco a pouco, mostram-se conflituosos, seja em menor ou maior grau.

Os assentados chegam aos assentamentos com suas histórias de vida, determinando suas estratégias familiares, buscando alternativas para a permanência neste território que foi conquistado, com muito sacrifício, mas com esperanças de alcançarem dias melhores.

Dessa forma, conclui a autora, a concepção sobre assentamento como um novo território, capaz de ocorrer conflitos sociais, em diversos setores, é encontrada em uma infinidade de outros autores, uma vez que é um espaço de poder onde são construídos vários projetos. Os assentamentos rurais representam, então, um novo período, na vida desses recémchegados.

Por outro lado, esses assentamentos são expressões de pequenas propriedades rurais, imersos em um contexto de áreas de grandes propriedades e de domínio econômico por parte desses proprietários. Dessa forma, os assentamentos provocarão com toda certeza mudanças na distribuição da terra, além do dinamismo da produção (BERGAMASCO e NORDER, 1996). O município no qual está instalado o assentamento, também passará por fortes mudanças que vão desde o aumento populacional até a sua produção socioeconômica. Portanto, os assentados passam a ser atores importantes na vida econômica, social, cultural e política, afetando diversas dimensões do município.

Bergamasco e Norder (1996) classificam em cinco os tipos os assentamentos:

a) Projetos de colonização, formulados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando à ocupação de áreas devolutas e expansão da fronteira agrícola; b) reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; c) planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; d) programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social, com base no estatuto da terra (de 1964), parcialmente implementado a partir de 1986 sob a égide do plano nacional de reforma agrária, iniciado no Sarney; e) a criação de reservas extrativas para seringueiros na região da Amazônia e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis. (BERGANASCO e NORDER, 1996, p. 8-9).

O assentamento em estudo, o PA Paulo Fonteles (Cuxiú), faz parte de uma das classificações de assentamentos propostos por Bergamasco e Norder (1996), que são os programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social, com base no Estatuto da terra de 1964, parcialmente implantado a partir de 1986, no contexto do plano nacional de reforma agrária, iniciado no governo do presidente Sarney.

Os autores afirmam que é interessante observar, o fato de que no Brasil a implantação dos assentamentos não é uma ação deliberada de política de desenvolvimento para o atendimento das necessidades da população rural, mas sim, de uma maneira de atenuar a

violência dos conflitos sociais no campo, essencialmente a partir da primeira metade dos anos de 1980.

Dessa forma, os autores afirmam que em vários casos, a conquista da terra não significa qualidade de vida no assentamento, com garantia de infraestrutura social (saúde, educação, transporte e moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial) fatores que levam ao sucesso os assentamentos. Sendo assim, entende-se que a conquista da terra é apenas o início de uma nova vida de lutas, agora pela efetivação da posse da terra, pela aquisição de condições socioeconômicas mais favoráveis a uma qualidade de vida decente no assentamento.

Assim, os assentamentos rurais, surgidos no sudeste paraense, tiveram origem na organização e resistência dos primeiros posseiros, que passaram a ocupar inicialmente áreas de castanhais com titulação duvidosa desde os finais da década de 1970, além da participação do sindicato dos trabalhadores rurais a partir do momento que estes foram assumidos por lideranças ligadas aos trabalhadores rurais, também nos finais da década de 1970 e mais recentemente nos anos 1980 o Movimento dos Sem Terra (MST) passa a assumir essa luta com mais intensidade, sendo fundamental para a criação dos assentamentos na região sudeste paraense.

Neste cenário, os caminhos e descaminhos da reforma agrária são destacados por Bergamasco e Norder (1996), ao afirmarem que na transição do regime militar para o democrático-parlamentar, na primeira metade dos anos 1980, a reforma agrária foi apresentada como um ponto de honra para o avanço da cidadania. Quando José Sarney chegou a presidência, não fugiu ao compromisso assumido por Tancredo Neves, de efetivar uma reforma agrária sem violências no país, aplicando o Estatuto da terra, que consistia na desapropriação por interesse social e uma ampla política agrícola capaz de viabilizar a produção dos assentados e outros agricultores familiares.

Dessa forma, prossegue os autores, coube ao INCRA realizar uma "proposta" inicial de reforma agrária, tendo como base o Estatuto da terra, com a participação da sociedade civil através de comentários, contribuições e debates públicos que ocorreram até o final de agosto de 1985. A meta inicial do programa de destinar 15 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhões de famílias entre 1985 a 1989 teve repercussão imediata, enchendo de esperança os setores a favor da reforma, por outro lado, provocando a ira dos conservadores.

Tratando dessa temática, Hall (1991) reflete sobre mais um instrumento da política pública que é a Reforma Agrária desenvolvida no nosso país nos últimos anos, visto que os planos de colonização dirigida, inicialmente, não surtiram o efeito esperado, a crescente

insatisfação com essa situação levou o governo, agora civil, a realizar projetos mais incisivos em 1985, que previam interferência mais efetiva, a fim de desapropriar propriedades subutilizadas para distribuição aos agricultores sem terras "no interesse social". O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi publicado em maio de 1985.

Tanto Hall (1991) como Bergamasco e Norder (1996) afirmam que a bancada ruralista no congresso conseguiu impor derrotas na programação do governo. O decreto sancionado por Sarney sofreu significativo retrocesso na forma da condução da reforma agrária. Pois mesmo antes de se efetivar na prática, a Reforma Agrária sofreu derrotas, quando em maio de 1988, a Assembleia Constituinte rejeitou uma emenda que aprovaria a desapropriação compulsória da propriedade para Reforma Agrária, se ela não cumprisse sua "função social". Isso soou como uma vitória histórica dos fazendeiros e reduziu a "reforma agrária" a vendas involuntárias de terras. No mesmo mês, o ministro da Reforma Agrária Jáder Barbalho, assinou acordos de compra de terras no Pará de 57 propriedades no instável "polígono dos castanhais". Todavia, embora constituísse visivelmente um passo progressista, as compras foram efetuadas por pressão dos fazendeiros, que queriam se livrar das terras que não lhes davam lucros. (HALL, 1991).

Neste contexto, afirma Bergamasco e Norder (1996), a desapropriação por interesse social deixou de ser prioritária, ao invés disso, a preferência foi pela ocupação de terras públicas, isto é, colonização na fronteira agrícola, com a chamada desapropriação negociada, interessando muitos proprietários, pois podiam colocar suas áreas menos férteis a disposição ao processo de desapropriação, conseguindo valiosa indenização.

No entendimento de Bergamasco e Norder (1996), os governos pós-abertura política, Sarney e Collor, apesar das iniciativas de reforma agrária, principalmente para a região amazônica, descartando a desapropriação por interesse social nas demais regiões do país onde os conflitos eram mais intensos, na prática, acabaram por dar continuidade ao mesmo tipo de política fundiária conduzida durante a ditadura militar. E no governo Fernando Henrique, mesmo atingindo uma meta mais promissora que as de seus antecessores, permanecem a lógica dos governos anteriores, que somente efetivaram programas após intensa reivindicação dos movimentos sociais, através de ocupações ou pelo número de mortos em conflitos pela posse da terra.

Diante do exposto, cabe a pergunta: o que significa Reforma Agrária? Para Hébette (2004a), a verdadeira reforma agrária visa dar a todos que querem trabalhar os recursos necessários para eles produzirem: terra, estradas, créditos, assistência técnica e escolas.

Sobre este debate, Graziano escreve:

A reforma agrária que os trabalhadores rurais em geral reivindicam não é a pulverização antieconômica da terra; é sim uma redistribuição da renda, de poder e de direitos, aparecendo às formas multifamiliar e cooperativa como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade. Em resumo, não desejam a mera distribuição de pequenos lotes... mas almejam uma mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras. (1980, p.94-95).

Com base nessa afirmação, podemos dizer que o problema da questão agrária no país não é apenas a má distribuição de terras, mas também a má distribuição de renda, de poder e de direitos. Basta observarmos ao longo da nossa recente história, que todas as políticas em especial a agrária favoreceram e intensificaram a concentração da propriedade da terra.

Já Martins (1997), ao refletir sobre a importância da reforma agrária relata que:

[...] uma reforma agrária ampla e consequentemente, de verdade, promoveria um grande salto histórico na vida do país: diminuiria a miséria urbana, criaria uma válvula de segurança para as mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas pelas quais estamos passando, ampliaria o mercado e teria um efeito multiplicado de benefícios salutar no conjunto da sociedade, além de viabilizar o processo de modernização social e política. Só elites obtusas não podem ver isso. (1997, p.48).

Dessa maneira, observa-se que a maioria das terras adquiridas pelas pessoas na Reforma Agrária não era de boa qualidade, o que provocou uma alta desistência de colonos nos projetos de colonização, mas essa saída nem sempre significou abandono da lavoura; é verdade que um bom número de migrantes deixou a terra para se dedicar a outras atividades; entretanto, é grande o número dos que permaneceram na terra, enfrentando todas as dificuldades no que se refere às condições de trabalho: os solos pobres (HÉBETTE, 2004a).

Entende-se também que em pleno século XXI, o país, não tem força suficiente para quebrar o poder dos grandes latifundiários e efetivar uma reforma agrária em seu pleno sentido. Enquanto que posseiros, agora assentados, que realmente precisam de infraestrutura para permanecer nos assentamentos, são contemplados apenas com ínfimos financiamentos, para aquisição de algumas cabeças de gado, com isso contribuindo ainda mais para o desmatamento tão comum nos assentamentos.

### 1.3.2 Contexto atual do sudeste paraense: as perspectivas socioeconômicas

Ao contextualizar o histórico do sudeste paraense, a SDT/MDA (2010) afirma que as políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, como a abertura das rodovias (Belém-Brasília, Transamazônica, PA-070 e PA-150), a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), a implantação dos programas PGC, projetos de colonização e o estímulo à entrada do grande capital através da concessão de incentivos fiscais às atividades agropecuárias, de mineração, principalmente, a descoberta do garimpo de Serra Pelada e de exploração madeireira, provocaram a abertura da fronteira agrícola e trouxeram grandes impactos para a região, modificando o sudeste paraense principalmente na década de 1980 e nas duas décadas seguintes, sendo foco de atenção da comunidade nacional e internacional por apresentar grande parte dos conflitos no campo ocorridos na Amazônia.

Além desses acontecimentos que fizeram e ainda fazem parte da história recente deste território, somam-se a eles outros mais recentes, como: as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, os investimentos em infraestrutura, a conclusão das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí, a possível construção da Hidrelétrica de Marabá, os investimentos da Vale na implantação da siderúrgica, Aços Laminados do Pará (ALPA) em Marabá e a proliferação das suas atividades mineradoras em municípios como Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado do Carajás, além de Marabá e Parauapebas, são componentes atuais que têm contribuído para que esse dinamismo continue sendo uma das principais características deste Território. (SDT/MDA, 2010).

Neste cenário, Souza (2014) em diálogo com Quast (2011) afirma que o Programa Territórios da Cidadania teve sua origem em 2003, quando o Governo Federal criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), dentre suas ações implantou o Programa "Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais" (PRONAT). Assim, os "Territórios Rurais" foram definidos levando em consideração os aspectos político, cultural e histórico. Dessa forma, definiu-se, pela delimitação geográfica de 164 "Territórios Rurais" a serem contemplados pelo PRONAT. Posteriormente, já em 2008, a partir da criação dos "Territórios da Cidadania" (TC) foram incorporados mais 60 destes 164 Territórios. Apenas a partir do ano de 2008 que o Governo Federal definiu como foco de sua agenda social as áreas rurais com maior concentração de pobreza rural e baixo dinamismo econômico, instituindo em definitivo, um Programa especial denominado "Territórios da Cidadania".

O Programa Territórios da Cidadania, segundo a SDT/MDA (2008), é parte do esforço articulado do Governo Federal para priorizar ações em regiões e sub-regiões onde os investimentos públicos e privados sejam insuficientes para garantir o atendimento às necessidades fundamentais das pessoas, assim como acelerar processos locais que aumentem as chances de geração de renda de maneira a não permitir a concentração de renda e com a observância da sustentabilidade em todas as suas dimensões.

Assim, os objetivos do programa contemplam a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial, com integração de políticas públicas com vistas no planejamento territorial; ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas; da oferta e universalização de programas básicos de cidadania e inclusão produtiva das populações pobres. Para alcançar esses objetivos, o Programa Territórios da Cidadania tem duas linhas de ações, a primeira se refere ao apoio à atividade produtiva e a segunda, se relaciona a direitos e fortalecimento institucional. (SDT/MDA, 2008).

Dessa forma, segundo a SDT/MDA (2009), do total dos 120 Territórios da Cidadania que foram criados, vinte e sete se encontram na região Norte do Brasil, sendo que oito deles estão no estado do Pará. Os Territórios da Cidadania localizados no Pará são: Baixo Amazonas; Baixo Tocantins; Marajó; Nordeste Paraense; Sudeste Paraense; Sul do Pará/Alto Xingu; e Transamazônica.

Atualmente de acordo com o SDT/MDA (2010), o Território Sudeste Paraense está localizado na mesorregião Sudeste Paraense e se destaca por estar inserido em um contexto de fronteira agrícola e de grandes conflitos sociais da Amazônia oriental. O Território sudeste paraense até o ano de 2004 era formado pelos municípios de Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Parauapebas, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia. Com o lançamento do Programa "Territórios da Cidadania", em 2008, foram acrescidos mais sete municípios: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Palestina do Pará, Piçarra e São Geraldo do Araguaia. Atualmente conta com 14 municípios. (figura 1):

Ainda segundo o SDT/MDA (2010), com base nos dados do IBGE (2010), com a inserção dos novos membros, o Território Sudeste Paraense passou dos 38.000 km² de extensão para uma área de, aproximadamente, 54.469 km² de extensão, totalizando uma população estimada em um pouco mais de 617 mil habitantes em 2010 (Tabela 1).

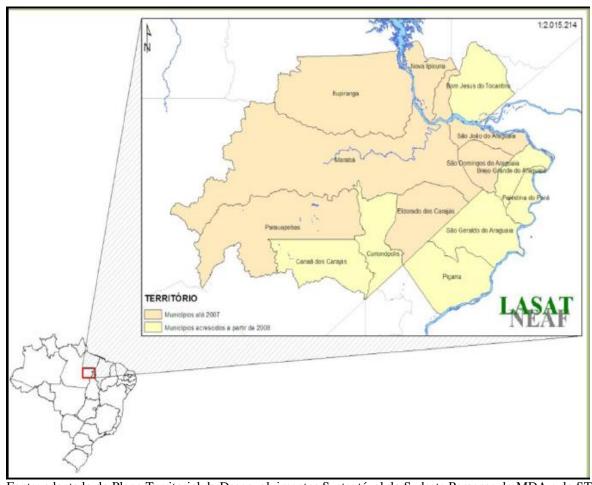


Figura 1: Localização e composição do Território do Sudeste do Pará entre 2004 e 2008 e após 2008.

Fonte: adaptado do Plano Territorial de Desenvolvimentos Sustentável do Sudeste Paraense do MDA e do STD (2010), elaborado por Rafael Freitas em 2010, com base em Universidade Federal do Pará – UFPA.

Ao analisar a área, a população e a densidade demográfica dos municípios que compõem o território, o SDT/MDA (2010) aponta que, somente três deles, Marabá, Parauapebas e Itupiranga, possui mais de 55% da superfície total do Território, enquanto que os demais contribuem com percentuais de área inferiores a 6,5% da área total do Território.

Tabela 1 – Área, população e densidade demográfica dos municípios do Território do sudeste paraense.

Município	População Total (hab)	Área da unidade territorial (Km²)	Densidade Demográfica (hab./km²)
Bom Jesus do	15.298	2.816,47	5,43
Tocantins			
Brejo Grande do	7.317	1.288,477	5,68
Araguaia			
Canaã dos Carajás	26.716	3.146,407	8,48
Curionópolis	18.288	2.369,098	7,72
Eldorado dos Carajás	31.786	2.956,734	10,75
Itupiranga	51.220	7.880,107	6,50
Marabá	233.669	15.128,061	15,45
Nova Ipixuna	14.645	1.564,184	9,36
Palestina do Pará	7.475	984,362	7,58
Parauapebas	153.903	6.886,208	22,35
Piçarra	12.697	3.312,661	3,83
São Domingos do	23.130	1.392,464	16,61
Araguaia			
São Geraldo do	25.587	3.168,383	8,08
Araguaia			
São João do Araguaia	13.155	1.279,889	10,28

Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

De maneira análoga, as estimativas do IBGE para o ano de 2010 indicavam que os municípios de Marabá (com mais de 220.000 habitantes), Parauapebas (com cerca de 150.000 habitantes) e Itupiranga (com aproximadamente 50.000 habitantes) são também os que mais sobressaem no território, visto que, possuem quase 69% da população total. Da mesma forma, os outros municípios variam sua população entre 7.000 e 31.000 habitantes, fornecendo percentuais iguais ou inferiores a 5% do total da população do território. Em relação à densidade demográfica do território ela é de 11,3 hab./km², sendo Parauapebas o município com maior densidade populacional, 21,1 hab./km², e Piçarra com a menor, cerca de 4 hab./km².

Os dados sobre as populações urbana e rural chamam a atenção. O quadro 1 que especifica os dados de distribuição entre populações urbanas e rurais nos municípios para o ano de 2010, mostra que em termos gerais, a população do território é predominantemente urbana (com 71,6%, contra 28,4% de população rural). Observando internamente, esse comportamento apresenta variações entre os municípios. Em 2010, havia onze municípios com mais de 50% de sua população total residente na zona urbana e apenas três municípios em que a população rural era maior que a urbana. Marabá e Parauapebas são os municípios

que apresentam os maiores percentuais de população residente nas zonas urbanas (mais de 80%) e justamente em função desses números os dados médios do território acabam não evidenciando os fortes traços rurais que o caracterizam.

Quadro 1: População urbana e rural dos municípios que formam o território do sudeste paraense.

Municípios	População urbana	População Rural
Bom Jesus do Tocantins	8.158	7.140
Brejo Grande do Araguaia	4.308	3.009
Canaã dos Carajás	20.727	5.989
Curionópolis	12.530	5.758
Eldorado dos Carajás	16.578	15.208
Itupiranga	20.490	30.730
Marabá	186.270	47.399
Nova Ipixuna	7.726	6.919
Palestina do Pará	4.546	2.929
Parauapebas	138.690	15.218
Piçarra	3.591	9.116
São Domingos do Araguaia	15.254	7.876
São Geraldo do Araguaia	13.590	11.997
São João do Araguaia	2.586	10.569
Total	455.44	179.857

Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Embora possa parecer que nas últimas décadas o caráter rural do território venha se perdendo, Hébette e Moreira (2004c) citados pela SDT/MDA (2010) alertam para o fato de que é preciso ponderar que muitos dos espaços considerados como urbanos pelo IBGE em seus censos não passam de "cidades" tipicamente rurais, onde a economia e a ocupação da maioria da força de trabalho local estão diretamente relacionadas ao setor agrícola, ou são lugares nas proximidades das cidades, contabilizados como situação de domicílio urbano, mas cuja ocupação da força de trabalho também está ligada à agricultura.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio do Território do Sudeste Paraense é de 0,69 segundo o portal do território da cidadania (2013). No entanto, internamente, há uma variedade de níveis de IDH podendo ir, de 0,550 nos municípios de São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia, a 0,715 no município de Parauapebas, onde a proximidade da Serra dos Carajás influencia para melhores desempenhos na oferta de serviços de educação e saúde e geração de emprego e renda (Tabela 2).

Tabela 2: IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos Municípios do território do sudeste paraense.

Municípios	2010	
Bom Jesus do Tocantins	0,589	
Brejo Grande do Araguaia	0,591	
Canaã dos Carajás	0,673	
Curionópolis	0,636	
Eldorado dos Carajás	0,560	
Itupiranga	0,528	
Marabá	0,668	
Nova Ipixuna	0,581	
Palestina do Pará	0,589	
Parauapebas	0,715	
Piçarra	0,563	
São D. do Araguaia	0,550	
São João do Araguaia	0,550	
São Geraldo do Araguaia	0,595	

Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Analisando a economia do Território do Sudeste Paraense, torna-se necessário fazer uso do Índice de Gini que é uma medida de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda e se torna um indicador essencial para uma sociedade que pretende ser equitativa. O cálculo, em escala de 0 (zero) a 1 (um), considera variáveis econômicas a fim de verificar o grau de distribuição da renda. Quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a sociedade. Quanto mais se aproximar de um, maior é a desigualdade. Quando o índice for em torno de 0,5 já representa fortes desigualdades.

Desse modo, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) mostra que no ano de 2010 o maior índice observado foi o do município de Itupiranga 0,62 enquanto que os municípios de Piçarra e Bom Jesus do Tocantins atingiram menor índice 0,52 (tabela 3).

Tabela 3: Índice de Gini dos Municípios do território do sudeste paraense.

Municípios	2010
Bom Jesus do Tocantins	0, 52
Brejo Grande do Araguaia	0,57
Canaã dos Carajás	0, 55
Curionópolis	0,54
Eldorado dos Carajás	0,57
Itupiranga	0,62
Marabá	0,58
Nova Ipixuna	0,59
Palestina do Pará	0,55
Parauapebas	0,53
Piçarra	0,52
São Domingos do Araguaia	0,59
São Geraldo do Araguaia	0,53
São João do Araguaia	0,55

Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Atualmente, na concepção da SDT/MDA (2010) quando utilizam dados do INCRA a mesorregião do sudeste paraense onde se encontra o Território é considerada uma das áreas mais significativas da política de reforma agrária, na medida em que condensa o maior número de projetos de assentamentos do país (mais de 500 em toda a mesorregião) e envolve mais de 66 mil famílias.

Embora uma boa quantidade desses assentamentos tenha sido criado, apenas a partir da regularização de áreas já ocupadas, o processo também envolveu desapropriações de fazendas com as devidas indenizações. Para as áreas já ocupadas, houve a desapropriação dos castanhais pertencentes às oligarquias locais do sudeste paraense baseada na aplicação da política do Plano Nacional de Reforma Agrária, e no segundo período das desapropriações, principalmente, após o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, foi colocada em prática uma possível estratégia defensiva do Estado.

## 1.4. O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PARÁ

O processo de formação do Município de São Domingos do Araguaia, no qual está localizado o Projeto de Assentamento PA Paulo Fonteles (Cuxiú) se inicia com o município vizinho, São João do Araguaia, este último por sua vez está localizado na confluência do

Araguaia com o Tocantins, se mantendo estagnado, aproximando-se do tipo ideal de povoado decadente de origem colonial. Sua localização foi considerada boa do ponto de vista estratégico na época de sua fundação, pois funcionava como forte militar. Contrasta com várias desvantagens, como terrenos em sua volta acidentados e já ocupados, o que desestimulou a penetração de novos povoadores. (VELHO, 1981).

Em razão dessas desvantagens, em 1951, os primeiros moradores se dirigem para o local que originou o Centro das Latas, primeiro nome do que viria a ser o município de São Domingos do Araguaia, começam a chegar e se fixar na terra, encontrando várias latas espalhadas pelo chão deixadas pelos castanheiros. Foi desse fato, que a localidade passou a ser chamada, inicialmente, de Centro das Latas e posteriormente de São Domingos, nome dado por um frade dominicano de Marabá, chamado Frei Gil Gomes, na década de 1950. No entanto, a população continuou a incluir latas no seu nome, passando a chamar a vila de São Domingos das Latas. Assim, para descrever as primeiras atividades econômicas desenvolvidas no território em que hoje se localiza o município de São Domingos do Araguaia, Velho (1981) relata que antes da fundação da vila, era explorado o caucho primeiramente e posteriormente a castanha do Pará.

Para o autor, a vinda de novos migrantes, basicamente do estado do Maranhão, fortaleceu o vilarejo e em 1961 já existiam 90 casas, o que correspondia a uma população de cerca de 500 pessoas. Nesse momento, predominavam as atividades ligadas à roça, que era realizada na entressafra da castanha do Pará, e as atividades extrativas, como a caça e a coleta de frutos na floresta.

Neste período, destaca Velho (1981), o meio de ligação do povoado com os outros, principalmente, o Apinagés, povoado localizado às margens do rio e centro de embarque e desembarque de pessoas que vinham do município sede São João do Araguaia, era apenas uma trilha precária. Em virtude das precariedades dessas trilhas, o meio de transporte e comunicação era feito basicamente através dos rios, meios estes que também eram realizados com outras cidades como Imperatriz. Processo esse muito parecido com o primeiro padrão rio-várzea-floresta usado por Gonçalves (2001) ao analisar os primeiros meios de transportes que eram feitos pelos rios na fase inicial de ocupação da Amazônia.

Velho (1981) afirma que quando a população de São Domingos das Latas, mais tarde do Araguaia, liderados por um grupo de homens munidos de facões, foices, enxadas e machados, no final do ano de 1961, toma a iniciativa de melhorar a trilha que ligava São Domingos, Apinagés e São João do Araguaia, houve uma melhoria significativa no intercâmbio entre esses dois povoados e com a sede do município, fato que permite a São

Domingos das Latas começar a se destacar economicamente e ter uma importância maior, devido à possibilidade de maior fluxo para as mencionadas localidades. Com abertura da Transamazônica na década de 1970, São Domingos do Araguaia troca definitivamente de lugar com São João do Araguaia e Apinagés. como centro de comércio. Na prática, o que começava a surgir era um novo padrão no deslocamento, o padrão estrada-terra firme-subsolo tão referido nas análises de Gonçalves (2001) para descrever o processo de mudança nos fluxos de transportes que agora usavam as estradas.

Somente em 1967, através de uma resolução da Câmara Municipal de São João do Araguaia, muda-se oficialmente o nome de São Domingos das Latas para São Domingos do Araguaia. (VELHO, 1981).

Agora as principais vias de acesso são as estradas, que facilitam o surgimento das cidades e vilas às suas margens, dinamizando as mesmas, pois o fluxo de pessoas e mercadorias agora se dá pelos novos meios de ligações. Os recursos a serem explorados, além de se situarem em florestas de terra firme (atividade madeireira, agropecuária, etc.) situam-se também no subsolo (mineração). (VELHO, 1981).

Finalmente, o município de São Domingos do Araguaia de acordo com o Idesp (2013) foi criado através da Lei nº 5.706, de 27 de dezembro de 1991, sancionada pelo governador da época Jáder Fontenelle Barbalho, após ter sido desmembrado do município de São João do Araguaia, com sede na localidade de São Domingos do Araguaia, que passou à categoria de cidade, com a mesma denominação. Sua instalação aconteceu no dia 1º de janeiro de 1993, com a posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores eleitos no Pleito Municipal de 03 de outubro de 1992. Tendo como limites: ao Norte - Município de São João do Araguaia; A Leste - Município de Brejo Grande do Araguaia; Ao Sul - Município de São Geraldo do Araguaia e a Oeste - Município de Marabá. Conforme figura 2. O município faz parte da mesorregião Sudeste Paraense e à microrregião Marabá.

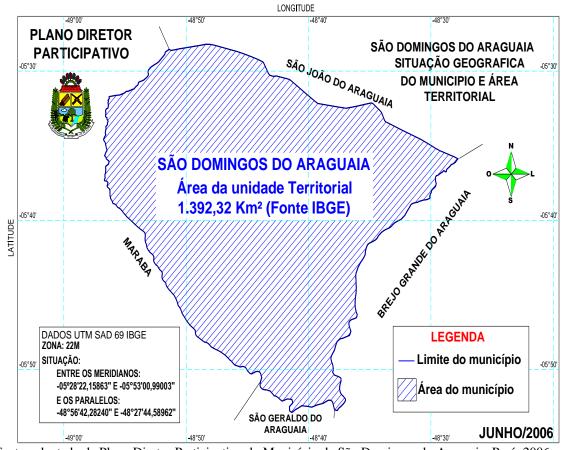


Figura 2 – Situação Geográfica do municipal de São Domingos do Araguaia e a área territorial.

Fonte: adaptado de Plano Diretor Participativo do Município de São Domingos do Araguaia, Pará. 2006.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), São Domingos do Araguaia possuía 14.010 habitantes, todos considerados da zona rural, porque até este período este município ainda pertencia ao município de São João do Araguaia, então toda a população era contabilizada como zona rural. Na década seguinte, o munícipio já desmembrado de São João do Araguaia que ocorreu em 1992, houve um significativo crescimento populacional para 20.005; Desses 10.878, ou 54,38%, se encontravam na zona urbana e 9.127, ou 42,62% na zona rural, observa-se um aumento acentuado da população da zona urbana. No Censo Demográfico de 2010, o número total de habitantes saltou para 23.130, sendo 15.254, ou 65,95%, na zona urbana e 7.876, ou 34,05% na zona rural. Esses dados indicam que a população de um modo geral cresceu muito, com destaque para a população urbana em relação à população rural, fato justificado em parte pelo êxodo rural dos últimos anos (Tabela 4 e Gráfico 1), provocando um rápido crescimento da cidade, resultando, nas construções irregulares, sobretudo, às margens dos igarapés alterando a dinâmica e a paisagem da cidade. Surgindo periferia desordenada, sem saneamento básico, principalmente, nos bairros como o

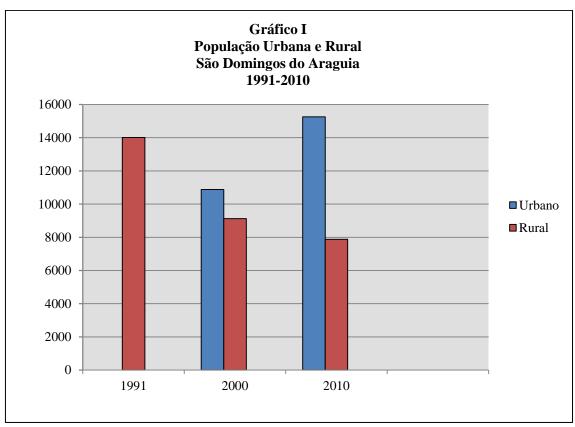
São Luiz e o novo São Luiz que praticamente dizimaram dois importantes igarapés que cortam a cidade.

Tabela 4 – População do município São Domingos do Araguaia 1991-2010.

	1991		2000		2010	
População	N°	%	N°	%	N°	%
Urbana	_	0,00	10.878	54,38%	15.254	65,95%
Rural	14.010	100%	9.127	42,62%	7.876	34,05%
Total	14.010	100%	20.005	100%	23.130	100%

Fonte : Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Gráfico 1 : População urbana e rural – São Domingos do Araguaia 1991-2010.



Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

Analisando a tabela 5 a seguir, de acordo com o IBGE (2010) no último censo de 2010 a população total do município era de 23.130 habitantes como já vimos acima, com uma área

de 1.392,46 km², e uma densidade populacional de 16,61 hab./km². Pode-se observar também, que a área do município em 1991 assim como a densidade demográfica não era definida em função de ainda fazer parte do município vizinho, mas que nas décadas seguintes o município se emancipou e teve tanto seus limites como a população e a densidade definida, aumentando gradativamente a área e a densidade e de forma acelerada a população.

Tabela 5: Área, população e densidade demográfica de São Domingos do Araguaia 1991-2010.

Ano	Área (Km²)	População (hab)	Densidade Populacional
1991		14.010	
2000	1.392,40	20.005	14,30
2010	1.392,46	23.130	16,61

Fonte: Idesp/Sepof (2013).

O município de São Domingos do Araguaia possui um grande número de projetos de assentamentos (quadro 2) são 14 no total, ocupando quase metade de sua área territorial. Com destaque ao projeto de assentamento Paulo Fonteles por possuir maior área que os demais e por ser um dos primeiros PA criados no município.

Quadro 2: quantidades de projetos de assentamentos criados no município de São Domingos do Araguaia-Pará.

ORD	PROJETO	FORM OBT	AQUISIÃO E IMÓVEL DE ORIGEM	CAP	TOTAL	A. CRIAÇÃO
1	PA ÁGUA FRIA DOS MENDES	DESAP	FAZ ÁGUA FRIA DOS MENDES	69	56	22/12/2009
2	PA BELO HORIZONTE	DESAP	FAZENDA CASTANHAL BELO HORIZONTE	102	83	14/01/1999
3	PA BELO HORIZONTE II	DESAP	FAZ BELO HORIZONTE II	45	42	15/11/2003
4	PA BETH	DESAP	FAZENDA BETH E CASTANHAL	45	42	14/01/1999
5	PA BRASILESPANHA	DESAP	CASTANHAL E FAZENDA SÃO RAIMUNDO	120	91	04/02/1999
6	PA CASTANHA ALMESCÃO	DESAP	FAZ CASTANHAL ALMESCÃO	67	67	07/03/2003
7	PA CROÁ	DESAP	FAZ CROÁ	46	40	22/09/1999
8	PA OITO BARRACAS	DESAP	FAZENDA 2 HJ OU CASTANHAL OITO BARRACAS	88	64	09/12/1998
9	PA PAULO FONTELES	DESAP	CAST CUXIÚ I E II, SÃO BENED E BOA ESPERANÇA	377	344	12/04/1988
10	PA PEDRA DE AMOLAR	DESAP	FAZ PEDRA DE AMOLAR	41	40	23/10/2003
11	PA SANTA LÚCIA	DESAP	FAZENDA SANTA LÚCIA	37	25	20/12/2003
12	PA SOL NASCENTE	ARREC	FAZ BOA SORTE	40	34	15/12/2003
13	PA UBA	DESAP	CASTANHAL UBÁ	140	114	17/06/1997
14	PA VENEZA	DESAP	CAST VENEZA SANTO ANTÔNIO I E II COTOVELO	267	256	01/04/1988

Fonte: Adaptado do Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária. INCRA. 2014.

A figura 3 a seguir mostra também os projetos de assentamentos criados no município de São Domingos do Araguaia. Porém, essa figura apresenta um assentamento a menos do que realmente existe, que é o PA Água Fria dos Mendes, que foi criado somente em 2009, ou seja, após sua elaboração.

LONGITUDE -48°30 SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA **PLANO DIRETOR** SÃO JOÃO DO ARAGUAIA LOCALIZAÇÃO DOS PROJETOS **PARTICIPATIVO** DE ASENTAMENTO "PAs" - 05°30' SÃO D BREI ORANTE DO BERTUINA MARABA Limite do município PA UBA PA VENEZA PA PAULO FONTELES PA BETH PA PEDRA DE AMOLAR PA CASTANHAL ALMESCÃO PA OITO BARRACAS PA SANTA LUCIA -05°50' PA CROA PA BELO HORIZONTE I PA BELO HORIZONTE II PA BRASILESPANHA SÃO GERALDO DO PA SOL NASCENTE ARAGUAIA **JUNHO/2006** -49°00'

Figura 3: Localização dos Projetos de Assentamentos de São Domingos do Araguaia-PA.

Fonte: Adaptado do Plano Diretor Participativo do Município de São Domingos do Araguaia, Pará. 2006.

Cabe ressaltar que no município de São Domingos do Araguaia, antes das ocupações e das criações dos projetos de assentamentos, predominava as grandes fazendas e os extensos castanhais, onde um número reduzido de pessoas controlavam grandes extensões de terras. Porém, após as ocupações dessas terras e posteriormente a criação dos projetos de assentamentos, que foi um total de 14 assentamentos, ocupando praticamente a metade da área do município, essas terras ficaram mais povoadas, abrigando centenas de famílias que não possuíam terras para o trabalho. Como no caso do PA em questão, o Paulo Fonteles

(Cuxiú), que contribuiu para o aumento da população rural, e consequentemente dos pequenos estabelecimentos e da mão-de-obra ocupada no campo.

Neste contexto, pode-se dizer que os assentamentos rurais modificam as relações de poder dentro do município, instalando novas necessidades de saúde, educação e infraestrutura básica (LEITE, 1998). Estas modificações sofrem influências de diversos fatores, entre os quais as relações estabelecidas pelos assentados com a população e instituições locais.

Nesse sentido, o capítulo seguinte focaliza o Projeto de Assentamento (PA) Paulo Fonteles (Cuxiú), abordando a caracterização e a história de ocupação desse assentamento, mostrando os fatos marcantes que fizeram parte desse povo que habita esta parte do território amazônico. Tratarei também de apresentar os atores envolvidos nesta ocupação, quem são, de onde vêm, quais os eventos que marcam essa história que justifica ou não essa ação coletiva.

# 2. O PROJETO DO PA PAULO FONTELES (CUXIÚ)

O nome do Projeto de Assentamento é em homenagem a Paulo Cesar Fonteles de Lima, que ocupou cargo de deputado estadual e era advogado, conhecido como "o advogado do mato", assassinado aos 38 anos de idade.

Fonteles Filho (2013) em seu livro "Araguaianas: as histórias que não podem ser esquecidas". Assim escreve sobre seu pai:

Advogado maduro com atuação no âmbito da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e já com certa experiência entre os moradores do sul do Pará, Paulo Fonteles é designado em 24 de outubro de 1980 pelo Conselho Seccional da OAB-PA, para acompanhar os caravaneiros que chegavam de diversos pontos do país. Aquele ano de 1980 foi particularmente duro para o "advogado-do-mato", como era conhecido Fonteles entre as massas campesinas dos sertões do Araguaia. Em três cartas endereçadas à esposa, Hecilda Veiga, expõe com clareza o ritmo de trabalho. A primeira, de 19 de março de 1980, revela:

(...) o diabo é que estou tremendamente cansado. Além de farto de direito, processos, advogados e jurisprudências, o trabalho é tanto que me esgoto sem dar conta de todo o serviço. Estive fazendo levantamento e contatei nada mais que 73 casos.

Na segunda carta, no dia seguinte continua em desabafo:

(...) de qualquer jeito a gente vai levando esta luta pra frente: conquistando vitórias importantes, apesar de tudo. De qualquer forma, conseguimos encostar um pouco a ditadura, aqui neste sertão, à parede. O Getat (Grupo de Terras Araguaia-Tocantins) é sua última alternativa. O negócio é continuarmos firmes, fazer a luta do povo cresce, até que ela mesma engolfe esse regime assassino e maldito.

A terceira, de data imprecisa, apresenta um homem visceral:

(...) Parece que todos os problemas de terras o sul do Pará desabaram na minha cabeça. De repente, e digo de repente, porque eu só esperava que a situação fosse 'esquentar' a partir de maio. Mas qual nada! A situação esquentou.

Terras, posseiros, grileiros, polícia, cartório, tudo se mistura, numa profusão de casos que me deixa tonto. E se fosse possível ter uma atitude fria, distante, 'marciana', haveria maior tranquilidade. Mas a cada injustiça, a cada abuso e arbitrariedade policial, a cada fraude do aparelho judiciário, sempre contra lavradores, a gente sente, se exalta e, por John Lennon, o Beatle, disse que 'felicidade é um fuzil quente'.

(...) Agora pareceu mais um processo em que um grileiro e uma corja de advogados, altamente comprometidos com o vil metal, oferecem uma denúncia à Política Federal acusando-me de ter mandado invadir terras.

Mas é isso. E a luta, não? Um dia, eles estarão no lixo da história. O movimento camponês cresce. Hoje à noite começamos o encontro da oposição sindical, reunindo cerca de 30 a 40 lavradores, que irá até depois de amanhã. Sinto também que começa haver um crescimento qualitativo... (FONTELES FILHO, 2013, p. 29 - 31).

Os trechos das cartas mostram um homem comprometido e firme na defesa das causas sociais, principalmente às ligadas à luta pela terra, mas também revelam de certa forma suas frustrações e aborrecimentos com a situação de dominação imposta pelos grandes fazendeiros e pela ditadura militar ainda em curso. Entretanto, vislumbra com a esperança de que o movimento camponês ainda em início nesta região sul e sudeste do Pará pudesse crescer e florescer derrubando as amarras que emperram o crescimento do movimento.

Neste sentido, sua atuação como membro da CPT (Comissão Pastoral da Terra) foi fundamental na formação sindical dos trabalhadores rurais, o que permitiu o surgimento de lideranças sindicais no seio dos próprios trabalhadores rurais, como ele mesmo chamou de lavradores, permitindo uma resistência forte contra os fazendeiros e o governo militar, abrindo caminhos para as pressões e ocupações das áreas dos castanhais e fazendas. Pressões estas que culminaram com a criação dos projetos de assentamentos, dentre eles o PA Paulo Fonteles (Cuxiú).

## 2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PA

De acordo com relatório da CPT (1983) de Marabá sobre os fatos da área do Cuxiú, e confirmada pelos assentados pioneiros, a área ocupada é formada por três castanhais de propriedade de Helena Churquia Mutran que possuía título de aforamento dessa área, esta família fazia parte da oligarquia castanheira na região. Os castanhais Cuxiú I, II e Boa Esperança, totalizavam uma área de 11.226 hectares, protocolados no Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Com o passar dos tempos essas três áreas ficaram sendo chamadas, apenas, de Cuxiú.

Segundo o relatório, o histórico de resistência dos posseiros é bem amplo. Pois desde o ano de 1977 que já se falava na região sobre as "sobras" de terras nos castanhais que formavam o Cuxiú. Fato este, que motivou no ano seguinte um abaixo assinado feito pelas famílias de trabalhadores junto ao INCRA requerendo estas "sobras" de terras, mas nunca obtiveram respostas do órgão.

Diante da situação, conforme afirma o relatório e também confirmado pelos assentados pioneiros, em 14 de julho de 1981, trinta e seis posseiros ocuparam pela primeira vez o castanhal, inicialmente, as chamadas "sobras" que afirmavam existir e fizeram uma abertura de cinco alqueires na base de mutirão e começaram a fazer suas roças. Mas em pouco

tempo, a área estava toda ocupada com mais ou menos 420 famílias. No entanto, em relação a quantidades de famílias presentes na ocupação à época, há controvérsia, pois, para alguns assentados eram 300, para outros eram 260 famílias. Contudo, tomei como números mais consensuais, aqueles que se repetiram mais vezes nas entrevistas com os assentados pioneiros que foi o de 260 famílias. Dessa forma, a partir desta data, iniciaram-se a luta e resistência pela posse da terra no castanhal, visto que, durante todo o restante do ano de 1981 ocorreram ameaças, despejos e prisões de posseiros.

Ainda segundo o relatório, inicialmente, os policiais militares que entraram no Cuxiú em agosto de 1981, apreenderam armas de caça e instrumentos de trabalhos que nunca foram devolvidos, além de efetuar prisões de vinte posseiros que foram soltos no pique da fazenda Pedra de amolar, próximo ao castanhal. O fato curioso é que não houve a comprovação do mandado judicial. Em 02 de outubro de 1981, duas famílias são expulsas por pistoleiros, mas, depois de alguns dias voltam. Em 14 de outubro de 1981, ocorre audiência no GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins), participando 42 posseiros, mas, o suposto dono do castanhal não comparece apesar das convocações. Como resultado da audiência, saiu a promessa do GETAT em medir a área dos castanhais em questão e realizar fiscalizações. Então os posseiros voltam para suas roças sem definições quanto à permanência na terra.

Entre os dias 12 a 15 de dezembro de 1981, 10 lavradores são presos e levados à Delegacia de Polícia em Marabá e soltos em seguida. Conforme reportagem do Liberal sobre a liberação dos presos:

Após a liberação dos presos, os posseiros acompanhados de suas famílias participam de uma reunião na casa do pretor Eronides Primo, que mora em Marabá, e que contou também com a presença de Délio Mutran. Na oportunidade o pretor disse que os 10 posseiros não estavam presos, mas somente detidos. Entretanto membros da CPT de Marabá garantiram que os homens passaram 4 dias trancados em grades e dormindo no chão. Durante a reunião, o proprietário da área apresentou um título de aforamento num total de 11.226 hectares. Os posseiros dizem que estão fora dos limites das terras dos Mutrans e se recusaram a assinar um documento se comprometendo a sair da área e não mais voltar. (O Liberal, Belém, 16 de dezembro de 1981).

Em 21 de dezembro de 1981, ainda tomando como referência o relatório, ocorre uma reunião com o Dr. Eronides, promotor de São João do Araguaia, Délio Mutran e os posseiros. Na oportunidade foi ressaltado que a família Mutran possuía os três títulos de aforamentos de castanha. Assim, as propostas por parte da família Mutran e do promotor foram feitas no sentido dos posseiros realizarem apenas as colheitas e depois saírem da área, ou receber uma

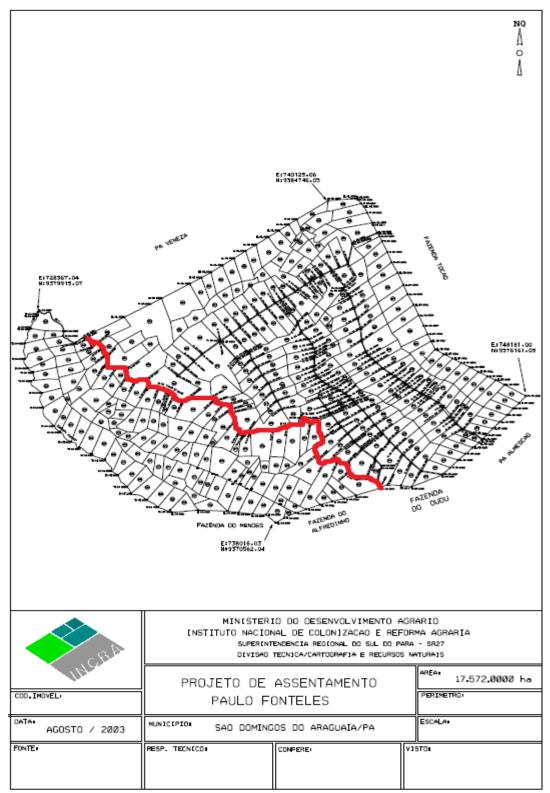
pequena indenização e se retirarem o mais rápido possível. Proposta não aceita pelos posseiros que voltam novamente para suas roças na área de ocupação.

Prosseguindo com o relatório, no dia 1º de junho de 1982, a polícia militar volta a entrar na área, desta vez com um contingente policial maior, totalizando 42 policiais, sendo realizadas várias prisões. Os posseiros só foram liberados depois de vários dias e com a interferência do deputado federal Ademir Andrade. Fato este, segundo os assentados pioneiros que deu origem ao nome das vicinais que existem hoje no Cuxiú, as vicinais: 41; 42; 43; 44; 45 e 46. Durante todo o ano de 1982 as ameaças de despejo não cessaram. Já no decorrer do ano de 1983, não houve mais interferência por parte da polícia, no entanto, as ameaças de pistoleiros contratados pela família Mutran torna-se constante. Em agosto de 1983, boatos sobre a presença de pistoleiros na área do Cuxiú, cria-se um clima de terror.

Somente em 1988, ou seja, sete anos após a primeira ocupação, é que o PA foi criado conforme portaria do MIRAD nº 450, de 12 de abril de 1988, o Projeto de Assentamento Paulo Fonteles foi aprovado, para assentamento de "parceiros", dos imóveis rurais denominados Castanhais Cuxiú I, II e Boa Esperança, esses três como já destaquei formam o castanhal Cuxiú, cuja ocupação iniciara no início da década de 1980, com intensos conflitos. Já os castanhais São Benedito I e II, que formam também o PA, não teve um histórico de conflitos e foi o próprio MIRAD que instalou as famílias já na época de criação do PA. A área total do PA Paulo Fonteles é de 17.572 hectares (ver figura 4), que prevê a criação de 377 unidades agrícolas familiares. Com 345 famílias na Relação de Beneficiário (RB).

A figura 4 especifica os limites do PA, além de uma linha vermelha que divide o PA, esta linha corresponde ao Rio Taurizinho, ao norte da linha está o Cuxiú com uma área bem ampla, e ao sul da linha o São Benedito com uma área menor.

Figura 4: Limites do PA Paulo Fonteles



Fonte: Adaptado de MDA/INCRA. Superintendência Regional do Sul do Pará – SR27. Divisão Técnica/Cartografia e Recursos Naturais. (2003).

Cada lote de terra do PA tem em média 10 alqueires ou cinquenta hectares, pois quando o INCRA foi fazer a demarcação da área dos lotes, permaneceram as demarcações feitas pelos posseiros há bastante tempo atrás, uma vez que eles não aceitaram em hipótese alguma que fosse alterada essa demarcação, fato comprovado na entrevista com o funcionário do INCRA e com os assentados.

No PA Paulo Fonteles, principalmente a parte do Cuxiú tem, você vai encontrar parcelas de 10 alqueires, a maioria era 10 alqueires né, mas aí tem que fazer uma demarcação porque tem parcela menor, quando eles ocuparam em início dos anos 80, o INCRA fez levantamento lá pra fazer a aquisição da área em 1988, quando foi feita a primeira demarcação da área, aí já tinha mais gente do que o previsto, então parcela que era 10 alqueires o cara vendeu, o cara ocupou, juntou, diminuiu, aí tem parcela menor que 10 alqueire , mas, a maioria é uniforme é 10 alqueires, esse é o único projeto que tem isso porque o Cuxiú quando ele foi invadido o pessoal era bem organizado, não permitiu que alterasse as medidas, prevalecendo as medidas feitas por eles e confirmadas pelo INCRA... Então Em 1991 o INCRA fez um convênio com o Ministério do Exército e fez a demarcação, medição e demarcação do PA. (Entrevista com o funcionário do INCRA, José do Nascimento Silva em 2013).

É importante ressaltar que o território em estudo não é em todo o PA, e sim no Cuxiú, por ser uma área maior e mais antiga, concentrando um número grande de famílias e cuja conquista foi através de muitas lutas e conflitos. Segundo o funcionário do INCRA e os assentados pioneiros, o número de famílias em RB na parte do Cuxiú no momento da regularização era de 260. Este assentamento está localizado, aproximadamente a 12 quilômetros de São Domingos do Araguaia que antes de 1991 fazia parte do município de São João do Araguaia. É importante destacar que esta distância em relação à sede do município, se refere apenas à primeira área que é o Cuxiú, a outra parte do PA que é o São Benedito, fica mais distante, porque se localiza por trás do Cuxiú, ou seja, nos fundos, portanto, sua distância em relação a sede do município é de 24 quilômetros.

Segundo informações contidas no Plano de Reconstrução do Assentamento (PRA) de 2008, apoiado no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), os solos do PA Paulo Fonteles de modo geral são do tipo podzólico vermelho-amarelo, litólicos, areias quatzosas e solos aluviais. Estes por sua vez apresentam fertilidade natural baixa, média e, até mesmo alta, dependendo da rocha matriz. À época da elaboração do PRA o solo do Paulo Fonteles já se encontrava na sua maior parte coberta por pasto (capim), degradado pelo uso inadequado da pecuária bovina e deficiente de nutrientes devido aos agricultores não serem orientados e capacitados para desenvolverem práticas de conservação do solo.

A cobertura vegetal originária da região, segundo dados do PRA, resultava em uma floresta equatorial latifoliada, que predominava o subtipo denso, com uma quantidade muito grande, especialmente de castanheiras. Em função do desmatamento desordenado, este tipo nativo de floresta perdeu praticamente todo o seu espaço para o desenvolvimento forçado do pasto, destinado a dá suporte alimentar para a pecuária bovina. Observa-se que na área do Projeto de Assentamento Paulo Fonteles é frequente a existência de áreas degradadas devido à utilização incorreta do uso do solo tanto quanto pecuária bovina, quanto as práticas de roças que são no modo itinerante do corte e queima. Desta forma, para que estas áreas sejam recuperadas se faz necessária à implantação de projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas.

A vegetação do PA, à época da elaboração desse plano, já era de apenas 5% de mata, 5% de capoeira, 3% de roça e 87% de pasto. Tal situação, desde aquela época, já vinha despertando preocupações, tanto que no próprio plano tinha propostas de se fazer práticas de preservação e conservação de áreas nativas ainda existentes e que se recuperasse áreas degradas na expectativa de se trazer de volta parte da floresta outrora existente.

Ainda segundo o plano, no que se refere às condições hídricas do PA, há dois principais rios que banham o PA, o Rio Taurizinho que separa o Cuxiú do São Benedito (ver figura 5) e o Rio Patauá que separa o São Benedito do município de Marabá, além de vários igarapés de menor porte. Entre os meses de junho e novembro, os agricultores do PA Paulo Fonteles enfrentam uma situação crítica em relação à falta de água, o que vem se agravando nos últimos anos. Tal situação faz com que prejudique consideravelmente a produção de leite e o desenvolvimento da pecuária principal atividade desenvolvida dentro do PA. Além deste fator, as queimadas realizadas geralmente no período de seca que consiste na única ferramenta disponível para os agricultores prepararem suas roças antes do plantio e recuperarem suas pastagens, já que não dispõem de maquinários e equipamentos necessários para tais atividades, vem fazendo com que a quantidade de água proveniente do rio Patauá e Taurizinho diminua, resultando no enfraquecimento das terras que ficam no seu entorno e dificultando a prática de outras atividades que não seja a criação de gado.



Figura 5: Rio Taurizinho que divide o PA em Cuxiú e São Benedito.

Fonte: Silva (2014), dados de campo.

De acordo com relatos dos moradores do PA, a disponibilidade de água nos lotes vem mudando bastante, devido à drástica mudança da vegetação, inclusive o rio Tauarizinho que é o maior em quantidade de águas, diminuiu consideravelmente, mas ainda não chegou a secar. Entretanto, alguns igarapés já começaram a secar, em função da retirada da vegetação, inclusive a mata ciliar, para plantio de pastagens (ver figura 6), constituindo uma preocupação para estes agricultores, já que os mesmos dependem totalmente deste recurso. Dessa forma, observou-se que em quase todos os lotes possuem poços comuns para o abastecimento de água nas casas.



Figura 6: Retirada da mata ciliar dos Igarapés, para plantio de pastagens.

Fonte: Silva (2014), dados de campo.

Atualmente as estradas continuam sendo fonte de preocupação para os moradores do PA, apesar de terem melhorado muito em relação à época da ocupação que eram apenas trilhas na mata, e durante o estudo na elaboração do PRA, ainda se verifica que mesmo com os investimentos repassados pelo INCRA ao município de São Domingos do Araguaia para realizar as melhorias nas estradas do PA, não há uma sequência desses investimentos, com isso, o município não realiza as obras de melhoria nas estradas o que ocasiona as péssimas condições das mesmas, principalmente no período chuvoso, assim como, as más condições das pontes (ver figura 7), visto que são construídas de madeira e não há uma manutenção, provocando desgastes e quedas com frequência.



Figura 7: As péssimas condições das pontes no Cuxiú.

Fonte: Silva (2014), dados de campo.

Dessa forma, as estradas do PA não se encontram em boas condições de trafegabilidade. Atualmente, o município conseguiu fazer uma ponte de concreto dentro do PA, é uma que liga a vicinal 41 a vicinal 42. (ver figura 8).



Figura 8: Única ponte de concreto presente no Cuxiú.

Fonte: Silva (2014), dados de campo.

Conforme relatos de moradores do PA e com observações feitas durante a pesquisa, os transportes utilizados pelos moradores dentro e fora do PA são o carro do leite e o carro de linha (Caminhão) que transporta até a sede municipal, além de bicicleta e, principalmente, as motos que se transformaram no meio mais utilizado. Em relação ao transporte escolar, têm umas caminhonetes alugada pela prefeitura que fazem o transporte dos alunos que estudam dentro do PA, e para os alunos que estudam em escolas da sede do município o transporte é realizado por ônibus escolares, nos três turnos manhã, tarde e noite. Segundo depoimento de alguns alunos que utilizam o transporte escolar, alguns desses ônibus não estão em boas condições e que os motoristas, às vezes não querem esperar o término das aulas, além de queixas de falta de educação por parte desses motoristas em relação aos alunos.

Com relação à infraestrutura escolar, a primeira escola criada iniciou suas atividades ainda na fase de ocupação, quando os próprios assentados pioneiros improvisaram uma Escola

na vicinal 42 e, posteriormente surgiram outras escolas nas vicinais 43 e 44. Após muita pressão por parte dos moradores, o governo estadual organizou melhor essas Escolas e passou a pagar os professores, isto antes da efetivação ou consolidação do PA. Após a criação do PA as Escolas do Cuxiú se multiplicaram a ponto de em cada vicinal existir uma, totalizando seis. Entre os anos de 98 a 2000, o Cuxiú chegou a ter até dez Escolas entre Municipais e Estaduais, a partir desses anos as escolas foram municipalizadas. Neste período, existia uma quantidade elevada de alunos nas Escolas do Cuxiú, isto porque ainda existiam muitas famílias no PA. Contrastando, atualmente existem apenas quatro Escolas e com poucos alunos, em função da concentração dos lotes nas mãos de poucos donos, o que diminuiu o número de famílias e consequentemente de alunos, levando ao fechamento e abandono de muitas escolas. (ver figura 9).



Figura 9: Escola abandonada, sem funcionamento.

Fonte: Silva (2014), dados de campo.

Dessa forma, os professores são atores que desempenharam/desempenham papéis fundamentais na construção do PA, em suas respectivas Escolas, pois, os professores que ainda trabalham nas quatro escolas do Cuxiú participam ativamente da vida da comunidade.

Em relação ao funcionamento das escolas, apenas uma delas funciona até o nono ano do ensino fundamental, as demais funcionam somente até o quinto ano do ensino fundamental em forma multisseriada<sup>10</sup>.

Na pesquisa de campo ainda se verificou que a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Boa Esperança, localizada na vicinal 43 com 53 alunos, funciona nos turnos manhã e tarde. Os professores que trabalham nesta Escola são: Marinalva Virgínea, Antônio de Pádua, Ariana Paula e Rita Ferreira da Silva. A EMEF Santa Rosa na vicinal 42 que funciona com turmas multisseriadas do pré até o 5° ano no turno da manhã, com 10 alunos, com a professora Maria Antonia Ribeiro Leite, é filha de assentado e cresceu no PA. A EMEF Vilmar Costa Marinho na vicinal 44 funciona no turno da tarde, uma turma multisseriada do pré até o 5° ano com 12 alunos, com a professora Selma de Souza Morais, mora no PA, mas não é filha de assentado, ou seja, não cresceu no PA. A EMEF Boa Sorte na vicinal 46, funciona no turno da tarde, uma turma multisseriada do pré até o 5° ano, com 15 alunos, com o professor Edinho da Luz Brito, que é filho de assentado.

Verificou-se também que muitos alunos estudam fora do PA, nas escolas da sede municipal. Alguns cursam o ensino médio e outros frequentam turmas das séries finais do ensino fundamental, sendo que quase todos eles usam o transporte escolar para esse deslocamento entre suas moradias e as escolas.

Na pesquisa de campo, averiguou-se também aspectos referentes ao sistema de saúde e, se verificou que a Secretaria Municipal de Saúde atua no PA, coordenando os programas de saúde. O programa mais atuante é dos ACS (agente comunitário de saúde), esses agentes se constituem como um importante ator, visto que, atuam diariamente nas casas dos assentados, trabalho realizado é de prevenção, como verificar a pressão arterial, pesagem de crianças, controle de diabetes e marcação de consultas para o posto de saúde da vila São Benedito. Já que dentro mesmo do Cuxiú não tem posto de saúde. Caso mais grave de saúde são encaminhados para o hospital municipal da cidade de São Domingos do Araguaia, que também tem atendimento precário por deficiência de médicos e de materiais hospitalares. O programa tem três ACS no Cuxiú coordenados por uma enfermeira chefe. Todos os agentes ou são assentados ou filhos dos assentados.

Em entrevista com a enfermeira chefe, ela relatou que no PA, são realizadas consultas médicas, e encaminhamento para consultas com médicos nas diversas especialidades e, em São Domingos é realizado o agendamento para o município de Marabá, já que em São

\_

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Alunos de série diferentes estudam em uma mesma sala de aula.

Domingos não tem médicos especialistas. No posto de saúde do São Benedito, que é no PA, o médico vem três vezes no mês, toda terça-feira fazer coleta para o preventivo do colo uterino (PCCU) e distribuição de medicamentos. Porém, não há vacina porque a energia oscila muito, ocasionando vários casos de perda de vacina. Mas duas vezes por mês a enfermeira chefe trás pessoalmente a vacina.

A energia elétrica ao longo dos anos se constituiu em um entrave ao desenvolvimento do PA, visto que, impedia o beneficiamento, conservação e a comercialização de alguns produtos produzidos no PA, principalmente o leite. Mas esse entrave foi superado quando o governo federal, cumprindo as metas de políticas no assentamento, instalou a energia elétrica na metade da década de 2000, e atualmente 100% das casas, possui energia elétrica, o que facilitou a vida dos assentados, pois podem conservar seus alimentos, assistir televisão e, em alguns lotes, foram instalados tanques para o resfriamento do leite, possibilitando assim, a armazenagem de maiores quantidades de leite (ver figura 10). Apesar disso, a maioria do leite é vendida para atravessadores que os transportam em latões, em carros e em motocicletas com adaptações para esse tipo de transporte.



Figura 10: Tanque de resfriamento de leite, presentes em alguns lotes.

Fonte: Silva (2014), dados de campo.

A partir de 1993, os assentados tiveram acesso aos créditos, a maioria conseguiu financiamentos, como o crédito habitação, fomento, Fundo Constitucional do Norte (FNO) e o Programa de crédito para a Reforma Agrária (PROCERA). E posteriormente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

# 2.2. APRESENTAÇÕES DOS ATORES DO PA

### 2.2.1 Assentados, atores principais do PA

Os atores fundamentais no PA e que serve de base para este trabalho, são os assentados, para melhor identificar este ator, organizei em duas categorias, a saber:

a) assentados pioneiros: são aqueles que participaram do início da ocupação do castanhal Cuxiú, hoje PA Paulo Fonteles e estão até hoje. No entanto, reconheço que esta categoria não é homogênea, existem diferenças no seu seio, apesar de não ser tão intensa como na categoria dos assentados novos. Entendo que no início da ocupação, oficialmente os ocupantes do castanhal não eram considerados assentados, e sim posseiros<sup>11</sup>, visto que naquele período ainda não existia o assentamento. Portanto, estou chamando de assentados pioneiros apenas por uma questão metodológica.

Segundo o assentado pioneiro Sidnei Campos, dos 260 posseiros que entraram no início da ocupação, permanecem apenas 25. Estes pioneiros chegavam a área a ser ocupada, motivados pela possibilidade de conquistar a terra para trabalhar e sustentar suas famílias, visto que, nos seus locais de origem não possuíam mais terras para eles trabalharem, na maioria das vezes eram expulsos das terras que trabalhavam, geralmente como agregados ou diaristas, e os que moravam nos arredores da vila de São Domingos do Araguaia também não possuíam terras, trabalhavam de favor nas terras dos outros, como peões, diaristas e vaqueiros.

que haviam chegado de outras regiões do país e a eles resiste.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Como era reconhecido e se autodenominavam neste período histórico em 1981. De acordo com Pereira (2013), o posseiro não é somente aquele pequeno trabalhador rural ocupante de terras devolutas de áreas denominadas antigas e é expropriado pelas grandes empresas do centro-sul do país, mas também o trabalhador que disputa, palmo a palmo, uma mesma área de terras sendo devolutas ou não, com empresários e fazendeiros

Com a clara possibilidade de conseguir a tão sonhada terra para garantir a sobrevivência da família, estes pioneiros encararam o desafio de entrar no castanhal e permanecer, mesmo que isto custasse suas vidas. Munidos de uma organização interna, construída a duras penas pelos próprios pioneiros inicialmente e posteriormente com o apoio, principalmente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Igreja Católica, enfrentaram todos os desafios que esta ação coletiva lhes provocava.

O primeiro desafio foi a ordem de despejo concedida pela justiça em favor do suposto dono que tinha títulos de aforamento a Helena Chuquia Mutran, disposto a fazer de tudo para não perder a área de seu domínio. Por três vezes a polícia militar entrou na ocupação para retirar os assentados pioneiros, como não obtiveram êxito, o suposto dono da área começou a contratar pistoleiros, para ameaçar e expulsar os posseiros, que por várias vezes também entraram, mas não conseguiram tirar os posseiros da terra.

Essas dificuldades de certa forma serviram, para despertar nos pioneiros um espírito de coletividade, mesmo que apenas nos momentos de grandes tensões, como laços fortes de solidariedade, confiança, cooperação, essencialmente, na forma dos mutirões que eram realizados com frequência na produção da roça<sup>12</sup>, para amenizar a escassez de alimentos.

É importante destacar que neste período os posseiros não recebiam nenhuma ajuda governamental, sobreviviam inicialmente da caça e produtos extrativos como a castanha do Pará e posteriormente as roças e da solidariedade entre si e de alguns simpatizantes.

Vários anos se passaram segundo os pioneiros, com a sensação de insegurança por parte dos posseiros, de medo de a qualquer momento a área ser invadida pelos pistoleiros de 1981 até 1988, quando a área foi comprada pelo ministério da reforma agrária e colocada para a reforma agrária. Mas durante todo esse tempo, o período mais crítico de acordo com os entrevistados foi em 1985, quando vários pistoleiros entraram em outra ocupação, no castanhal Úba, no mesmo município e assassinaram mais de nove posseiros e, corria o boato em todo o Cuxiú que a próxima área que os pistoleiros iriam entrar seria o Cuxiú. Neste ano, assim como nos anos iniciais, os posseiros tiveram que se organizar novamente com táticas de guerrilha, entrincheirando-se e se revezando para a defesa da área ocupada. Também nestes momentos críticos os trabalhos ocorriam na base do mutirão.

b) Os assentados novos: são constituídos de assentados que chegaram após o início da ocupação, quando os conflitos já haviam cessados. Porém, devo ressaltar que esta categoria é

-

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Corresponde às áreas onde são produzidos os gêneros básicos à subsistência da família: arroz, feijão, milho e mandioca que são destinados tanto ao consumo quanto à comercialização. A roça é a unidade de produção, onde as quantidades produzidas excedem a do consumo, uma preocupação em garantir produtos complementares e serviços necessários à reprodução familiar.

heterogênea. Pois, entre os assentados novos há os que apesar de não terem participado do início da ocupação, já estavam presentes antes mesmo da criação do PA e da regularização propriamente dita, quando o INCRA emitiu as Relação de Beneficiários (RBs) em 1992, ou seja, após os conflitos. Mas, por terem chegados anterior à criação do PA foram colocados em RB. Há os que chegaram após o INCRA regularizar a situação, após a emissão das RBs e ainda chegam constantes através de compra de lotes, pois mesmo sendo uma prática irregular acontece com uma certa frequência. Nestes casos, oficialmente, esses não são considerados assentados pelo INCRA. Porém, também por uma questão metodológica estou chamando todos que chegaram após o início da ocupação de assentados novos.

O que motivou a vinda de alguns assentados novos para o Cuxiú, sobretudo, aqueles que chegaram num período anterior à criação do PA, foi a busca de terra para a sobrevivência da família, encontrando ainda muitas dificuldades no que se refere às obras infraestruturais no assentamento (escolas, estradas, saúde e créditos). Entretanto, esses assentados já chegavam com uma condição econômica melhor, sem falar na tranquilidade para desenvolverem seus trabalhos nos seus lotes, haja vista, que não existiam mais conflitos pela terra no PA.

Porém, o que motivou a maioria desses assentados novos virem para o Cuxiú, principalmente, os que chegaram após a demarcação oficial dos lotes pelo INCRA, foi à criação de gado, até porque na época que chegaram eram poucos os lotes que ainda existia mata, restando o trabalho de cuidar melhor do pasto ou retirar a capoeira para plantar pastagens. Porque para a atividade de lavoura, segundo eles mesmos, a terra já não produzia como na época da mata, como até hoje no PA não tem mecanização, correção e adubação do solo para plantar lavoura em função da fragilidade do solo, então predomina o pasto, que em alguns lotes são mal cuidados, em parte em função do desgaste do solo.

De modo geral, os assentados são os principais atores do PA, a começar pelos pioneiros que colocam suas vidas em risco para a conquista da terra, quando naquele momento histórico eram conhecidos e se autodenominavam de posseiros, momento que eram esquecidos de qualquer política pública, contando apenas com a solidariedade desenvolvida entre si e de algumas instituições de esquerda. Com a política de criação do assentamento implementada pelo INCRA, receberam outra denominação que foi assentado<sup>13</sup>. Dessa forma,

\_

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> "O nome de assentados se refere a todos (beneficiários e membros de suas famílias, por exemplo) que são reconhecidos como tais pelo INCRA, embora na prática, nem sempre sejam moradores efetivos do PA". (HÉBETTE, 2004a, p. 241).

tanto os assentados pioneiros como os novos contribuíram para a construção do assentamento que ainda está em processo de formação.

Portanto, as práticas diferenciadas entre os assentados pioneiros e os assentados novos, com relação às estratégias de vida quando da chegada no PA, estão ligadas a certeza da conquista da terra, pois os pioneiros precisaram lutar e resistir pelo território do PA. Nessa luta, que ocorreu tendo como oponentes oligarcas da castanha e fazendeiros, os primeiros ocupantes que naquele momento histórico eram denominados de posseiros, e no estudo em questão são considerados assentados pioneiros encontraram apoio na Igreja Católica local através de freiras e de padres e também do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Dessa forma, por meio desse embate, conseguiram conquistar a tão sonhada terra, seu lote. Aqueles que são entendidos nesta dissertação como assentados novos chegaram sem a necessidade de defender o seu pedaço de terra, pois já não existiam conflitos. Sendo assim, não participaram dos momentos mais tensos que precisava laços fortes de união, solidariedade e esperança.

## 2.2.2 Atores parceiros dos assentados na construção do PA

São os atores aliados dos assentados e estão diretamente envolvidos na construção do PA, destacamos os mais importantes:

### 2.2.2.1 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)

Os primeiros Sindicatos da região sudeste do Pará nasceram no contexto da colonização oficial no percurso da Transamazônica. Dentre os Sindicatos o primeiro a ser fundado foi o de São João do Araguaia em 1974, posteriormente o de Itupiranga em 1979 e em fins dos anos de 1980 os de Jacundá e Marabá. Inicialmente, esses Sindicatos eram criados pelo próprio INCRA, estando a serviço das elites, fazendeiros e oligarcas da castanha não atendendo aos anseios dos menos favorecidos, mas pouco a pouco a disputa pela terra desencadeada pelo processo migratório favorece as disputas políticas pelo controle do Sindicato, que em pouco tempo os trabalhadores rurais pobres conseguem o controle dos Sindicatos e estes passam a defender os interesses dos trabalhadores. (PEREIRA, 2013).

Neste contexto, o Sindicato é um ator coletivo importante na construção do assentamento desde a sua ocupação, o STR de São Domingos do Araguaia, criado a partir do

de São João do Araguaia, atua em todos os assentamentos do município de São Domingos do Araguaia. Assim, o STR no início dos anos de 1980, quando as ocupações dos castanhais se tornaram frequentes, teve um papel significativo, sobretudo político e ideológico, uma vez, que desafiava o poder histórico da oligarquia dos castanhais. Além de se tornar uma instituição forte e capaz de representar os posseiros perante as instituições públicas, principalmente o INCRA.

Era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, principalmente, que denunciava as atrocidades praticadas pelos oligarcas da castanha e fazendeiros contra os posseiros. Auxiliava na organização dos trabalhadores no que se refere à defesa e luta pelos seus direitos, que era a terra para trabalhar. Mesmo depois da conquista da terra o Sindicato desempenhava importante papel nas lutas pelos direitos básicos no PA. Neste sentido, o Sindicato exerceu grande pressão nos órgãos públicos como INCRA, Prefeituras e Estado pela conquista desses direitos, e continua lutando por melhorias em todos os assentamentos do município de São Domingos do Araguaia.

O STR tem uma estreita relação com a Associação dos Pequenos Agricultores do Paulo Fonteles (APAPF), segundo o presidente do Sindicato, os trabalhos das duas instituições caminham juntos, as dificuldades ou facilidades são resolvidas conjuntamente. Este ator social teve e tem grande contribuição na história de conquista da terra desses assentados do PA, nos momentos de maior tensão que foi nos anos iniciais da ocupação. Para permitir um apoio melhor localmente em 1983 o STR criou a delegacia sindical do Cuxiú, que antes era de São João do Araguaia e passou a atuar decisivamente na defesa dos posseiros presentes.

### 2.2.2.2 A Igreja Católica

De acordo com Pereira (2013), no início da década de 1970, agentes pastorais, padres, freiras e bispos da Igreja Católica de várias partes do Brasil, já vinham prestando diversos serviços com teor político-pedagógico junto às populações do campo.

Dessa forma, acrescenta o autor, na Amazônia brasileira, esses serviços como, educação sindical, saúde popular, direitos sociais e trabalhistas, cooperativismo e outros, estavam sendo realizados, especialmente, nas comunidades de posseiros, principalmente aquelas envolvidas em intensos conflitos de terra. Pois, tinha-se o entendimento que os trabalhadores rurais, poderiam com seus próprios problemas e dificuldades, se organizar e buscar alternativas para solucionar a situação de opressão e exclusão em que estavam

vivendo. Foi nesse cenário de trabalho da Igreja na Amazônia que a CPT foi criada em junho de 1975, no Encontro da Pastoral da Amazônia Legal, em Goiânia – com objetivos de interligar, assessorar e dinamizar esse trabalho no campo.

Pereira (2013) ainda acrescenta, que em Marabá a CPT foi criada no ano seguinte com o objetivo de promover as práticas político-pedagógicas que diversos padres, freiras e agentes de pastorais ligados às paróquias e ao Movimento de Educação de Base (MEB) vinham desenvolvendo junto aos trabalhadores rurais envolvidos na luta pela terra. Esses agentes passaram a se deparar com casos de violência sofridos por muitos trabalhadores rurais.

Neste sentido, acrescenta Macedo (2006), a ligação da Igreja Católica com a questão agrária torna-se mais intensa a partir da criação da CPT e sua atuação junto às CEBs. Na verdade, a CPT se detinha nas situações em que havia uma clara situação de injustiças, contra os trabalhadores, orientando os mesmos a uma ação de resistência, a comissão, em primeiro lugar, organiza e propõe alternativas de ação e participação, em defesa dos trabalhadores, na mediação e solução dos conflitos.

Na concepção dessa autora, no sudeste do Pará a importância da Igreja é antiga, vinda desde a década de 60, defendendo e tendo como opção a dignidade dos pobres, sendo um entrave à expansão do capitalismo na Amazônia, e tem desempenhado um papel significativo na organização dos movimentos sociais na região.

A importância da Igreja na região está associada à luta dos posseiros pelo acesso a terra na década de 70, e mais recentemente ao apoio ao MST, mesmo que indiretamente. Foi no seio dessa Igreja, que surgiu algumas lideranças camponesas que, posteriormente, participaram da construção de um sindicalismo forte e representativo.

A Igreja Católica desempenhou/desempenha significativo papel no PA, desde o início da ocupação nos momentos de conflitos intensos, na figura das Freiras Irmã Lina e Irmã Odete e dos Padres Roberto e José, quando em seus sermões de acordo com os assentados pioneiros, sempre defendiam o direito do homem a um pedaço de terra, não achando justa tantas famílias passando fome e sem trabalho no município e tantas terras sem produzir. Auxiliava inclusive na forma da organização interna na ocupação. A Igreja também denunciava as violências praticadas pelos fazendeiros e os donos de castanhais contra posseiros.

No período inicial da ocupação, apenas a Igreja Católica atuava no PA. Existia na vilinha da vicinal 42 uma Igrejinha construída pelos próprios assentados pioneiros. Somente após a criação do PA que começaram a surgir as Igrejas de outras congregações, que também possuem um papel importante dentro do Cuxiú, essencialmente, no que se refere ao apoio

familiar, no conforto espiritual aos assentados que fazem parte da Igreja. Atualmente no Cuxiú, segundo os agentes comunitários de saúde, existem três Igrejas Católicas e três Igrejas de outras congregações.

### 2.2.2.3 Os Atores políticos

Os atores políticos também tiveram sua contribuição no processo de consolidação do PA, uma das primeiras atuações e participações dos políticos no Cuxiú, segundo relato dos assentados pioneiros foi no momento da ocupação das disputas pela terra, quando os posseiros foram presos, tiveram ajuda política dos deputados, Ademir Andrade (federal) e Paulo Fonteles (estadual) razão do nome dado ao PA, eleitos na legislatura de 1982, no sentido de providenciar advogados e lutar pela liberdade dos posseiros, inclusive visitando o Cuxiú para analisar as reais condições das pessoas que ali estavam. Neste período inicial, duas mulheres Tetê e a Denise que faziam parte da associação de moradores de São Domingos também desempenharam grandes influências e liderança política no PA.

Neste processo de ajuda política, eles destacaram o apoio do então governador Jader Barbalho no período, fato este relembrado e com muita nostalgia por parte dos assentados pioneiros que até hoje, sentem uma gratidão e por isso votam neste político independentemente de sua postura política, ainda mais porque foi este político Jader Barbalho, quando ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário em 1987, que providenciou a compra dessas áreas conflituosas do sudeste paraense e disponibilizou para a reforma agrária.

Segundo os assentados, os políticos do município constantemente usam o PA apenas em períodos eleitorais para conseguirem voto, este é o único momento que os políticos do município, principalmente os candidatos a prefeitos visitam o PA, visto que é uma área que condensa muitas famílias. No entanto, os recursos municipais empregados são escassos. No assentamento tem um assentado que exerce um cargo político, ele foi eleito vereador na legislatura de 2012 e de certa forma, mesmo que teoricamente é o representante político do PA na Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia.

Os atores sociais que atuam no assentamento como a associação e sindicato, principalmente, são os que mais pressionam os órgãos públicos para desenvolverem ações políticas que fortaleçam o PA.

### 2.2.2.4 A Associação dos Pequenos Agricultores do Paulo Fonteles (APAPF)

A APAPF é um ator coletivo, surgido a partir da década de 1990, com a finalidade de unir as pessoas do PA, que se encontravam isoladas umas das outras e sem incentivo para realizarem suas atividades, para procurar meios de se integrar ao mercado e aos créditos governamentais, uma vez que, os trabalhadores encontram dificuldades de inserções no presente contexto de desenvolvimento da agricultura brasileira, bem como para buscarem informações e alternativas de produção e comercialização para superarem as dificuldades vivenciadas. Além do mais, pelo sindicato dos trabalhadores rurais não era possível propor projetos de empréstimos junto ao INCRA. Os associados afirmaram que o objetivo de formar associações foi basicamente alcançar benefícios em conjuntos, já que, individualmente seria mais difícil.

A APAPF foi fundada em 06 de fevereiro de 1998, localizada na área do Cuxiú vicinal 44 e tem atuação em todo o Cuxiú, que compreende as vicinais ou comunidades: 41, 42, 43, 44, 45, e 46. Apesar de ser a última associação a ser fundada possui grande participação no Cuxiú. Visto ser esta área pioneira na ocupação e também possuir importantes lideranças sindicais assentadas. (CEPASP, 1998). Atualmente tanto o presidente como o tesoureiro da associação são assentados do PA, ambos são lideranças atuantes em todo o PA.

A associação se constitui também como um ator político importante no processo de construção do PA, visto que, todas as decisões tomadas em relação ao Cuxiú e ao PA como um todo passam pela associação, sendo fundamental também, no trabalho com o sindicato dos trabalhadores rurais de São Domingos do Araguaia, já que todos os assentados são sócios das duas entidades ao mesmo tempo. Assim, as duas instituições elaboram suas ações em conjunto, segundo os presidentes das duas instituições, o relacionamento entre ambas é o mais saudável possível.

## 2.2.2.5 INCRA e Empresas Terceirizadas

O INCRA é o órgão do Governo Federal responsável pela execução das políticas públicas no assentamento, seja ele mesmo, executando as políticas ou firmando convênios com Prefeituras ou empresas terceirizadas, prática muito comum atualmente. A atuação desse Instituto no assentamento inicia-se somente a partir da criação do assentamento, que por força do compromisso legal em cumprir o desenvolvimento das políticas públicas destinadas ao assentamento é obrigado a por em prática. Durante todo o período da ocupação do castanhal

que foi de aproximadamente sete anos, o INCRA nunca teve interesse em resolver a situação dos posseiros ocupantes das terras, pelo contrário dificultava sempre que podia, segundo os assentados pioneiros.

A primeira empresa de assistência técnica do PA foi a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do governo do Estado do Pará, inclusive os primeiros projetos de financiamentos destinados aos assentados foram desenvolvidos pela empresa. Posteriormente a assistência técnica era prestada pela empresa Cooperativa de Prestação de serviços (Copserviços) dentro do Projeto Lumiar do governo federal. E por fim, atualmente a empresa C.I. Serviços de Agronomia e de Consultorias as Atividades Agrícolas e Pecuárias LTDA (AGROATINS).

De acordo com a proposta de aditivo de contrato (2013) da AGROATINS sua sede se localiza na Rua Quintino Bocaiúva Nº 753 – Centro, Araguatins-TO. Porém, para organizar melhor o planejamento e execução das atividades nesta região, a equipe se distribuiu em mais três escritórios: um escritório em São Domingos do Araguaia, outro na Vila Diamante no município de São João do Araguaia, e mais um escritório Central na cidade de Marabá. Foi fundada em 19 de Abril de 2007, seu trabalho atualmente é direcionado basicamente a 03 públicos alvos:

1- Agricultores Familiares, onde o foco é a prestação de serviços técnicos nas áreas produtivas, atuando fundamentalmente na elaboração e implantação de projetos de crédito nas diversas linhas do PRONAF; 2- Entidades da Sociedade Civil Organizada (associações, sindicatos, fundações, cooperativas etc.), com vistas à captação de recursos através da elaboração de projetos em atendimento a editais públicos. 3- Prefeituras Municipais, no apoio a elaboração de projetos de captação de recursos, planos de desenvolvimento, municipal e apoio às secretarias municipal de agricultura e meio-ambiente.

No PA Paulo Fonteles (Cuxiú), segundo entrevista com o técnico da AGROATINS, a empresa vem atuando há dois anos, desenvolvendo diversas atividades, destacando-se as principais: Oficinas de Planejamento Inicial e Avaliação Final; Visitas Técnicas; Cursos de Capacitação; Reuniões com Jovens; Reuniões de Beneficiários; Feiras com exposição de produtos do lote; Dias de Campo; Elaboração de Projetos Técnicos e Elaboração do Cadastro Ambiental Rural.

## 2.2.3 Atores contrários à ocupação e a criação do PA

Em oposição a esse conjunto de atores aliados, encontram-se a oligarquia castanheira/fazendeiros e alguns políticos locais.

a) Oligarquia Castanheira/fazendeiros: dentre os atores que fazem parte da história do PA pode-se destacar a família Mutran, que se destacou durante as primeiras fases de ocupação do que hoje vem a ser o assentamento. Essa oligarquia castanheira possuía vários castanhais conseguidos através de títulos de aforamentos concedidos pelo governo do Estado do Pará em troca de apoio políticos, este grupo familiar e outros dois dominavam todos os castanhais da conhecida área dos polígonos dos castanhais. (EMMI, 1988).

Essa senhora "proprietária" do castanhal lutou de todas as formas para manter esses castanhais, usou todos os artifícios, desde ações na justiça de reintegração de posse da área ocupada, uso de policiais militares para amedrontar e ameaçar os posseiros até a contratação de pistoleiros, muito usado naquela época para retirar os ocupantes de uma determinada área através da força e assassinatos, principalmente dos líderes das ocupações.

Em 1987, ano em que o ex-governador paraense Jader Barbalho assumiu o MIRAD, promovendo ampla compra de grandes castanhais no Sudeste do Pará para desapropriação. A maioria dos castanhais não era titulada, configurando um movimento de regularização fundiária que trouxe grandes benefícios à oligarquia local. (COSTA, 1992, p. 49). Uma dessas áreas foi o castanhal Cuxiú e disponibilizou para a formação do assentamento. O mais interessante é que estas famílias abastardas das oligarquias dos castanhais foram beneficiadas duplamente, isto porque, ganharam as terras no período da concessão dos títulos de aforamentos que eram de graça e posteriormente estas mesmas terras foram vendidas para o Estado.

Saíram os oligarcas da castanha, por outro lado, atualmente, há o assédio constante por parte dos fazendeiros para comprar os lotes no assentamento, em função do seu baixo preço por ser terras da reforma agrária, com uma situação jurídica ainda não definida porque nem todos os títulos foram homologados, portanto não emancipado, tendo o risco de retomada desses lotes por parte do INCRA. Mas como não existe fiscalização, o INCRA faz vistas grossas para este fato, muitos fazendeiros estão comprando lotes no assentamento, apostando na impunidade.

b) Como aliado dos oligarcas da castanha e dos fazendeiros, apresenta-se o poder público municipal, através do Prefeito à época, Luís Carlos Lopes, que segundo os assentados pioneiros, chegou a denunciar os pioneiros em função da ocupação. Não apoiava os pioneiros,

apesar de a maioria morar no município que ele era prefeito. Após este prefeito, nenhum outro declarou oposição aberta aos pioneiros. Porém, não significa que os assentados recebiam apoio desses prefeitos, em nenhuma das entrevistas houve menção de apoio por parte da prefeitura em relação ao PA, simplesmente pararam de conspirarem contra os assentados.

Neste segundo capítulo, descrevi o processo de construção do PA desde a ocupação do castanhal até sua criação propriamente dita, assim como, apresentei os atores mais importantes no processo de formação do território do PA Paulo Fonteles (Cuxiú) privilegiando os moradores do PA. Os moradores do PA formam uma comunidade ampla e bem diversificada, com atores diversos atuando e cujos interesses individuais e coletivos foram bem distintos ao longo do processo de formação do PA. Neste sentido, destaco os assentados como atores fundamentais, e os outros atores que fizeram/fazem parte da história do PA, coloco-os como parceiros no processo de formação do PA.

Dessa forma, os atores presentes no PA têm participado e participam ativamente ao longo dos anos na construção do PA. Essa construção tem sido fruto de muitas lutas e jogos de interesses entre os atores e está em processo. Se não fosse a resistência dos assentados pioneiros nos anos iniciais da ocupação, e a participação dos demais atores nos assuntos relacionados ao PA, não seria possível se falar hoje em PA Paulo Fonteles (Cuxiú).

No próximo capítulo, tratarei da sociologia dos atores assentados (camponeses) do PA. Tomarei por base as concepções de atores em Léna (2002), trazendo uma síntese da situação atual e os desafios enfrentados da criação do PA até o período atual, busco compreender a influência dos fatores nos atores assentados (estratégia, acumulação local, reprodução familiar, solidariedade e organização coletiva) assim como, com base nos dados da pesquisa de campo analisar a produção e o trabalho dos assentados para construir ou apresentar o perfil dos atores assentados do PA.

### 3. A SOCIOLOGIA DOS ATORES DO PA

Para iniciar este capítulo tomo por base a análise de Léna (2002) em seu artigo "As Políticas de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia: problemas e contradições" que traz uma discussão sobre os modelos de desenvolvimento para a Amazônia, sobretudo quando fala dos atores desses modelos de desenvolvimento. Dessa forma, a definição dos atores desses modelos de desenvolvimento em um contexto amazônico, poderá com toda certeza contribuir com o objetivo central dessa pesquisa que é a definição dos Perfis dos atores do PA, visto que, as práticas desses atores do PA podem corresponder a alguma das tipologias de atores proposta por esse autor.

Na concepção de Léna (2002), as dinâmicas e as transformações do contexto amazônico se tornam evidente e importante, porque permite a coexistência de sociedades ou modelos diferentes que se confrontam e se dinamizam em um mesmo território. A oposição entre os modelos se desenvolve em um cenário marcado pelas características e especificidades da própria história amazônica. Neste sentido, o autor vislumbra três configurações de relações sociais e de poder, que são os modelos: tradicional também definido como paternalista e clientelista; o modernista ou desenvolvimentista; e o pós-moderno ou socioambiental. Sendo que o confronto predominante entre esses modelos é entre o socioambiental e o modernista, que se enfrentam em todos os níveis seja local, regional ou nacional.

O modelo tradicional deriva das formas de exploração da região praticadas durante muito tempo remontando ao período colonial, tendo como base econômica principal, o sistema de aviamento<sup>14</sup>. Pela forma de circulação das pessoas e de mercadorias que ocorria através da rede hidrográfica, esse sistema se espalhou por toda a região, constituindo-se em uma forma de dominação baseada na dívida (principalmente moral, ligada a um código de honra).

Já o modelo modernista, continua o autor, é também chamado de desenvolvimentista, colonizador ou predador, foi desenvolvido a partir do fim dos anos sessenta pelo regime militar, seguindo uma ideologia desenvolvimentista. Neste sentido, tal modelo, prioritariamente, a Amazônia como uma fronteira de recursos de fontes inesgotáveis, que

-

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Este sistema provocou uma relação de dependência do trabalhador para com o seu patrão, tornando-se uma semiescravidão uma relação pessoal, em que os bens materiais e serviços são redistribuídos pela classe que detém as riquezas em troca de fidelidade, trabalhos, apoio em caso de conflito, etc. Constitui também a base das carreiras políticas da região. A clientela torna-se o curral eleitoral do "patrão". A população de origem regional pobre são as vítimas em potencial desse sistema, não tão somente rural, mas também urbana proveniente do êxodo rural da própria Amazônia. (LÉNA, 2002. p. 9).

deve ser ocupada e explorada com o objetivo de firmar a soberania nacional na região e acelerar o crescimento econômico do país. Os custos ecológicos e sociais de ocupação não são levados em consideração, é o preço a pagar para realização dos seus propósitos. Esse modelo foi responsável pelos intensos desmatamentos, reproduziu a concentração fundiária das outras regiões e excluiu certas categorias da população.

Léna (2002) ainda relata que o modelo socioambiental, resulta da aliança entre o movimento ecologista e o movimento social, esse modelo se apoia nas reivindicações dos excluídos do modelo desenvolvimentista, ameaçados pelos progressos da colonização, mas também daqueles atores do modelo desenvolvimentista que começaram a perceber que pode passar do status de colonos ao de excluídos. Os objetivos desse modelo são, essencialmente, reduzir ou parar os desmatamentos, utilizando as áreas já desmatadas, promover o manejo florestal em benefício das populações locais.

Dessa forma, segundo o autor, surgem também os atores desses modelos, que dependendo do seu nível de envolvimento e de integração pertencem a um ou às vezes, mais de um desses modelos. Léna (2002) classifica esses atores como: modernos; excluídos do desenvolvimento e atores de uma categoria intermediária, os pequenos agricultores imigrantes.

Na concepção de Léna (2002), os atores modernos (mineradoras, madeireiras, pecuaristas, construção civil, empresas industriais) vêm do modelo desenvolvimentista, que ganharam espaço com a abertura da fronteira de recursos. Os integrantes dessas categorias formam uma nova classe política, principalmente nas áreas de ocupação recente, ou se articulam com os políticos locais para defender o modelo desenvolvimentista. Fatos como esses ocorreram na região em estudo, em que os oligarcas da castanha se aliaram ao capital nacional e internacional ou às vezes se confrontaram para dominarem a região.

Para Léna (2002), os atores excluídos do desenvolvimento, se encontram nas áreas que não foram ainda atingidas pelo modelo modernista e suas dinâmicas onde populações ditas tradicionais (índios, seringueiros, ribeirinhos) exploram os recursos naturais de forma mais reduzida e controlada, muito em função da baixa densidade demográfica, de suas concepções sobre a natureza e à falta de integração ao mercado. Quem domina ainda essas áreas na sua maioria, são os comerciantes. Também alguns madeireiros e fazendeiros de origem extra regional podem ser encontrados, como consequência do futuro alcance das dinâmicas provocadas pelo modelo desenvolvimentista. Os dominados dessas áreas estão inseridos nas redes paternalistas e clientelistas locais. Porém, é importante destacar que algumas populações

conseguiram se organizar e se articular politicamente o suficiente para que certas reivindicações fossem atendidas, caso das populações das reservas extrativistas (RESEX).

Ainda na categoria dos excluídos do desenvolvimento, Léna (2002) inclui também as populações urbanas oriundas do êxodo rural e responsáveis pelo crescimento explosivo das periferias das cidades amazônicas, especialmente por compartilharem várias características com as populações rurais, dentre elas as redes clientelistas modernas.

Sobre os atores de uma categoria intermediária: os pequenos agricultores imigrantes, Léna (2002) relata que, embora tenha sua origem no modelo desenvolvimentista e seja também responsável por parte significativa do desmatamento, apresenta-se como uma categoria à parte, visto que pode influenciar e seguir caminhos diferentes e representar um grande desafio para a sustentabilidade. Dessa maneira, Léna (2002) considera três tendências principais nesta categoria de atores: a marginalização; a acumulação local; o caminho alternativo.

Marginalização - os agricultores que não conseguem ter acesso a uma produção comercial rentável por uma série de motivos ou fatores são particularmente expostos às variações climáticas, às doenças, e, portanto vendem facilmente sua terra para tentar a sorte em outro lugar (LÉNA, 2002).

Em se tratando da trajetória da marginalização, o autor entende que os agricultores vendem seus lotes, na maioria das vezes vão para as áreas mais distantes do centro das cidades, formando as periferias. Dessa forma, nessa trajetória se inclui também na categoria de atores excluídos do desenvolvimento, uma vez que são oriundas do êxodo rural e responsáveis pelo crescimento explosivo das periferias das cidades amazônicas, como também por compartilharem várias características com as populações rurais, ficando imersas as mesmas ou em piores redes clientelistas modernas do que antes no assentamento. Por exemplo, os políticos clientelistas só fazem alguma coisa no bairro das pessoas, do tipo esgoto, asfalto, coleta de lixo, em troca do voto.

Acumulação local - esse termo é utilizado pelo autor para se referir a alguns agricultores que se tornaram pequenos fazendeiros, valendo-se de algum auxílio do governo, como por exemplo, em um momento de alta nos preços de uma cultura perene ou de outro produto que tenha produzido bastante, ou até mesmo por um processo de acumulação individual em função da união de uma série de fatores (venda do lote para comprar outro mais barato em uma área maior e mais distante, o financiamento de gado pelo FNO especial, etc.). Esse é o exemplo e o caminho seguidos pela esmagadora maioria dos agricultores, com sucessos variáveis, sendo também responsável pela extensão dos desmatamentos nas áreas

ocupadas por eles. Isto porque, essa trajetória leva à concentração fundiária, à diminuição das densidades rurais e à multiplicação de terras degradadas. (LÉNA, 2002. p.11).

Sobre o perfil alternativo, Léna (2002) destaca que alguns agricultores notam as dificuldades da criação de gado provocadas pela forte concorrência e seletividade deste setor, que é altamente excludente. Esses agricultores sentem-se ameaçados pela marginalização e por isso se interessam pelas políticas públicas e pelas propostas de produções sustentáveis das Organizações não Governamentais (ONG). Porém, em caso de insucesso, são os primeiros a retornar para as práticas extensivas do modelo predador. Felizmente, existe uma sensibilidade crescente, por parte dos estudiosos, responsáveis pelas políticas agrícolas, sindicatos e agricultores no que diz respeito à agroecológica.

## 3.1. SITUAÇÃO ATUAL E OS DESAFIOS DO PA

A situação atual do PA Paulo Fonteles (Cuxiú) é muito diferente daquela vivida nos anos iniciais da ocupação e dos primeiros anos da criação do PA, principalmente, ao que se refere às mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas a partir da criação do PA. Se nos anos iniciais as lutas eram pela conquista e permanência na terra, agora é para a manutenção dos direitos básicos de assentados, como, saúde, educação, estradas, habitação, assistência técnica e financiamentos.

O contexto dessas transformações se apresenta por demandas de políticas públicas obrigatórias por parte do governo federal através do INCRA no assentamento, o fato é que mesmo sendo obrigatórias, os assentados e seus aliados, têm que lutarem para que sejam cumpridas suas reivindicações, por esses direitos básicos de assentados.

A diversidade de atores do PA contribuiu e contribui sobremaneira na construção e consolidação da comunidade do PA. Dessa forma, para analisar o processo de construção do PA e a definição dos perfis dos atores do PA, priorizo os assentados como atores fundamentais nesse processo. Sendo assim, para fazer as devidas análises necessárias organizo os assentados em duas categorias: assentados pioneiros e assentados novos, essa classificação se justifica em função da diversidade encontrada entre esses atores, nos assentados pioneiros, por exemplo, os fatores como, organização, solidariedade, estratégias e reprodução familiar apesar das diferenças encontradas, são mais homogêneos. A questão da identidade enquanto relação de pertencimento ao território é mais forte em função da história em comum, sendo assim, partilham da mesma história e dos desafios dentro do território, isso

se justifica em função de suas histórias em comuns. Por outro lado, os assentados novos, não são homogêneos, são muitos diversos e os fatores como, organização, solidariedade, estratégias e reprodução familiar não são tão fortes, em função de não possuírem uma história em comum, não desenvolvendo uma relação de pertencimento com o território do PA.

Então, o interesse maior em privilegiar os assentados como atores principais do PA, se deve ao contexto das mudanças ocorridas no PA, essas mudanças é que justificam as análises desenvolvidas, tomando como protagonista os assentados.

Um dos grandes desafios enfrentados atualmente, segundo o dirigente da associação do PA, é fazer com que os assentados, principalmente, os novos participem das reuniões, pois são nas reuniões que se definem os interesses comuns a todos, que abre a possibilidade do despertar da consciência coletiva, isso se torna difícil pela chegada de novos assentados que não procuram a associação e nem o sindicato, não comungam a ideia de trabalho coletivo dos demais. Para se ter uma ideia procurei as pessoas que tinham as informações mais precisas sobre as chegadas desses assentados, que são os agentes comunitários de saúde, que visitam mensalmente todos os lotes. Segundo eles, dos 260 lotes que estavam nas mãos de 260 posseiros que foram assentados pelo INCRA quando da criação do PA, na parte do Cuxiú, esses estão agora nas mãos de apenas 121 "donos", e desse total apenas 25 são assentados pioneiros. Cabe ressaltar que a concentração dos lotes é mais comum nos assentados novos. Porém, existem casos, de famílias que moram nos lotes desses "donos", como funcionário ou como agregados. Os agentes de saúde visitam um total de 174 famílias.

### 3.2. A INFLUÊNCIA DOS FATORES NOS ATORES

Nesse item são apresentados os fatores que interferem nas análises da construção dos perfis dos atores, como: sua organização, as estratégias, a solidariedade e o processo da acumulação local.

# 3.2.1 Assentados pioneiros: organização, estratégia, solidariedade, acumulação local e reprodução familiar

Antes de ingressarem na ocupação em definitivo, alguns posseiros já vinham se organizando para entrarem no castanhal, mas por medo segundo eles, não tinham ainda colocado em prática seus planos. Quando ocuparam pela primeira vez o Cuxiú em 1981,

entraram pelas vilas, São José e vila Açaizal, também tinha outra frente de entrada que era pela fazenda do Penoza<sup>15</sup>.

Estes trabalhadores que moravam nas vilas e nos lugares mais afastados da vila de São Domingos do Araguaia, muitos recém-chegados, principalmente do Maranhão, trabalhavam basicamente como diaristas nas fazendas mais próximas. De acordo com relatos de assentados, o que motivou a ocupação da área foi:

> A necessidade, porque eu queria ter um pedaço de terra pra trabalhar, pra criar minha família, não queria mais trabalhar nas fazendas dos outros até tinha convite de trabalhar em outras fazendas quando ainda estava no maranhão, mas fiquei sabendo dessa ocupação então já vim com este objetivo de conseguir um pedaço de terra. (entrevista com o assentado pioneiro A. P. S. dia 27 de maio de 2014).

> Porque, uma é que eu não tinha terra e tinha vontade de trabaiar e tinha seis filhos e nem muié eu tinha mais não tinha o que fazer ficava bolando daqui pra lia pra acolar e um monte de menino e o jeito que tinha era arrumar um lugar pra trabaiar e arrumei. (entrevista com assentado pioneiro S. C. S. em 19/08/2014).

Nos relatos dos assentados pioneiros, percebe-se a realidade da concentração de terra no país, muita terra nas mãos de poucas pessoas e muita gente sem terra para trabalhar, a necessidade de terra para produzir para a sobrevivência da família e o sonho de trabalhar em algo que fosse seu, uma garantia de futuro para a família, faz o trabalhador se tornar um forte lutador indo até as últimas consequências, a ocupação da terra mesmo que esta tenha um suposto dono.

No início da ocupação, não havia o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, porque segundo os assentados neste período o sindicato estava nas mãos de pessoas que representavam os interesses dos fazendeiros e das oligarquias castanheiras do município, esses eram chamados de pelegos<sup>16</sup>.

Dessa forma, mesmo sem inicialmente ter uma instituição que os organizassem oficialmente, já havia organização, pois tinham regras e estratégias<sup>17</sup>, culminando com certa resistência desde o início da ocupação, acordado entre eles mesmos, esses fatos se comprovam nos depoimentos dos assentados:

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Fazendeiro conhecido por Antonio da Penoza que tinha suas terras se limitando com o castanhal Cuxiú.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Sindicatos compostos por pessoas na diretoria que não defendiam os interesses dos posseiros.

<sup>17 &</sup>quot;um instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com ação sem agentes que o estruturalismo supõe [...]. Assim, estratégia é produto do senso prático como sentido do jogo, um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância". (BOURDIEU, 2004, Apud GONÇALVES 2011, p. 55).

Tinha os coordenadores, por exemplo tinha o Sebastião Capixaba na 44, o Joaquinzão, na 43 tinha o Cícero Odorico, tinha o Mosa na 42 e lá em cima tinha o Vicente Boeiro que era o coordenador geral, então eles participavam dos cortes dos lotes quando tinha reunião eles falavam em área tal tem terra pra ser cortada quem quiser terra tem que está lá tal dia em tal horário para ser verificada a área para ver quem já estava lá como estava a área ser cortado os lotes. (entrevista com o assentado J. R. F. S. em 03 de junho de 2014).

### Outro assentado considera ainda:

Tinha regra, aqui tinha um horário que não podiam entrar e nem sair, pessoas estranhas já sabiam que não podiam entrar porque a ordem era pra não entrar né tinha alguma regra, uma das que eu me lembro era a mais forte eram essas, com o tempo nem a polícia entrava. (entrevista com a assentada M. A. R. L. em 27 de maio de 2014).

### Do mesmo modo:

Neste tempo quando o negócio acochou todo mundo se organizou e o sindicato dos trabalhadores rurais, aqui dentro não existia, aí depois que se juntou todo mundo é que foi se formou a delegacia aqui dentro. Mas antes do sindicato nois se organizava aqui dentro que era o Vicente Boeiro, como é que faz, hoje é assim ele comandava todo o cuxiu, por exemplo, lá nesse dia eu fui lá no turizim tem um cara que descobriu que tem um cara lá num barraco e que se diz que este cara é um pistoleiro, aí começa a conversa e diz vamo lá, vamo, eu nesse dia eu fui, chegando lá conversamo com o cara, ele se descartou muito bem disse que não era, que era de uma família lá coisa e tal, o certo é que quando nois voltemo, quando nois cheguemo ele vinha atrás porque quando nois chegamo pouco tempo ele passou e quando chegou da vila São José em diante foi que foram que ele chegou, foi que a gente foi saber, depois que ele era um dos pistoleiros vamos dizer espião, pra conhecer a área pra poder entrar. (entrevista com assentado pioneiro S. C. S. em 19/08/2014).

Essa organização interna de resistência inicial permitiu aos assentados pioneiros elaborarem estratégias de sobrevivência e de defesa da área de ocupação, contra aqueles que queriam tirá-los de lá, usando inclusive as táticas de guerrilhas como a trincheira para se defender dos ataques dos policiais e dos pistoleiros, a mando da família que detinham os supostos títulos de aforamentos. Esses fatos se comprovam nos relatos dos assentados pioneiros:

A nossa preocupação por aqui só era mermo de morrer ou matar, porque qualquer hora quase ninguém trabalhava era só esperando ou pistoleiro ou a polícia, era essa mermo não tinha alternativa nem trabalhar não trabalhava, ficava um magote de gente andando aí não podia escutar um grilo (risos).

[...] Pra ti encurtar a história teve uma vez que passemo foi da vez que houve um tiroteio na rua que todo mundo sabe disso, dessa vez nois passemo 32 dias entrincheirado aqui, nem sem ir à rua e nem sem ninguém entrar aqui ninguém, ninguém, não entrava e nem saia. [...] Na hora que não tinha confusão, ameaça aí cada um ia fazer um pouco de trabalho em seu lote na maioria das vezes sempre perto um do outro e a noite todo mundo ia se encontrar no barração pra reunião só num lugar. (entrevista com assentado pioneiro S. C. S. em 19/08/2014).

### Para o assentado J.C:

A nossa defesa era fazer trincheira, é o seguinte ficava uma turma ali atrás de uma castanheira ou outro pau, outra acolá, outra no mei outra pra cá e lá em qualquer canto nois tinha nossa posição, então nois não ia de encontro a ninguém, mais quando eles vinha o que nois tinha de fazer era isso, porque se eles visse nois, nois ia morrer. Aí a barra era o seguinte era 10, 15 dias entrincheirado é a onda era pesada, nesse período não tinha como trabalhar era manter as bocadas, ali quando uma pessoa ia levar o feijão pra nois sem sal duro feijão vei do sul que era jogado de qualquer jeito, ele ia levar de noite no escuro 10 horas da noite pra nois, naquele trecho de longe ele assobiava, fio, fio ai nois sabia quem era aquela pessoa, tinha os sinais tudo combinado, aí chegava aquele feijão aquela farinha só a gente mermo tinha coragem né eu considero como se fosse uma guerra, naquele momento ali cada quem comendo com as mãos mermo, vape, vape, vape, aquele feijão de qualquer jeito quando acabava espalhava todo mundo, pronto a barriga tava segura. (entrevista com assentado pioneiro J. C. em 14/09/2014).

As estratégias de defesa desenvolvidas pelos assentados pioneiros culminaram com a capacidade de resistência e a vontade de lutar pela terra, tornando-os mais forte e consolidando suas presenças no castanhal de uma forma que com o passar dos anos, mesmo sem ter sido resolvido em definitivo os conflitos, essa organização interna intimidava e impelia os supostos donos do castanhal a fazerem novas investidas de retiradas dos assentados pioneiros. Além do mais, segundo os entrevistados, contaram com o apoio da CPT na pessoa do Mano e do Ademir Martins e da Igreja Católica na pessoa do Padre Roberto e da Irmã Odete. Para os entrevistados:

A Igreja ajudou muito também no sentido da organização de ver a necessidade de cada um porque no São Domingos a renda de uma área dessa era castanha, mas beneficiava pouca gente, aí como viram que ele não tinha o documento da terra, que não tinha mesmo e isso ajudou o movimento, apoiou o movimento eu me lembro daquela época tinha o padre Roberto. A irmã Odete e a irmã Lina, ele foi embora elas ficaram. Aí a igreja ajudou nesse processo de conscientização e apoiar o povo, aí entrei nesse embalo, eu era novo na época tinha 25 anos, solteiro ainda passei uns três anos só no meio da mata. (entrevista com o assentado J. R. F. S. em 03 de junho de 2014).

Outras pessoas envolvidas com os movimentos populares, como a Tetê, a Denise e o Jurandir, que faziam parte da associação dos moradores de São Domingos colaboraram com a manutenção da ocupação, e também o sindicato dos trabalhadores rurais de São João do Araguaia a partir do momento que os assentados pioneiros foram se organizando politicamente e conseguiram através do embate político dentro do sindicato, assumir a presidência da instituição, elegendo um pequeno trabalhador, que foi o senhor Almir Ferreira Barros. Essas pessoas contribuíram fortemente na organização e elaboração de estratégias que visasse à sobrevivência desses pioneiros na ocupação.

Ao tratar das estratégias de luta um dos assentados relata que:

Nós tinha a nossa liderança do sindicato aqui dentro... Então o sindicato era a nossa base que aguentava a nossa briga aqui, em termos de lutar pelos direitos tá entendo? Lá fora, quando acontecia algum problema o sindicato nos reunia se fosse preciso ir pra trincheira gente ia, se fosse preciso a gente ir pro marabá ia, se fosse preciso ir pra cadeia a gente ia também todo mundo junto. (entrevista com o assentado A. P. S. em 27/05/2014).

Desse modo, nota-se que a fala do assentado demonstra a credibilidade que todos tinham no Sindicato, e este desempenhava um trabalho político de fortalecimento das forças dos assentados para conquistar e permanecer na terra, passando confiança a todos na ocupação e demonstrando que estariam sempre juntos em todos os momentos, seja numa simples negociação ou nas lutas físicas que eram comuns nessa época.

Assim, a luta dos assentados pioneiros se fortaleceu, pois agora tinha uma instituição jurídica para denunciar as atrocidades praticadas pelos seus opositores. Esse fato corroborou para que os mesmos pudessem elaborar também estratégias de produzir alimentos, ou melhor, que desenvolvesse seu modo de vida camponês.

Dessa forma, nos primeiros anos de ocupação a forma de produzir alimentos para a reprodução familiar era coletiva, mesmo que cada um dos posseiros já tivesse seus lotes individuais, mas em função de ainda existir ameaças de surgir conflitos armados, eles se organizavam em mutirões para fazerem suas roças e ao mesmo tempo fazer a defesa da área. Porém, essa prática de produção coletiva era segundo eles, somente nos momentos críticos de fortes conflitos. Assim, organizavam estratégias de sobrevivência como as práticas de mutirão. Essas práticas estão presentes em seus relatos:

No período de ameaça forte a gente trabalha junto. Numa mesma área depois fazia mutirão... Então o seguinte na hora que o negócio aperriava, nós todo

mundo largava tudo ia lutar por aquele objetivo tá entendo? Aí quando esfriava a gente voltava a trabalhar, outros iam trabalhar fora para vê se ganhava alguma coisa. (entrevista com o assentado pioneiro A. P. S. em 27 de maio 2014).

Se não fosse a nossa resistência jamais esse pessoal teria ganhado esse pedaço de terra. Muito não conseguiram assim, permanecer, mais tinha aquelas pessoas que tinha garra, tinha também esse agrupo que ajudou muito que dizia vocês não desiste, se vocês desistir vocês vão perder, contavam exemplos de outros lugares que foi assim, vocês vão conseguir. Tinha aquele grupo que quando pensava em recuar em se desesperar, quando meu pai pensava em recuar, tinha a minha mãe que parece que era até mais forte do que meu pai, ela sempre incentivava tu não sai Vicente, qualquer coisa eles queriam, mas permaneciam naquele movimento naquela união. (entrevista com a assentada pioneira M. A. R. L. em 27 de maio de 2014).

Assim sendo, nota-se nos relatos dos assentados pioneiros que estes entendem ser nas dificuldades que se constroem laços de amizades, solidariedade e união, proporcionando o fortalecimento do grupo e dos seus objetivos, melhorando a organização interna da ocupação e projetando novas conquistas.

Refletindo sobre as falas acima dos assentados, Hébette (2004a) observa que a permanência destes se deve basicamente ao fato da forma de organização que possuíam internamente. Apesar de inicialmente, não possuírem nenhuma organização formal, administrativamente falando, possuíam um alto grau de organização na forma de relacionamentos desenvolvidos, na solidariedade diante das atividades dentro da ocupação, nos momentos difíceis de enfrentamento de policiais e pistoleiros, em mutirões para realização das atividades no roçado ou na construção de casas, na vigília do território, pois enquanto uns ficavam de prontidão outros despenhavam outras atividades e, assim prosseguiam até as ameaças e os perigos de despejo ou de assassinatos cessarem.

Sobre a forma de organização que se refere à defesa do PA, desenvolvido em um clima de violência, é necessário ressaltar que não era encarado passivamente pelos posseiros. Hébette (2004c) ao mencionar a solidariedade desses posseiros, relata que alguns já vindos em grupos de seu lugar de origem, quando vieram criaram/recriaram laços fortes de solidariedade e de vizinhança. Esses laços é que permitiram na maioria das vezes condições de encarar os desafios e as dificuldades desse novo lugar, abrindo portas para se pensar coletivamente e começarem a formar associações independentes, em uma época na qual os sindicatos eram dominados pelo governo e/ou fazendeiros. Essas formas de organizações praticadas primeiramente por iniciativas dos próprios posseiros e posteriormente através de associações, e fundamentalmente a sindical foram essenciais para a garantia da posse da terra,

muito embora essas lutas em muitos casos fossem de maneira isolada e dependiam da combatividade de seus líderes (HÉBETTE, 2004c).

Para esse autor, a forma como os assentados pioneiros foram se organizando, tinha a ver inicialmente com a forma de organizar também seu modo de produzir. A forma de produzir diz respeito às diferentes formas de organização do trabalho, sendo, portanto, a forma pela qual se organizam os meios de produção para garantir a reprodução da unidade de produção familiar. No momento da entrada que eram necessárias formas de defesa para permanecer na terra, a forma de produzir era coletiva, não no sentido de que tudo que era produzido fosse dividido entre todos, mas sim, no sentido da cooperação, que era realizada na base do mutirão, quando terminavam as roças de um grupo, todos ajudavam nas roças dos outros e assim iam desenvolvendo o trabalho coletivo. Entretanto, quando os conflitos acabavam cada qual ia para os seus lotes trabalhar individualmente com suas famílias.

Dessa maneira, a solidariedade desenvolvida na ocupação decorre da situação de marginalização em que as famílias viviam, o que não significa que tenham sido superadas as diferenças socioculturais presentes entre essas famílias. As divergências aparecem de forma explícita somente após o assentamento das famílias, abre-se então a possibilidade de reconstrução do modo de vida anterior. (BRENNEISEN, 2003).

É fundamental destacar neste estudo, a construção da identidade desses atores assentados, que quase sempre são percebidas como uma construção histórica dos significados sociais e culturais que permeiam o processo de diferenciação e identificação de um indivíduo ou de um grupo (SOUZA, 2014). Os atores do desenvolvimento moderno, os oligarcas da castanha, que no passado tanto incomodaram os posseiros, deram lugar a figura do fazendeiro, que é possuidor de uma identidade que contrasta com identidade de assentado, que, na maioria das vezes, autodenominam-se de pequeno agricultor (entendendo pequeno agricultor como relatado em Léna 2002). Dessa forma, a luta pela afirmação da identidade, possui o significado de lutar para se manterem visíveis, como se autodenominam os pequenos agricultores, como se relacionam entre si e com a terra e para apontarem conjuntamente projetos de interesses comuns.

Considerando esses pressupostos, se buscou entender também como os assentados percebem o local onde moram, trabalham, produzem e o que significa para eles esse local. As respostas foram as mais diversas, como estas mencionadas pelos assentados:

Representa pra mim, Deus é minha vida, mas este aqui pra mim representa paz, tranquilidade, que não tinha em São Domingos hoje eu tenho aqui, terra

pra mim eu sou quase igual índio, índio considera a terra como a mãe deles, terra pra mim eu acho que não tem preço por mais que você compre uma terra ela nunca vai atingir o preço que ela merece... Gosto muito da vizinhança aqui é boa, eu graça a Deus não tenho o que dizer. (Entrevista com a assentada pioneira M. A. R. L. em 27 de maio de 2014).

#### Outro assentado considera:

Bom uma é que eu nunca tinha possuído nada, e hoje graças a deus, eu nunca deixei de agradecer por isso que estou aqui eu provo que gosto daqui, que tem mais de 30 anos que estou aqui, e pra (...) o nome do local que moro, eu coloquei o nome de Deus me deu, Deus me deu. (Entrevista com o assentado pioneiro S. C. S. em 19 de agosto de 2014).

### Para o assentado J.R.F.S:

É rapaz isso aqui pra mim é um pedacinho do mundo é pedacinho do mundo que deus me deu eu por mim ficava aqui até nos restos da minha vida, mas nós tamos vendo as consequências por aqui so tem eu por aqui, os outros venderam tudo agora é só área de fazenda, tou ficando espremidinho aqui não sei até quanto tempo vou aguentar não. Não tenho nenhuma pretensão de vender o meu lote agora. (Entrevista com o assentado pioneiro J. R. F. S. em 03 de junho de 2014).

### Já o assentado J.A.P:

É tudo né, significa tudo, porque é o que eu tenho hoje né. Criei os meus filhos, o que eu tenho tá tudo aqui, eu não tenho casa na cidade, nada lá, então o que eu tenho tá aqui né. Não pretende sair até agora, ninguém sabe o dia de amanhã, porque o dia de amanhã não nos pertence né (Entrevista com o assentado novo J.A. P. em 03 de junho de 2014).

Verifica-se que os assentados pioneiros sentem certo apego ao território, eles o percebem, como seu espaço de vivência, como local de usufruto dos recursos e onde realizam tudo. Além de o território ser considerado o espaço de sobrevivência, os assentados o consideram como o local onde se divertem e criam seus filhos. Ficou claro que este espaço traz calma e tranquilidade longe da agitação da cidade. Porém, durante as entrevistas houve relatos que denotam dificuldades de permanecer no lote. Estas dificuldades estão explicitadas na fala do assentado: "... Rapaz aqui na minha vicinal já estou praticamente sozinho, cercado por fazendeiros, os outros companheiros foram vendendo seus lotes, eu estou resistindo às investidas deles pra comprar meu lote, mas não tenho intenção de vender não (J.R.F.S)". Porém, a maioria dos assentados se referiu ao território do PA como um lugar de produção, um lugar de sobrevivência, de onde ainda tira o sustento da família.

Nota-se, portanto, que a forma como eles percebem o território do PA se assemelha com o pensamento de Godelier (1984), ao analisar a importância que é dada ao território como fonte de recurso, quanto ao seu acesso, controle e uso. Pensamento também destacado em Santos et al. (2000), citado por Haesbaert (2010) que faz uma diferenciação nítida entre território como recurso e território como abrigo, analisa que para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses privados, para os atores hegemonizados trata-se de um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao local, e ao mesmo tempo recriarem estratégias que garantam suas sobrevivências nesses lugares.

Dessa maneira, entende-se que os assentados criam/recriam estratégias que garantam suas sobrevivências e suas territorialidades através da exploração dos recursos do PA, embora tenha havido conflitos pela apropriação desses recursos. Para Haesbaert (2010) citado por Souza (2014) é na territorialidade que habita a garantia do reconhecimento de um território e uma identidade coletiva e dos direitos coletivos, pois o território é para esses assentados, ao mesmo tempo os meios de subsistência, de trabalho, produção e de referência simbólica e subjetiva essenciais na construção do processo de identidades. Portanto, o território é "abrigo" e "recurso": abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção e simultaneamente, elemento essencial de identificação, simbolização e pertencimento para esses assentados.

Nota-se que no período de construção do PA havia a formação sólida de uma comunidade, permitindo que as dificuldades fossem superadas ou esquecidas momentaneamente, possibilitando um apego maior pelo assentamento, uma relação de pertencimento ao grupo e ao lugar bem clara e definida, o que foi fundamental para que nos primeiros dez anos de ocupação praticamente não houvesse desistências ou abandono dos lotes.

Ainda foi perguntado para os assentados qual seria o projeto de futuro deles e de suas famílias e para o assentamento de um modo em geral, eles ressaltaram que:

O projeto é de formar meus filhos se deus quiser e eles quiser, o meu projeto eu não posso nem dizer porque o Nelson disse tanto que foi embora, mas o meu projeto aqui, é ampliar o que eu tenho é com luta assim conseguir organizar, não tenho sonho para sair não, o meu sonho é aqui mesmo, o meu problema é só essa questão , porque a gente sem financiamento é muito dificultoso para trabalhar, o meu sonho é fazer um financiamento para fazer um criatório de peixe, ampliar o gado que nós temos também, ter escolas mais próxima de sua casa que tenha as séries mais avançadas para que meus filhos não tenha que está saindo para longe para estudar, porque assim que eles saiam quando amadurecer, quando já saber tirar as espinhas do peixe,

então eu sonho com esta escola. (Entrevista com a assentada pioneira M. A. R. L. em 27 de maio de 2014).

### Para outro assentado:

O meu projeto de futuro é terminar de criar minha família que só tem um de menor e passar o resto da minha vida por aqui mesmo, não pretendo sair daqui, nunca pensei em muita coisa de enricar, quero ter sempre minhas coisas de suprir minhas necessidades quando precisar. (Entrevista com o assentado pioneiro J. R. F. S. em 03 de junho de 2014).

Analisando as respostas sobre o projeto de futuro dos assentados, nota-se que ficou evidente o desejo de permanência nos lotes apesar da idade elevada da maioria, houve relatos de assentado que chegou a mencionar que jamais venderia seu lote, este só seria vendido pelos seus filhos após sua morte. Todos afirmaram ter o sonho de melhorar a estrutura física do lote, destacando que se conseguirem financiamentos nos moldes do PRONAF A, pegariam porque é fácil de pagar e há a possibilidade de estruturar melhor seu local. Neste sentido, Costa (2000) chama a atenção para a conquista do crédito subsidiado, FNO-Especial e PRONAF "A" principalmente, como as expressões mais claras da capacidade de criação/recriação das estratégias dos assentados num período mais recente.

De forma geral, nota-se que a forma da organização da produção dos assentados pioneiros do início até alguns anos mais tarde, predominou a opção familiar camponês que tem fundamento na sua produção e reprodução. Em casos como esse Schneider (1999) entende que, a ênfase está na reprodução da família e não no lucro, diferenciando da unidade de produção capitalista que orientam suas estratégias e decisões com base no acúmulo do patrimônio e dos recursos naturais disponíveis. Entretanto, como discutido por diversos autores, isso não deixa de lado a relação com a sociedade capitalista, contudo lhe permite trilhar caminhos de autonomia, apesar do risco que essa relação possa trazer, pois a tendência hegemônica da economia capitalista é de destruição do modo de vida familiar camponês através do processo de centralização e concentração de renda. Por fim, esse autor entende que a capacidade de reprodução da família não pode ser vista apenas como resultado de suas ações econômicas, mas também políticas, sociais e culturais. Porque a opção pelo trabalho familiar influencia todas as relações econômicas, sociais, políticas e culturais (costumes e os valores).

Apesar disso, notou-se que atualmente entre os assentados pioneiros existem, mesmo em menor número, aqueles que não apresentam características do modo de vida camponês, especialmente por já estarem como fala Léna (2002), inseridos no perfil da acumulação, ou

seja, tornaram-se pequenos fazendeiros que não produzem apenas para a sobrevivência, pois sua produção é voltada parcialmente para o mercado e eles se preocupam basicamente com o lucro.

# 3.2.2 Assentados novos: organização, estratégia, solidariedade, acumulação local e reprodução familiar

Assim como os assentados pioneiros, os assentados novos, aqueles que chegaram mais cedo, às vezes mesmo antes da criação do PA, também vieram em busca de terra para a sobrevivência da família, encontrando também muitas dificuldades. Todavia, esses assentados já chegavam com uma condição econômica melhor, sem falar na tranquilidade para desenvolverem seus trabalhos nos seus lotes, haja vista, que não existia mais disputa pela terra no PA. Esses fatos ficam evidentes nas falas do assentado que relata:

O motivo deu ter vindo pro Cuxiú, foi meus fiis, o que enxerguei meus fiis, porque eram muito eram 6 homen e 5 mulheres, lá no maranhão a terra era muito alejada[...] aí eu vim aqui um tempo em 92, aí achei me agradei dessa coisa bonita mais prana, né [...] entrei pra cá 1993, comprei aquele pedaço, depois comprei aquele outro e aí comprei esse aqui, porque um lote só não dá pra dois três moradores, não dá não, quando comprei era um genro meu, um filho já com família, tudo pra trabalhar aqui. Aí não dava porque o lote desse lado não é nem 10 alqueire [...] o lote que comprei era do primeiro dono que ganharam a terra tanto aquele como este aqui. Quando cheguei os conflitos já tinham passados já tava mais manso, não tinha era documento ainda, aí foi indo foi indo. Mas tinha muita dificuldade porque quase não tinha estrada, tinha muita doença a malária, deu uma malária em mim muito perigosa. (Entrevista com o assentado F. E. no dia 28 de maio de 2014).

Entretanto, o que motivou a maioria desses assentados novos a virem para o Cuxiú, principalmente os que chegaram após a demarcação oficial dos lotes pelo INCRA, foi a criação de gado, até porque na época que chegaram os lotes tinham poucas áreas de matas, restando o trabalho de cuidar melhor do pasto ou retirar a capoeira para plantar pastagens.

Eu entrei no assentamento Paulo Fonteles mesmo na década de 1991 entendeu, aí de lá pra cá eu possui primeiramente um pedaço de terra ali na vicinal era pequeno não dava pra gente, o tipo de cultura que a gente desenvolve aqui não dava pra poder desenvolver lá, que é a pecuária né, o pensamento de todo mundo é pecuária, pecuária, que é o mais fácil de mexer aqui na condição que a gente tem né e aí eu vendi lá e comprei outro pedaço

pra cá em 1993, desde de 1993 que tô aqui nesse local aqui, de 1993 pra cá, a gente entrou aqui ainda tinha um pouco de mata, a gente foi trabalhando consegui comprar mais dois pedaços de terra e os filhos também foram criados aqui (Entrevista com o assentado J. J. P. no dia 29 de outubro de 2014).

A maioria dos assentados novos apresentam estratégias de sobrevivência diferentes daquelas utilizadas pelos assentados pioneiros dos primeiros anos de ocupação, pois a preocupação principal já não é mais com a roça, e sim com a criação de gado bovino e com o acúmulo de terras, visto que suas economias são direcionadas, algumas vezes, para a compra de outros lotes. Nota-se diferenças também na maneira de organizar a produção, que se baseia na produção individual, destacando-se a mão de obra assalariada no desenvolvimento das atividades dos lotes. Assim como outros tipos de organização, não têm mais o mesmo nível de envolvimento e determinação por parte dos assentados novos, as mobilizações para reivindicação de garantias de alguns direitos conquistados no passado às duras penas, não são realizadas por falta de participação desses assentados, apesar de existir associação no PA, que é uma instituição coletiva que luta pelos interesses comuns, mas boa parte dos assentados novos não se envolve, por entenderem que não precisam da associação.

A pesquisa ainda aponta que alguns assentados novos, principalmente, os que chegaram nos últimos anos, não participam da associação e nem do sindicato, segundo eles, por não estarem em RB e não ser contemplados com os financiamentos ou qualquer benefício destinados aos assentados da reforma agrária, pois quem não está em RB não tem acesso a esses benefícios das políticas públicas desenvolvidas pelo INCRA. Justificando a sua não participação em associação ou sindicatos, um dos assentados novos relata que:

Eu não participo dessa associação daqui não, a associação aqui do Cuxiú não, pra te falar a verdade eu nunca tinha me associado aqui porque desde os 9 anos que a gente tá aqui dentro nós nunca fumo beneficiado aqui nesse lugar nem com palito de fósforo, tu acredita, aí eu era queixoso disso, falava com Capixaba, falava pro Zé Paraná, porque é esse povo aí que mexe né, rapaz no dia que eu for associado, no dia que eu for beneficiado por alguma coisa aqui nesse lugar, aí eu vou pagar a associação e ter honra de ficar aqui porque. [...] A Pessoa que é ajudada em alguma coisa ele tem direito de ser recompensado né não, aí eu sempre falava, eu não vou. Aqui no Cuxiú sempre eles fala assim, a pessoa que comprou o direito de outro não tem direito a nada, que pra mim é errado porque se eu tô aqui dentro há muitos anos, o que é que eu não tenho direito compadre, né não, se eu comprei o direito teu ou de qualquer um outro, então a partir dali do momento a responsabilidade é minha com aquilo ali tudo, né não, se eu to trabalhando ali dentro, a associação não faz nenhum esforço pra essas pessoas como eu. (Entrevista com o assentado F. M. S. em 29 de outubro de 2014).

Porque para a atividade de roça, segundo eles mesmos, a terra já não produzia como na época em que existia mata, como até hoje no PA não se chegou ao nível da agricultura moderna, com mecanização, correção e adubação do solo para melhorar o plantio seja da lavoura ou do pasto, então a preferência é pelo pasto, em função também da fragilidade do solo e do próprio tamanho dos lotes.

A pesquisa ainda apontou que alguns assentados novos não expressaram laços coletivos de solidariedade entre eles e de pertencimento ao território, havendo, portanto, uma fragilidade na perspectiva de futuro, no sentido da dúvida quanto a permanência no PA. Provavelmente esses fatos ocorrem devido aos assentados novos não terem participados dos conflitos armados do período inicial de formação do assentamento, ou mesmo por entenderem que precisam melhorar de vida. Essa perspectiva de melhorar de vida pode ser observada no relato de um dos assentados novos:

[...] Rapaz eu penso assim estou fazendo a faculdade quero terminar me graduar e fazer um concurso que a segurança que a gente tem mesmo como funcionário pra melhorar minha vida. Aqui enquanto der pra mim ficar eu vou ficando, mas quando eu alcançar meus objetivos não vai dar pra ficar mais não, vou ter que sair. Porque apesar, das atividades com o lote me trazer um retorno maior do que com a sala de aula nesse momento, mas como te falei eu concluindo meu curso e passando em um concurso com certeza vou ganhar mais, então vou sair pra mim me qualificar mais. (Entrevista com o assentado A. C. em 29 de outubro de 2014).

Dentre as preocupações em comum entre assentados novos e pioneiros, especialmente entre os que declararam não ter a intenção de sair do PA tão cedo, destacam-se aquelas que se referem às condições infraestruturais e sociais vividas, além de preocupações com a concentração de lotes nas mãos de fazendeiros. Essas preocupações são notadas em relatos como esse:

[...] Hoje o nosso problema não é mais terra, hoje é a condição de viver na terra, não nem tanto assim financeira, mas é social, ter acesso à saúde, educação, ter um jeito de segurar os nossos filhos pra futuramente proteger os agricultores da nossa nação. Eu tô preocupado porque quando essa geração aqui morrer, se continuar do jeito que tá aí, não vai ter pequeno agricultor vai ser só fazendeiro porque os filhos dos pequenos tá fora, por falta de condição de viver no campo. (Entrevista com o assentado J. J. P. no dia 29 de outubro de 2014).

# 3.3. A PRODUÇÃO E O TRABALHO DOS ASSENTADOS

## 3.3.1 Assentados pioneiros

Quando os assentados pioneiros chegaram a ocupação, não possuíam qualquer tipo de bens para começar a vida. Além disso, o pouco de vasilhas (panelas, colheres, pratos e copos) ou instrumentos de trabalho haviam se deteriorado devido às precárias condições de conservação da mudança. Quanto às possíveis economias que porventura possuíam, muitos se desfizeram para comprar os instrumentos de trabalho como foice, machado, facão e espingarda para se manterem na ocupação.

Dessa forma, os únicos instrumentos de trabalho quando da entrada na ocupação eram a foice, o machado e facão. Não apresentando qualquer instrumento da agricultura moderna, como até hoje não possuem. Como as famílias neste período, não recebiam nenhum financiamento do Governo Federal tiveram que recorrer a alternativas para iniciarem a lavoura e garantir seu sustento. A mais comum era a doação, seja em dinheiro ou em outros objetos, por parte dos parentes que moravam na cidade e a solidariedade entre eles mesmos.

Em entrevistas com os assentados pioneiros, 100% afirmaram que os principais produtos cultivados nos primeiros anos e após períodos que existiam mata em grande quantidade eram: arroz, o feijão, o milho e mandioca para fazer farinha. (ver tabela 06). Todavia, o arroz era o principal produto cultivado, e era este que garantia a compra de outros produtos para as despesas do lote e da casa. O excedente dos produtos cultivados para consumo era vendido na maioria das vezes aos atravessadores, uma vez que não possuíam animais de carga para transportar até a cidade e carro neste período não entrava em função das péssimas condições das estradas, que nem mesmo eram estradas, eram apenas "varedas".

Além dos trabalhos coletivos (mutirões), a pesquisa apontou que nos primeiros anos predominou a força de trabalho familiar nos lotes. Isso é verificado em relatos como o do assentado S. C. S. "... Os meus filhos me ajudava nos períodos de férias, porque estudava em São Domingos, eu não podia pagar alguém pra me ajudar, aí todos eles participavam das atividades da roça naquele momento das férias escolares".

Práticas semelhantes foram verificadas em outros relatos como o do assentado E. S. A."... Nois começamo a ajudar o pai foi cedo, nois não colocava trabalhador era nois mermo que fazia tudo no lote eu e meus irmãos". Eram bastante comuns as práticas de atividades em

\_

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup>Localmente o termo "varedas" é entendido como veredas ou trilhas feitas na mata para servir de caminho para pessoas, animais e carroças.

comum no assentamento. Estas atividades variavam desde a troca de trabalhos, doação de trabalho na roça de um assentado que adoeceu ou teve algum doente na família até a limpeza do caminho. Práticas como essas foram verificadas em relatos como o do assentado J. P. S."... Quando era na época da derribada e da broca que pegava muito serviço, a gente trocava dia de trabalho com os vizim, depois a gente pagava quando ele precisava." Outro assentado ainda relata que: "... Outra situação que era comum, quando nois roçava ou fazia os caminhos que ligava as vicinais principais, para amelhorar o caminho, já que todo mundo usava, aí todos ajudava a roçar (M. S. O.)".

Esses relatos denotam uma forte solidariedade e ajuda dos membros da família ao pai no processo de produção de alimentos e das outras necessidades fundamentais à família, pois todos da família ajudavam de alguma forma para sobreviverem e acontecia um processo de cooperação construído no seio da produção familiar. A produção era para a garantia da necessidade (sobrevivência) e o trabalho desempenhado era de acordo com a capacidade de cada um. Portanto, essa análise assinala para os elementos da produção camponesa<sup>19</sup>.

Tanto na fala do assentado J.P.S. como na do seu M.S.O. a sobrevivência da família aparece como elemento fundamental das relações que se constitui dentro do assentamento. A família trabalha junto nas mais diversas atividades dentro do lote, atividades estas que garantem a produção e reprodução da vida da família. Assim, a produção camponesa gira em torno da reprodução da família.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> A presença da força de trabalho familiar é o principal elemento da produção camponesa, assumindo uma característica fundamental e essencial dessa produção, é a partir dessa característica que a família se aventura na combinação de outras práticas de trabalho, como, o trabalho assalariado, ajuda mútua, e parceria como relações de complexidade na produção camponesa. (OLIVEIRA, 1991, p. 56).

Tabela 6: Quantidades e percentuais de assentados pioneiros e seus principais cultivos.

	No início da	a ocupação	Situação atual		
Produção	Nº de assentados	Dados	Nº de assentados	Dados	
	(Dados	Relativos	(Dados	Relativos	
	Absolutos)		Absolutos)		
Arroz	9	100%	3	33,33%	
Feijão	9	100%	2	22,22%	
Milho	9	100%	2	22,22%	
Mandioca	9	100%	3	33,33%	
Fava	6	66,67%	0	0%	
Cupú-açú	4	44,44%	0	0%	
Laranja	3	33,33%	0	0%	
Banana	5	55,56%	3	33,33%	
Total	9	100%	9	100%	

Fonte: Silva, 2014, dados de campo.

É importante destacar, que estes produtos mostrados na tabela 06, eram os principais que sustentavam economicamente a família, porém, outros produtos eram cultivados em menor escala estritamente para a subsistência. Esses produtos citados eram produzidos em grandes quantidades de área para os padrões locais, o tamanho das roças eram em média de um alqueire (48400 metros quadrados) ou 16 linhas como eles chamam. É essa produção de subsistência que caracteriza o modo de vida camponesa desses posseiros como eram reconhecidos e se autodenominavam anteriormente, ou assentados pioneiros como estou chamando neste estudo.

No que se refere à produção agrícola, na atualidade nota-se que é pouco expressiva se comparada com a produção dos primeiros anos, pois apenas alguns continuam ainda a fazer roças em pequenas áreas, com tamanho médio de duas linhas (uma linha corresponde a 3.025 metros quadrados) apenas, cuja produção não é suficiente para o consumo familiar. Esses fatos foram verificados em relatos como o desse assentado "... Eu faço roça, apenas para não perder a tradição (E. S. A.)".

A pesquisa ainda apontou que apenas 33,33% dos entrevistados declararam plantar arroz sendo que utilizam áreas diminutas, assim, a produção de um produto que já foi à base da sustentação econômica do lote, é baixa, pois poucos se arriscam a plantar, em função da baixa produtividade e da incidência de pragas. A mandioca ainda é cultivada por 33,33% dos entrevistados com uma área de plantio um pouco maior, pelo fato, de ser utilizada na fabricação da farinha e de comida para os animais. A banana também é plantada por 33,33%

dos entrevistados por ser um produto de boa aceitação no mercado e quase não haver concorrência de fora do município, assim a banana é cultivada exclusivamente com o propósito da venda. Enquanto que o milho e o feijão são cultivados por apenas 22,22% dos entrevistados. É importante salientar que estes plantios são realizados nas áreas de capoeira, porém, a maioria relatou não plantar mais nada, em função de seu lote está quase totalmente ocupado por pasto. E outros relatam que o trabalho não compensa já estão velhos, não vão adoecer por gosto.

(...) Da parte da roça eu não faço mais nada [...], porque manual a gente não dá conta dá muito mato e mais, agente broca e derriba é na mata, mais não tem mais mata. Vou te dá um exemplo eu comecei outro dia a tentar fazer roça, aí eu disse rapaz o que é que eu quero nessa idade mexendo com isso eu comprando fica muito mais barato pra mim sozim, aí eu digo nessa idade eu lá vou mexer mais com roça nada quem quiser ir que vá (Entrevista com o assentado S. C. S. em 19 de agosto de 2014).

O tamanho do lote quando demarcaram era em torno de 10 alqueires ou 50 hectares, tamanho este estipulado pelos próprios posseiros quando estavam "cortando" os lotes. Essas medidas foram mantidas pelo INCRA quando veio fazer a demarcação oficial, no período de criação do PA. Porém em função de algumas situações como áreas alagadas ou de difícil acesso alguns lotes fugiram a este tamanho ficando uns com 8, 12 ou até 15 alqueires, Como mostra quadro 03.

Quadro 3: Descrição dos lotes dos assentados pioneiros.

	No início da ocupação					Situação atual					
Lote	Pasto	Capoeira	Juquira	Mata	Lote	Pasto	Capoeira	Juquira(alq.)	Mata		
total	(alq.)	(alq.)	(alq.)	(alq.)	total	(alq.)	(alq.)		(alq.)		
(alq.)					(alq.)						
10	0	0	0	10	20	15	0	5	0		
11	0	0	0	11	11	10	0	1	0		
10	0	0	0	10	5,5	4,5	1	0	0		
15	0	0	0	15	15	7	4	0	4		
10	0	0	0	10	10	7	0	0	3		
10	0	0	0	10	20	15	3	1	1		
8,5	0	0	0	8,5	17	12	4	0	1		
12	0	0	0	12	12	12	0	0	0		
10	0	0	0	10	20	18	0	0	2		

Fonte: Silva, 2014, dados de campo.

Observando a disposição dos lotes no quadro, nota-se que a área de mata quando da chegada dos posseiros à ocupação era 100% não desmatada, ou seja, o tamanho do lote é equivalente ao tamanho da área de mata, sem nenhuma abertura<sup>20</sup>, até porque esta era uma área de grandes castanhais com uma presença extraordinária de árvores de grande porte.

Verificando a situação atual dos lotes, constata-se que 44,44% dos assentados ampliaram suas áreas, porém, esta ampliação é no máximo de um lote, isso se deve a novas áreas, principalmente dos vizinhos. A pesquisa apontou que houve um caso de redução do tamanho do lote, isso se deve, de acordo com o assentado, porque ele queria morar mais perto da vila e acabou trocando seu lote por outro de menor tamanho.

A pesquisa ainda mostrou que houve um avanço significativo das pastagens, a ponto de ocupar quase a totalidade dos lotes, sendo que em quatro lotes a área de mata é zero, contrastando quando da chegada ao lote. Essa situação pode ser explicada muito em função do tempo que estão na terra mais de 33 anos, desmatando periodicamente. A explicação acerca do desmatamento também pode ser imputada à presença das madeireiras no município de São Domingos do Araguaia e região e da pecuária incentivada fundamentalmente pelos

\_

 $<sup>^{\</sup>rm 20}$  Início da retirada da mata, geralmente para fazer a casa ou a primeira roça.

financiamentos como o FNO e o PRONAF. Outro fato que contribuiu para o aumento no desmatamento foi porque não havia nenhuma preocupação ambiental, tinha-se a crença de que o homem trabalhador era aquele que desmatava em grande quantidade, abrindo a mata para o plantio, seja de capim ou outro tipo de plantio. Visão esta compartilhada pelo principal órgão do governo responsável por estas áreas, o INCRA.

Como os posseiros que se instalaram no sudeste paraense em especial nesta área, a maioria é oriunda da região Nordeste, principalmente do estado do Maranhão e adotavam um modo de vida camponês, suas roças eram grandes para garantir além da sobrevivência as sobras para comprar produtos para o abastecimento do lote. Após as colheitas, o normal nos primeiros tempos da ocupação, era deixar a terra descansando sem tocar na vegetação, até torna-se capoeira, para poder fazer outra naquele mesmo local. Só que esta prática segundo eles, não dava muito certo porque a segunda roça era difícil os cuidados, em função da grande quantidade de mato e praga. Dessa forma, começaram também por influência dos fazendeiros implantar o pasto, mesmo antes da colheita da roça, esta foi a tendência da maioria dos pioneiros.

Michelotti e Rodrigues (2004) em seu artigo intitulado "desafios para a sustentabilidade ecológica integrada a trajetórias de estabilização da agricultura familiar na região de Marabá" afirmam que Hurtienne (1999) classifica a região de Marabá, como uma zona onde o ciclo da fronteira (considera que a agricultura camponesa, por ser itinerante é insustentável econômica e ecologicamente) parece ter mais validade, a partir da predominância de uma trajetória arroz e pastagem. A explicação se deve ao forte conflito na ocupação das terras, tanto com a velha oligarquia dos castanhais, como com os novos fazendeiros de gado e projetos de mineração (Carajás) e hidrelétricos (Tucuruí); a regularização tardia da posse da terra; a ausência de uma política agrária organizada. Dessa maneira, formou-se na região um campesinato com sistemas de produção bastante simplificados.

Neste sentido, Hurtienne (1999) citado por Michelotti e Rodrigues (2004), enfatiza que a implantação de pastagens começa antes mesmo da atividade pecuária em si, a partir do plantio de capim em algumas das áreas de culturas temporárias (áreas das roças). Dessa forma, o pequeno agricultor, com o lote todo desmatado, fica sem perspectiva de trabalho, uma vez que, a roça que desenvolvia outrora nos moldes itinerantes, não será possível pela falta da mata e viver só do gado em um lote pequeno é inviável economicamente.

Dos assentados pioneiros entrevistados apenas um declarou ter trazido alguma criação (galinha) quando entrou para o Cuxiú na época da ocupação. Os demais afirmaram não terem

trazido qualquer tipo de criação, por não possuírem. A principal fonte de proteína era conseguida através da caça de animais, como veado, paca, tatu, capivara entre outros. Na atualidade a situação mudou um pouco, pois alguns assentados criam gado de corte e de leite, galinhas, suínos, equinos e ovinos (ver tabela 07).

Tabela 7: Quantidades e percentuais de assentados pioneiros e suas produções de animais.

	Quando chegaram a	ao PA	Situação atual			
Criações	Nº de assentados	Dados	Nº de assentados	Dados		
	(Dados	Relativos	(Dados	Relativos		
	Absolutos)		Absolutos)			
Gado de corte	0	0%	5	55,56%		
Gado leiteiro	0	0%	8	88,89%		
Aves	1	11,11%	9	100%		
Suínos	0	0%	6	66,67%		
Equinos	0	0%	6	66,67%		
Ovinos	0	0%	6	22,22%		
Total	9	100%	6	100%		

Fonte: Silva, 2014, dados de campo.

Para desenvolver as análises da produção, ou seja, criações de animais foram observadas simultaneamente a tabela 07 e o gráfico 02. Observa-se que atualmente predominam as criações de pequeno porte, pois, 100% dos assentados criam aves, representando 36,44% do total das criações, estas são destinadas à subsistência, seguidas do gado bovino leiteiro com 88,89% dos entrevistados, representando 35,13% das criações, que é a principal atividade econômica dos assentados. A criação de suínos é desenvolvida por 66,67% dos assentados pioneiros, que corresponde a 1,75% das criações, o objetivo é apenas o consumo. Merece destaque também o gado bovino de corte com 55,56% dos assentados entrevistados fazendo opção por esta atividade, correspondendo a 21,14% que juntamente com a leiteira são as que mantêm o lote. Essas duas atividades atende à demanda da família e serve para a venda, principalmente para pagar as despesas dessa própria atividade.

1,24% 1,75% 4,30%

■ Gado leiteiro
■ Gado de corte
■ Aves
■ Suínos
■ Equinos
■ Caprinos

Gráfico 2 – Percentuais da Produção de animais desenvolvidas pelos assentados pioneiros hoje.

Fonte: Silva, 2014, Dados de campo.

Assim, a maioria dos entrevistados cria gado de corte e leiteiro, com objetivo principal de atender ao mercado, ou seja, para a venda, todos criam galinha para atender o consumo da família, apenas um assentado declarou criar galinhas para a venda. No entanto, a comercialização dessas criações de pequeno porte e de seus produtos acontece, mas não se constitui em uma prática constante. Normalmente, os assentados vendem algum porco, galinha ou ovos para consumidores que buscam o produto no próprio lote da família, o que ocorre esporadicamente.

O leite ocupa o primeiro lugar dos produtos comerciáveis do assentamento. A produção média de leite dos assentados pioneiros entrevistados é 705 litros diários.

Segundo os assentados, o leite se sobressai em relação às demais atividades do lote, porque ele garante ao pequeno produtor uma renda significativa para a família. Mello e Schmidt (2003) afirmam que a renda do leite na maioria das vezes é usada para comprar os produtos não produzidos no lote como café, sal e vestuário, além de servir para pagar as outras despesas como a energia elétrica, por exemplo. Na atualidade os assentados não conseguem vislumbrar a possibilidade de implementar melhorias no lote para atender melhor ás necessidades da pecuária. Dessa forma, devido a incapacidade dos assentados de possuírem aparatos tecnológicas (tratores, por exemplo) que elevem a produtividade no PA, a produção

de leite é vista como vantagem de uma renda permanente, em contraposição à renda sazonal da produção agrícola.

Os cuidados com o gado se resume a: sal mineral, medicamentos como antibióticos, vermífugo e vacinação periódica exigência da ADEPARÁ (Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará), órgão fiscalizador dos rebanhos no Estado do Pará, se o mesmo não for vacinado o produtor paga uma alta multa.

Segundo os assentados pioneiros, todos são associados, tanto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais quanto à associação do PA tiveram acesso aos créditos destinados aos assentados após a criação do assentamento. Créditos como o fomento, habitação, reforma, PROCERA, FNO, PRONAF A e B. Todos afirmaram que se tivesse como pegar novamente o PRONAF A pegariam, porque segundo eles a taxa de juro é baixa e o prazo de carência também é muito bom, não encontraram dificuldades em honrarem essas dívidas.

Em relação à assistência técnica prestada no PA, os assentados relataram que ela é desenvolvida pela empresa Agroatins e os técnicos visitam os lotes mensalmente. Porém, classificaram a atuação da empresa de assistência técnica como mediana porque segundo eles quando precisam de alguma orientação sobre o rebanho, os técnicos não estão presentes. E no que se refere à agricultura, os assentados relataram não receber nenhuma assistência técnica por parte da empresa.

Os assentados pioneiros entrevistados desenvolvem o trabalho no lote com suas famílias, e às vezes contrata mão de obra na base da diária (o trabalhador recebe por dia trabalhado), geralmente para limpeza do pasto. Apenas um assentado declarou que nunca pagou diárias para ninguém, o trabalho desenvolvido no lote é exclusivamente familiar. Entretanto, um assentado desenvolve uma atividade de comércio (pequena venda de secos e molhados) em uma das vilas do PA, indo frequentemente ao seu lote, contratando um vaqueiro para tomar de conta da criação.

Em se tratando de mão de obra familiar, os assentados pioneiros relataram que os filhos foram criados no PA e que atualmente a maioria já está criada e foram embora cuidar de suas vidas, os que estão com eles são apenas alguns que ainda estão pequenos. Porém, os dois assentados que são filhos de assentados pioneiros, ainda estão com os seus filhos todos morando no PA, porque ainda são crianças.

## 3.3.2. Assentados novos

Sobre essa categoria, segundo dados da pesquisa, constatou-se que quando chegaram ao PA, alguns ainda encontraram seus lotes com um número significativo de mata, existindo apenas uma abertura, como relata um assentado: "... quando cheguei aqui, tinha muita mata, muita mata mesmo, aquele meu ali estava todo ulioso (com a mata intocada ainda), logo o dono era preguiçoso não faziam nada. (F. E.)". Analisando esse depoimento, constata-se o conceito de homem trabalhador naquele período se aplicava aqueles que desmatavam muito e enchia suas terras de capim. Essa era uma prática incentivada por órgãos do governo federal como o INCRA, por exemplo.

Quadro 4: Descrição dos lotes dos assentados novos.

	Quando chegaram ao PA					Situação atual				
Lote	Pasto	Capoeira	Juquira	Mata	Lote	Pasto	Capoeira	Juquira(alq.)	Mata	
total	(alq.)	(alq.)	(alq.)	(alq.)	total	(alq.)	(alq.)		(alq.)	
(alq.)					(alq.)					
12,5	3	5,5	2	2	25	22	0	1	2	
5	1	1	1	2	8	8	0	0	0	
10	2	4	1	3	20	18	2	0	0	
10	3	6	1	0	10	9,5	0,5	0	0	
11	0	1	0	10	22	17	1	1	2	
10	2	4	1	3	30	28	1	0	1	
8,5	0,5	1	1	6	17	12	2	1	2	
10	2	4	1	3	15	13	0	0	2	
8	0	1	1	6	8	4	2	1	1	
9	1	3	1	4	9	8	1	0	0	
10	3	4	2	1	20	14	4	2	0	
10	7	1	1	1	20	18	2	0	0	

Fonte: Silva, 2014, dados de campo.

Por outro lado, a maioria dos assentados encontraram seus lotes já bem desmatados, com pouca mata nativa, o que existia era uma forte presença do capoeirão, apareciam muitas

pastagens (quadro 04). Como quando chegaram alguns ainda encontraram mata, faziam roças do tamanho daquelas dos assentados pioneiros, em média de um alqueire plantados de arroz, milho, feijão e mandioca Esses produtos garantiam as despesas da família e o que sobrava, às vezes, era empregado na compra de gado bovino.

O objetivo principal já não era mais os produtos da roça, estes eram importantes, porque serviam para o consumo interno e para a venda, porém, o essencial era aproveitar a área da roça para o plantio de pastagens. Alguns desses assentados não conseguiram aumentar seus lotes, por falta de condição financeira para comprar, outros porque entendiam que era algo irregular e respeitava as normas. Mas, a maior parte desses assentados novos conseguiu ampliar seus lotes através da compra de lote daqueles que desistiam devido às dificuldades e a falta de assistência de órgãos governamentais. Porém, boa parte dos assentados que usaram desse artificio de compra de lote se enquadra no perfil dos assentados da reforma agrária, visto que, esses lotes foram vendidos na sua maioria para os vizinhos que possuíam lotes.

Constatou-se a partir das falas dos entrevistados, uma concentração de lotes, mas não foi possível conversar com essas pessoas que concentram muito lotes. No entanto, pelas informações, ficou claro que há muitos casos de lotes que foram vendidos para pessoas que não se enquadram no perfil dos beneficiários da reforma agrária, são verdadeiros fazendeiros. Também se verificou que há casos de assentados que se transformaram em fazendeiros ou de o próprio fazendeiro constituído concentrar até seis lotes. Ainda se verificou que quatro pessoas concentram mais de dez lotes cada uma. Como esclarece o assentado e dirigente da associação do Cuxiú:

Se for partir do ponto de vista legal, aqui tá todo mundo organizado, pode não está moral, entendeu? Que a gente sabe aqui não tem ninguém com 3, 4 lotes no nome dele, todos os lotes que a pessoa, se a pessoa tiver 10 lotes, mas tá no nome de 10 pessoas diferentes, entendeu, aqui não tem ninguém infringindo a lei neste sentido, legalmente, agora se partir do ponto de vista moral a gente sabe que não tem, aquele ali é de fulano tá só sendo laranja, né, é por isso que eles fazem as coisas parecendo que está errada mais sempre deixando um jeito de escapar. (Entrevista com o assentado J. J. P. em 29 de outubro de 2014.)

Para entender melhor essa concentração de lotes no Cuxiú, procurei as pessoas que tinham as informações mais precisas sobre essas informações, que são os agentes comunitários de saúde, que visitam mensalmente todos os lotes. Segundo eles, dos 260 lotes que estavam nas mãos de 260 posseiros que foram assentados pelo INCRA quando da criação do PA, na parte do Cuxiú, esses lotes estão agora nas mãos de 121 "donos", seja assentados

ou fazendeiros. Porém, há casos, de famílias que moram nos lotes desses "donos", como funcionário ou como agregados. Dessa forma, os agentes de saúde visitam um total de 174 famílias.

Os efeitos negativos da concentração dos lotes proporciona o surgimento das grandes fazendas que trazem, sobretudo, a diminuição da população, a perda de serviços básicos como postos de saúde e escolas, o aumento no custo da comercialização, são problemas inevitáveis com a saída de muitas famílias assentadas.

Esses assentados quando chegaram ao assentamento tiveram que conquistar amizades e se relacionar com os outros que já moravam no PA, mas ficou evidente que a forma de relacionamento desenvolvido por esses assentados não são as mesmas daqueles desenvolvidas pelos pioneiros em que havia a solidariedade e objetivos comuns, cada assentado cuida da sua vida individualmente, não se preocupa com os demais, sua produção é totalmente individualizada.

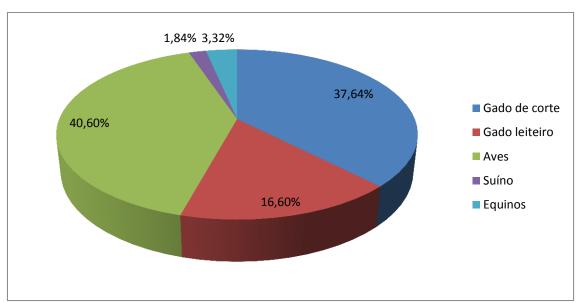
Diferentemente dos assentados pioneiros, a maioria dos assentados novos, quando chegaram ao assentamento, trouxeram uma condição econômica melhor para o lote, como seus lotes já possuíam pastos, mesmo que mal cuidados, então já trouxeram criações. No que se refere às criações que os assentados novos trouxeram no período que chegaram ao PA, a pesquisa apontou que 75% dos assentados trouxeram aves para o PA, e essas aves representam 40,60% das criações; 41,67% dos entrevistados chegaram com gado bovino de corte ao PA, e esses bovinos de corte equivale a 37,64% do total das criações; e 41,67% dos assentados novos trouxeram gado bovino de leite, e esse gado de leite representa 16,60% das criações; Vale destacar que 41,75% dos entrevistados trouxeram equinos, para auxiliá-los nos serviços, esses equinos corresponde a 3,32% das criações. Tendo dessa forma, uma base para iniciar sua criação e produção. (ver tabela 08 e gráfico 03).

Tabela 8: Quantidades e percentuais de assentados novos e suas produções de animais.

	Quando chegar	am ao PA	Situação atual		
Criações	Nº de	Dados	Nº de assentados	Dados	
	assentados	Relativos	(Dados	Relativos	
	(Dados		Absolutos)		
	Absolutos)				
Gado de corte	5	41,67%	12	100%	
Gado leiteiro	5	41,67%	11	91,67%	
Aves	9	75%	12	100%	
Suínos	2	16,67%	8	67,67%	
Equinos	6	41,75%	9	75%	
Total	12	100%	12	100%	

Fonte: Silva, 2014, dados de campo.

Gráfico 3: Percentuais da Produção animal desenvolvida pelos assentados novos quando chegaram ao PA.



Fonte: Silva, 2014, dados de campo.

Observando as criações dos assentados novos atualmente, conforme a tabela nº 10 que destaca a situação atual dos assentados novos acima e o gráfico nº 04 abaixo, verifica-se que 100% dos assentados fizeram opção pelo gado de corte, esse gado de corte equivale a 35,90% das criações; em relação ao gado leiteiro, 91,67% dos entrevistados afirmaram criá-los, esse gado leiteiro corresponde a 37,42% do total das criações. Dessa maneira, houve um aumento importante na prática da criação do gado bovino se comparado quando da chegada desses

assentados ao PA. No entanto, é o gado leiteiro que garante a maior parte da renda desses assentados.

3,51% 2,04%

21,13%

37,42%

Gado leiteiro
Gado de corte
Aves
Suínos
Equinos

Gráfico 4- Percentuais da Produção animal desenvolvida pelos assentados novos atualmente no PA.

Fonte: Silva, 2014, dados de campo.

Houve aumento também em relação à quantidade de leite produzida, pois quando os assentados novos chegaram ao PA, a produção de leite era pouco mais de 100 litros diários. Enquanto que atualmente a produção de leite dos assentados novos entrevistados é de 1500 litros de leite por dia. Porém, conforme informação dos assentados a produção total de leite do Cuxiú é de aproximadamente 7000 litros de leite por dia.

Reiteradas vezes os assentados, tanto os pioneiros como os novos do Cuxiú, se referiram à necessidade de venderem seus gados devido às doenças na família. Dessa forma, o gado serve, como uma importante fonte de reserva de valor facilmente comercializável para um momento de dificuldade. A venda de bezerros é, constantemente, usada, ocorre dentro dos próprios lotes no assentamento. Neste sentido, pequenos, médios e grandes fazendeiros do município ou seus funcionários percorrem o assentamento para a compra dos animais para recria e engorda. A pesquisa apontou que os assentados vendem bezerros e não praticam a engorda do gado devido a extensão dos lotes ser pequena. Sendo assim, as poucas chances dos

assentados que optaram pela pecuária aumentarem seus rebanhos é a compra de lotes vizinhos, o arrendamento de outras pastagens ou o oferecimento de gado na "a meia" para outro assentado.

# 3.4. A CONSTRUÇÃO DOS DIFERENTES PERFIS DOS ATORES ASSENTADOS

Para construir e apresentar o perfil dos atores do PA, após as entrevistas e análises no decorrer do trabalho, organizei em duas categorias de análises: o perfil dos assentados pioneiros e o perfil dos assentados novos fazendo uma análise comparativa entre essas duas categorias.

## 3.4.1 Assentados pioneiros

Verifica-se que os assentados pioneiros nos primeiros anos no PA, apresentam um perfil de dificuldade muito comum àqueles que chegaram ao sudeste paraense neste momento de grandes conturbações sociais, muito em função dos conflitos no que se refere à luta pela posse da terra, assemelhando ao perfil identificado por Léna (2002) dos pequenos agricultores imigrantes, com tendência à marginalização, fato comprovado na quantidade de desistência, isto é, abandono dos lotes, posto que dos 260 que iniciaram a ocupação permanece apenas 25 desses assentados. Porém, foi observado que alguns se destacaram economicamente, compraram mais outro lote, geralmente para seus filhos que casaram, com o passar dos anos foram aprimorando suas estratégias produtivas e de sobrevivência, a ponto de assemelharem à tendência da acumulação local, destacada por Léna (2002).

O curioso é que em nenhum momento da pesquisa, nas visitas, nos depoimentos dos assentados, na percepção "in loco", foi constatada que houvesse tentativas de conservação ambiental no PA, se houve alguma orientação nessa direção, não foi possível colocá-las em práticas, nem tampouco houve diversificação da produção. Neste sentido, as ações dos assentados pioneiros quanto ao meio ambiente não se assemelha ao perfil alternativo defendido por Lená (2002).

Os assentados pioneiros entrevistados, de modo geral, são oriundos de vários Estados, foram constatados que 55,56% são do Maranhão; 22,22% do Piauí; 11,11% do Goiás, e 11,11% do Espírito Santo. O que podemos analisar é que a maioria dos assentados

entrevistados têm sua origem nordestina com destaque ao estado do Maranhão, portanto, uma realidade exterior à região sudeste do Pará, o que dá para supor as dificuldades encontradas na chegada desses trabalhadores ao novo território, inicialmente a ocupação e posteriormente o PA propriamente dito.

Perguntado sobre o motivo da vinda deles para a região sudeste do Pará: 11,11% disseram ter vindo para o garimpo de Serra Pelada; 11,11% em busca emprego nas obras do governo; 11,11% outros motivos e 66,67% em busca de terra para trabalhar. A busca de uma terra que seja chamada de sua, é o que move o sonho dessas pessoas e suas trajetórias de vidas revela essa busca incessante em busca da tão sonhada terra.

O trabalho na terra sempre fez parte de sua história e sempre nas terras dos outros, mesmo que alguns tenham desempenhado outras atividades fora da terra, como foi revelado na pesquisa, quando perguntados sobre os seus trabalhos anteriores ao assentamento: 22,22% disseram realizar outras atividades e 77,78% trabalhavam em terras dos outros como agregados, diaristas e meeiros.

A maioria já possui uma idade elevada (entre 55 e 76 anos), o que nos revela o sentimento que eles possuem com a terra, um símbolo da conquista fruto de uma vida de luta, resistência e experiências nos embates pela terra. Conforme dados da pesquisa, quando perguntado sobre suas idades: 22,22% tem idade entre 30 a 45 anos; 22,22% entre 45 a 55 anos e 55,56% entre 55 a 76 anos. Os assentados que têm idades entre 30 a 45 anos, são colocados como pioneiros porque são filhos dos assentados pioneiros e estão morando nos lotes dos seus pais ou outros lotes adquiridos com o trabalho familiar. Estes assentados chegaram pequenos no PA e foram criados e permanecem no PA, diferentemente da maioria dos jovens que saíram para procurar emprego nas cidades.

Foi observado que 44,45% dos assentados entrevistados são aposentados e que usam os benefícios que recebem do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para ajudar nas despesas com a terra, como pagar serviços realizados por terceiros em seus lotes, pois já não possuem a força necessária para desempenhar tais serviços. Tendo, portanto, como fonte de renda, a aposentadoria e a venda de leite ou de bezerros. Nota-se também que uma grande parte dos outros assentados está quase se aposentando, pois estão completando 60 anos. 22% dos entrevistados têm como fonte de renda, além da pecuária, o salário de funcionário público que desenvolve dentro do PA, visto que uma é professora e o outro é ACS. Os outros 33,33% têm como fonte de renda apenas as atividades do lote, especialmente a venda de leite e bezerros para sobreviverem.

Em relação ao grau de instrução (nível de escolaridade) dos assentados entrevistados: 11,11% são analfabetos; 55,56% são alfabetizados com ensino fundamental incompleto (da 1ª à 5ª série) e 33,33% alfabetizado com o ensino médio completo. Em relação aos dados sobre a escolaridade dos assentados, verificou-se que os assentados que têm o ensino médio cursaram após terem chegado ao PA, em escolas fora do PA evidentemente, através de oportunidades surgidas esporadicamente.

Apenas dois assentados têm filhos em idade escolar e estudam no próprio PA, não recebem bolsa família, porque o pai ou a mãe é funcionário público, os demais assentados entrevistados já não possuem mais filhos em idade escolar.

#### 3.4.2 Assentados novos

Os assentados novos são a maioria do PA (Cuxiú) e alguns representam um desafio para a continuidade do PA (Cuxiú), essencialmente devido a forte concentração de lotes, pois como vimos anteriormente em todo o Cuxiú, existem apenas 121 "donos" de lotes de um total de 260 quando da criação do PA. Sendo que desses 121 têm apenas 25 que são pioneiros.

Dessa forma, para a maioria dos assentados novos, as estratégias de sobrevivência na terra são muito diferentes daquela desenvolvida pelos pioneiros dos primeiros anos de ocupação, as preocupações principais são com a criação de gado bovino e o acúmulo de terras, pois grande parte do que eles conseguem economizar se direcionam para a compra de outros lotes. Sendo assim, a maneira de organizar a produção, se baseia na produção individual, destacando-se a mão de obra assalariada no desenvolvimento das atividades dos lotes.

A organização não têm mais o mesmo envolvimento e determinação, as mobilizações para reivindicação de garantias de alguns direitos conquistados no passado às duras penas não são realizadas por falta de participação desses assentados. Alguns assentados novos, talvez por não terem participado dos conflitos armados presentes nos períodos iniciais do assentamento, não foi percebido nesses assentados, expressões de laços coletivos e de solidariedade e de pertencimento do local, havendo uma fragilidade na perspectiva de futuro, no que se refere a permanência no PA.

Verifiquei que entre os assentados novos, por não haver homogeneidade de ações coletivas, há aqueles que são uma pequena minoria que se assemelha ao perfil da

marginalização, explicitada por Lena (2002), que não conseguiram sucesso, mesmo ainda se mantendo no PA, mas não têm certeza no que se refere à permanência.

Entretanto, a maioria corresponde ao perfil da acumulação local, dos pequenos fazendeiros, conseguiram ao longo dos anos ampliarem seus lotes e adquirir créditos para comprar mais gado e se estabelecerem com sucesso, sobrevivendo basicamente da atividade da pecuária. Assim, com base na produção, verificamos que a diversificação econômica é ancorada na criação do gado. A existência do gado nos lotes garante o pagamento de todas as despesas da propriedade, remetendo à diversidade de possibilidades em que esta atividade pode se constituir.

Completando a heterogeneidade dos assentados novos, mesmo estes não estando no grupo dos doze entrevistados da pesquisa, mas segundos informações dos assentados, estão aqueles que na verdade são um grupo de cinco assentados que possuem vários lotes, conseguiram comprar os lotes em grande quantidade dos outros assentados que não resistiram à trajetória da marginalização (LÉNA, 2002) e tiveram que sair. Dentro deste grupo, existem três que conseguiram concentrar mais de dez lotes cada um. Contudo, a importância da atividade pecuária nos lotes dos fazendeiros, observa-se uma modificação no que se refere ao trabalho. Verifiquei nas grandes fazendas se comparado com o tamanho dos lotes, que o trabalho não era realizado pela família, mas por empregados sob a gerência do fazendeiro. Tal observação me levou a imaginar mais um perfil dos assentados novos, um pouco diferente da acumulação local, dos pequenos fazendeiros, destacado por Lena, um perfil que vai além, aquele dos grandes fazendeiros totalmente integrados ao mercado.

Observando a origem dos assentados novos entrevistados constatou-se que 58,34% são do Maranhão; 16,67% do Pará; 8,33% do Goiás; 8,33% do Piauí, e 8,33% do Pernambuco. O que podemos analisar é que a maioria dos assentados entrevistados tem sua origem nordestina com destaque para estado do Maranhão, assim como os assentados pioneiros.

Sobre o motivo da vinda deles para a região sudeste do Pará: 16,67% disseram ter nascido aqui mesmo no Pará os seus pais sempre trabalhou na roça e com a criação de gado; 33,33% afirmaram ter vindo para a região com os pais, pois eram muito pequenos à época, os pais sempre trabalharam na terra; e 50% mencionaram terem vindos para a região, já adultos, a procura de terras para sustentar a família.

O trabalho na terra também sempre fez parte de sua história, perguntados sobre os seus trabalhos anteriores ao assentamento: 58,34% disseram trabalhar na terra da família, com atividades de roça e criação de gado; 33,33% afirmaram trabalhar nas terras dos outros como

diaristas e vaqueiros, e 8,33% disseram trabalhar em outras atividades. Isto demonstra já um fato diferente dos pioneiros, porque a maioria trabalhava em terras de suas famílias.

Os assentados novos possuem uma idade bem elevada, pois metade tem idades entre (entre 55 e 76 anos). Conforme dados da pesquisa, quando perguntado sobre suas idades: 8,33% têm idade entre 25 a 30 anos; 25% entre 30 a 45 anos; 16,67% entre 45 a 55 anos e 50% entre 55 e 76 anos. Observa-se que os assentados novos praticamente possuem as mesmas idades dos assentados pioneiros.

Foi observado, assim como nos assentados pioneiros, que 50% dos assentados são aposentados e também suas esposas, e que usam os benefícios que recebem do INSS para pagar serviços realizados por terceiros em seus lotes, pois assim como os pioneiros, já não possuem a força necessária para desempenhar tais serviços. Outro dado importante é que todos os assentados entrevistados são casados. A média de filhos da família dos assentados entrevistados é de quatro filhos por família.

Em relação ao grau de instrução (nível de escolaridade) dos assentados entrevistados: 41,67% são analfabetos; 33,33% são alfabetizados com ensino fundamental incompleto, e 25% alfabetizado com o ensino superior com pedagogia.

Em relação a esses dados sobre a escolaridade dos assentados, verificou-se que os assentados que têm o ensino superior cursaram após terem chegado ao PA, em escolas fora do PA, através de oportunidades surgidas em função de sua outra profissão, de professor. Dos três assentados que possuem o ensino superior, apenas um deles demonstrou interesse e segurança ao dizer que não tem intenção de sair do PA, os outros dois estão esperando apenas uma oportunidade para saírem do PA, porque segundo eles, ficam muito isolados e perdem muitos cursos e oportunidade de emprego melhor, até porque são professores temporários.

Nos assentados novos, assim como nos pioneiros, não foi encontrado nenhuma correspondência com o perfil ambiental defendido por Lena (2002), porque eles não demonstraram preocupação e cuidados com a preservação do pouco que ainda resta da mata nos lotes. Alguns assentados relataram que ainda possuem mata nos seus lotes em função da proibição e da fiscalização que está mais intensa que anteriormente, alguns assentados declaram que hoje não pode queimar nenhum pedaço de madeira que os helicópteros começam a circular na área.

# 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei ao longo deste trabalho apresentar as transformações sofridas pelo território do sudeste paraense, com destaque para o período de intensificação da política de assentamentos e suas implicações na organização dos pequenos agricultores no Sudeste Paraense.

Buscou-se estudar a organização interna do PA e as marcas da diversidade dos atores e suas participações na construção do território. Verifiquei que ocorreu na Amazônia e no território do sudeste paraense uma desenfreada privatização das terras ou expansão do latifúndio, promovendo, de certa forma, a ampliação das estratégias e ações de segmentos sociais envolvidos na luta pela terra. Da mesma forma, o sentido da luta se ampliou, apoiado no surgimento de novos atores sociais e nas suas demandas. A luta do posseiro se agregou à luta dos sem terra, dos atingidos por barragem, da questão indígena e de tantas outras.

Posteriormente busquei, através da caracterização e da história de vida dos atores assentados, colhidas através das entrevistas, compreender como suas experiências e vivências concorriam para uma forma particular de organização no referido assentamento.

Os assentados pioneiros essencialmente nos anos iniciais da ocupação e da criação do PA orientam as suas produções para a garantia das necessidades, alimento, moradia, saúde, escola. São, sobretudo, fugitivos da terra escassa e da vida de necessidade nos seus lugares de origem. Por isso, obstinadamente orientam para a garantia da sobrevivência. A garantia nada mais é do que a reprodução social do grupo.

Por último, quanto ao perfil dos atores do PA, constando que a diversidade dos atores permitiu analisar os assentados em duas categorias e verificar que o resultado foi os diferentes perfis dos assentados, para essa definição não se levou em conta apenas os aspectos econômicos, mas também os aspectos sociais que envolveram a solidariedade, organização, a estratégia e a acumulação local, além dos aspectos culturais. À medida que era introduzida no universo destes atores, o sentido dos perfis se descortinava através dos elementos da cultura, da organização e mesmo do processo produtivo sem, contudo, apresentar-se como elemento fundante, mas sim, que se associava aos demais. Na verdade, ele se materializa, sobretudo, nas relações sociais que estreitam os laços de solidariedade e organização, sobretudo, política dentro do assentamento.

A definição dos perfis dos atores, mais do que referência à capacidade produtiva do assentado, ressalta-se a capacidade organizacional edificada por eles ao longo do processo de

construção de luta pelo assentamento. O elemento político perpassa as várias fases da luta pela terra, quer seja no momento da luta pelo seu acesso, quer na luta pela permanência nela.

Com isso, é possível afirmar que a organização da produção pelos assentados, assim como os aspectos sociais, aliados ao seu universo cultural e de organização seja política ou econômica aparecem como elementos interligados e que fornecem conteúdo à definição dos diferentes perfis dos assentados do PA Paulo Fonteles (Cuxiú) em São Domingos do Araguaia-Pará.

Dessa forma, foi analisado que os assentados pioneiros apresentam na sua maioria um perfil de marginalização, haja vista, o número de desistente dos lotes. Porém, os 25 que permaneceram apresentam um perfil de luta, resistência e perseverança, não encontrado nos estudos de Léna. Existem também alguns casos do perfil da acumulação local. Por outro lado, não foi confirmado, o que estabeleci nas hipóteses de um perfil ambiental entre eles.

Os assentados novos, por sua vez, foram confirmados que a maioria corresponde ao perfil da acumulação local, dos pequenos fazendeiros, destacado por Léna (2002). Uma pequena quantidade do perfil da marginalização. Porém, há alguns que não se confirmam nas hipóteses, pois, alguns se enquadram a um perfil do grande fazendeiro. E não foi confirmado o perfil ambiental.

# 5. REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Manual de história oral – Rio de Janeiro: FGV Editora, 3ª edição, 2005.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em <a href="http://www.atlasbrasil.org.br">http://www.atlasbrasil.org.br</a>. Acessado em 26 de setembro de 2014.

BECKER, B. Amazônia. 5. Ed. - São Paulo: Ática, 1997.

BERGAMASCO, S. M; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais** – São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Secretaria de Desenvolvimento Territorial (STD): **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste Paraense**; Marabá – Pará – Brasil; Dezembro/2010.

,	Ministério	do	Desenvolvimento	Agrário	(MDA)/INCRA.	Superintendência
Regional	do Sul do Par	á – S	SR27. <mark>Divisão Técn</mark>	ica/ Carto	ografia e Recursos	Naturais. 2003.
,	Ministério	do	Desenvolvimento	Agrário	(MDA)/INCRA.	Superintendência
Regional	do Sul do F	ará -	– SR27. <b>Plano de</b>	Recupera	ação do Projeto	de Assentamento
Paulo Fo	nteles. Elabor	rado	pela Copservicos. 2	008.		

,	Ministério	do	Desenvolvimento	Agrário	(MDA)/INCRA.	Superintendência
Regional	do Sul do Par	rá –	SR27. Divisão de C	Obtenção d	e terras e implanta	ção de projetos de
assentame	entos (DT). Si	isten	na de Informação d	le Projeto	s de Reforma Agi	rária. 2014.

, Ministério da Re	forma e do Desenvolvim	iento Agrário.	Portaria n.º	' 450 de 12 de
abril de 1988 de criação d	Projeto de Assentame	nto Paulo Fo	nteles.	

\_\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/INCRA. Superintendência Regional de Marabá – SR-27. **Proposta de Aditivo ao Contrato 026. Agroatins: C.I. Serviços de Agronomia e de Consultoria as Atividades Agrícolas e Pecuárias – LTDA.** 2013.

\_\_\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Territórios da Cidadania**: Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. 2008. Disponível em: <a href="http://www.cpact.embrapa.br/forum/11\_06\_07.pdf">http://www.cpact.embrapa.br/forum/11\_06\_07.pdf</a>. Acessado em: 26 set. 2014.

BRENNEISEN, E. C. Assentamento Sepé Tiarajú: **persistências do passado, fragmentos do presente.** In: MARTINS, J. S. (org.) et al. Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CAMARGO, J. Urbanismo Rural. Brasília, INCRA, 1973

CEPASP — Centro de Educação. Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular. **Projeto de Investimento no Projeto de Assentamento Veneza e Paulo Fonteles**. Marabá, 1998.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 8° Ed. – São Paulo: editora Cortez, 2006.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Relatório dos fatos da área do Cuxiú, Mucicípio de São João do Araguaia-PA. Marabá, 19 de setembro de 19983.

COSTA, F. de A. **Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia**. Série Estudos SEPEQ, 1Belém: UFPA/NAEA. 1992.

COSTA, F. A. Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA. NAEA, 2000.

DELGADO, L. A. N. **História Oral – memória, tempo, identidades** – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DI MÉO, G. Géographie Sociale et Territoires. Paris, Nathan, 1998.

EMMI, M. F. **Estrutura Fundiária e poder local: o caso de Marabá**. Tese de Mestrado. UFPA, 1985.

EMMI, M. F. A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA. Belém, 1988.

FARIAS, M. F. L; in: SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia GT: 11B – Mundo Rural na Sociedade Brasileira: Territórios, Atores, Projetos. **As representações sociais em assentamentos de reforma agrária: algumas reflexões.** 2005.

FONTELES FILHO, P. **Araguaianas:** as histórias que não podem ser esquecidas. São Paulo, Anita Garibalde, 2013.

GODELIER, M. L'idéel et le materiel. Paris, Fayard, 1984.

GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias. São Paulo, Contexto, 2001.

GONÇALVES, N. G. **Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução**. 2.ed-Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GRAZIANO, S. J. O que é questão agrária. São Paulo: brasiliense, 1980.

GUERRA, G. A. D. O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. – 5 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

- HALL, A. L. A: Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no **Programa Grande Carajás.** Tradução: Ruy Jungmann. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1991.
- HÉBETTE, J. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. v. II. Belém: EDUFPA, 2004a.
- \_\_\_\_\_, J. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. v. III. Belém: EDUFPA, 2004b.
- \_\_\_\_\_, J. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. v. IV. Belém: EDUFPA, 2004c.
- Hurtienne, T. Agricultura Familiar na Amazônia Oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa sócio-econômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agro-ecológicas diversas. Novos Cadernos NAEA, vol. 2, n° 1. Belém, PA. Junho de 1999.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. **Área, população e densidade demográfica dos municípios do Território do sudeste paraense.**

Disponível em: < <a href="http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php">http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php</a>>. Acessado em: 24/07/2014.

- IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Indicadores** de qualidade ambiental dos municípios da Região de Integração Carajás. Belém, IDESP, 2013
- LÉNA, P. As Políticas de Desenvolvimento sustentável para Amazônia: problemas e contradições. **Boletim Rede Amazônia**. Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: 2002. (p. 9-21).
- LEITE, S. **Impactos regionais da reforma agrária no Brasil**: Aspectos políticos, econômicos e sociais. Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Fortaleza CE, 1998.
- MACEDO, C. O. **Diferenciação Socioeconômica e Campesinato**: o caso dos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco no Sudeste do Pará. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 2006.
- MARTINS, J. S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.) A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MELLO, M. A; SCHMIDT, W. A agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no oeste catarinense: possibilidades para construção de modelos heterogêneos. *In:* PAULILO, M. I; SCHMIDT, W. (orgs.) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.
- MICHELOTTI, F. Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará. Trabalho apresentado no 3º encontro da rede de estudos, realizado em 2008, Campina Grande PB Brasil.

  Disponível em.

  <a href="http://www.ufpa.br/campusmaraba/index/cache/publicacoes/fernando\_michelotti\_fcam\_1.pdf">http://www.ufpa.br/campusmaraba/index/cache/publicacoes/fernando\_michelotti\_fcam\_1.pdf</a>
  Acessado em 26/09/2014.

MICHELOTTI, F.; RODRIGUES, F. N. C. de V. **Desafios para a sustentabilidade ecológica integrada às trajetórias de estabilização da agricultura familiar na região de Marabá**. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba, SP. Anais... . Indaiatuba. SP: ANPPAS, 2004. Disponível em: <a href="http://www.anppas.org.br/encontro">http://www.anppas.org.br/encontro</a> anual/encontro2/GT/GT05/fernando michelotti.pdf
Acessado em: 03/03/2014.

MORAES, A. C. **Bases da Formação Territorial do Brasil:** o Território Colonial Brasileiro no "Longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, E. S. Movimento Social Amazônico em Defesa de Territórios e de Modos de Vida Rurais: estudo sociológico no Baixo Xingu. Tese de Doutorado. Belém: UFPA, 2008.

OLIVEIRA, A.U. Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

O LIBERAL. Soltos, posseiros não admitem deixar terras que Mutrans reclamam. Belém. 16 de dezembro de 1981.

PATERNOSTRO, J. Viagem ao Tocantins. São Paulo, Ed. Nacional, 1945.

PEREIRA, A. R. A luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo. Tese de Doutorado. Recife, UFPE, 2013.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**/ Fiorelo Picoli – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PORTAL DA CIDADANIA-GOVERNO FEDERAL. **Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) do Território do Sudeste Paraense**. 2013. Disponível em:<a href="http://territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/sudesteparaensepa/one-community?page\_num=0">num=0</a>. Acessado em: 25/07/2014.

QUAST, J. R. S.Uma leitura geográfica do programa "Territórios da Cidadania" no território da Grande Dourados (MS). In: **XIII Encuentro Internacional Humboldt**. Dourados, 26 a 30 de set. 2011. Disponível em: <a href="http://rednuestrasciudades.blogspot.com.br/2012/03/ponencia-encuentro-humboldt-19011-uma.html">http://rednuestrasciudades.blogspot.com.br/2012/03/ponencia-encuentro-humboldt-19011-uma.html</a>. Acessado em: 25 set. 2014.

RAFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. (dir.) **Réseaux Territoriaux.** Caen, Paradigme, 1988.

RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. (org.) **Ratzel**. São Paulo, Ática, 1990.

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA. Lei n.º 1.159/2006 de 2 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de São Domingos do Araguaia.

SANTOS. M. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. (orgs.) **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo, Hucitec e ANPUR, 1994.

SANTOS, M. et al. **O Papel Ativo da Geografia:** um manifesto. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SOUZA, V. M. Dinâmicas territoriais e as quebradeiras de coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia-PA. Dissertação de mestrado. Marabá. UNIFESSPA, 2014.

TOCANTINS. L. **O rio comanda a vida:** uma interpretação da Amazônia. Biblioteca do Exército. 1973.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária:** Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

#### **ANEXO**

## ANEXO A

ROTEIRO	DE ENTRI	EVISTA	/QUES	ΓΙΟΝÁRΙO	PARA OS	S ASSEN	ΓADOS (	pioneiros
e novos)								
Nº	_ Data:	/	/	_				
Nome do er	ntrevistado:							

Vicinal que mora; Há quanto tempo?

#### 1. Antecedentes dos assentados

- 1.1. Lugar de origem:
- 1.2. O que fazia (profissão) antes de ingressar na ocupação/assentamento:

## 2. Formação do assentamento

- 2.1. Motivos que levaram a família a ingressar na ocupação:
- 2.2. A quem pertencia esta área, qual o seu tamanho?
- 2.3. Lembranças do período da ocupação (escolha do lugar, como era a área, como sobreviviam, como ocorriam as decisões e principais dificuldades encontradas):
- 2.4. O que trouxeram para a ocupação/assentamento (mudança, ferramentas, animais)?
- 2.5. Recebiam auxílio de alguma instituição?
- 2.6. Qual a importância neste período da luta pela terra?
- 2.7. Quais as lembranças do início da ocupação/ assentamento?
- 2.8. Como ocorreu o processo de desapropriação da área?
- 2.9. Como foi a escolha das famílias e a divisão dos lotes tanto na ocupação como no assentamento em definitivo?
- 2.10. Fale sobre as normas/obrigações a serem cumpridas pelos assentados.
- 2.11. Quais as condições das estradas e de transporte param se chegar à ocupação/assentamento? No início e hoje.
- 2.12. Por que o nome cuxiú?
- 2.13. Por que o nome Paulo Fonteles?

# 3. Estratégias de reprodução, atividades agrícolas e agropecuárias: organização da produção:

- 3.1. O seu trabalho é individual ou coletivo?
- 3.2. Uso da terra: principais cultivos, área ocupada (ha) e finalidade da produção( se é para subsistência ou para o mercado). No início e hoje.
- 3.3. Técnicas utilizadas no cultivo:
- 3.4. Insumos utilizados (ureia, calcário, adubo orgânico, adubo químico, fungicida, herbicida, inseticida, sementes):
- 3.5. Equipamentos usados no trabalho:
- 3.6. Adota sistema de produção alternativo (agroecológico)?
- 3.7. Uso da terra: principais criações, nº de cabeças e finalidade (se para subsistência ou para o mercado): no início e hoje.
- 3.8. Cuidados com a pecuária (ração, vacina. Sal):

## 4. Quais as atividades não agrícolas desenvolvidas na propriedade:

## 5. Assistência técnica e financeira:

- 5.1. Recebe assistência técnica? De qual órgão? Com que frequência?
- 5.2. Como qualificaria a assistência recebida?
- 5.3. Possui financiamento atualmente? Qual sua fonte?

# 6. Comercialização da produção:

- 6.1. É associado?
- 6.2. Qual associação?
- 6.3. Quais as vantagens de ser sócio de uma associação?
- 6.4. Seus Produtos são vendidos para a associação?
- 6.5. Principais problemas/dificuldades relacionados à comercialização:

# 7. Condições de vida dos assentados (atualmente)

- 7.1. Pessoas residentes no lote segundo sexo, idade e escolaridade.
- 7.2. Quantas escolas existem no assentamento?
- 7.3. Distância da escola para a casa dos alunos?
- 7.4. As crianças em idade escolar e adolescentes estão matriculados em escola do assentamento ou de fora do assentamento?
- 7.5. Tipo de casa:
- 7.6. Veículo:
- 7.7. Principal fonte de renda da família:
- 7.8. A família busca com frequência o atendimento médico na cidade?
- 7.9. Há algum tipo de atendimento médico no assentamento? Qual o atendimento recebido e sua periodicidade?
- 7.10. Atividades de lazer da família:
- 7.11. Qual o significado do assentamento para a família?
- 7.12. Venderia o seu lote para retornar a cidade? Por quê?
- 7.13. Em sua opinião porque os assentados vendem seus lotes?
- 7.14. O que tem a dizer sobre a vida no assentamento (aspectos positivos e negativos)?

Como os problemas/dificuldades poderiam ser solucionados?

7.15. Qual o projeto da família para o futuro?